

TESE DOUTORAL

**COMPLEXIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO:
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA URBANIZAÇÃO NO
LITORAL DE CAMAÇARI / BAHIA / BRASIL**

LÉA ESTER SANDES-SOBRAL

**UNIVERSIDADE DE BARCELONA
BARCELONA, 2008**

3 O CENÁRIO REAL DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TERRITÓRIO LITORÂNEO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI

Mesmo a sociedade como um todo, uma Nação, ou, todas as sociedades colocadas juntas, não são proprietárias da terra. Elas são meramente seus ocupantes, seus usuários e como bons síndicos, elas devem bem prepará-la para as gerações subseqüentes (MARX, O Capital, 1867. v. 1).

Apresentam-se, neste capítulo, os resultados da pesquisa de ocupação urbana na faixa litorânea do município de Camaçari, enriquecidos de informações oriundas das atividades profissionais, ao longo de três décadas como arquiteta urbanista, em trabalhos profissionais na área de planejamento urbano (Quadro 01) e experiências vividas pela pesquisadora, na própria região estudada.

Esse trabalho valida-se pelo método multidimensional proposto por Morin com o “mimetismo sociológico”, que recolhe presencialmente as informações no convívio sociológico dos lugares estratégicos para as enquêtes (PAILLARD apud MORIN, 1999, p.138).

As referências da pesquisadora, moradora por mais de vinte anos, no Loteamento Parque das Dunas, na localidade de Jauá, Distrito de Abrantes, foram fundamentais e contribuíram para configurar o *Cenário Real da Orla Marítima de Camaçari*, respondendo às perguntas iniciais desta tese: Como está sendo construído este território? Como era esse lugar? Como está atualmente?

A dinâmica da ocupação litorânea de Camaçari é mostrada por meio dos seus condicionantes ambientais, identificados pela riqueza dos ecossistemas e pelo histórico do processo de ocupação urbana.

Definiu-se como categoria de análise espacial para este capítulo, o uso e ocupação do solo urbano, através do estudo do padrão tipológico predominante no território costeiro do município, que é a *Ocupação Habitacional* na forma de *Loteamentos Regulares e Irregulares* (Fig. 05).

Figura 05: Pressão de ocupação urbana sobre os ecossistemas litorâneos



Fonte: CAMAÇARI, 1999.

3.1 CONTEXTO DO AMBIENTE NATURAL NO TERRITÓRIO PESQUISADO

3.1.1 O Espaço Litorâneo de Camaçari

A grande maioria da população mundial, hoje, ocupa as zonas de bordas dos países, sendo, portanto, os espaços litorâneos os mais densamente povoados e urbanizados. Esta antropização traz graves conseqüências ao equilíbrio biológico dos ecossistemas e da megabiodiversidade planetária.

Dentre os principais biomas brasileiros, destaca-se a Zona Costeira Brasileira, com 3,5 milhões de Km², ocupada por, aproximadamente, 42 milhões de pessoas. Esta zona abriga uma variedade de ecossistemas, com recifes de corais, dunas, áreas úmidas, lagos, brejos, sistemas

de lagoas, restingas de Mata Atlântica, manguezais, estuários e fauna e flora riquíssima que concorrem para a grande incidência da megadiversidade biológica brasileira.

Situa-se a área de estudo em uma faixa litorânea, na Zona Costeira do Nordeste Brasileiro, Litoral Norte do Estado da Bahia (ver Mapa 01), delimitada por quatro Unidades de Conservação, as APAs: Lagoas de Guarajuba, Rio Capivara, Rio Joanes/Ipitanga e Plataforma Continental (ver Mapas 04 e 05).

Está inserida, também, na Região das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte, que é uma das mais importantes regiões hidrográficas do Estado da Bahia (Mapas 03 e 06), onde se encontra a maior reserva de águas subterrâneas da Bahia, com o aquífero de São Sebastião e banhada por quatro importantes rios: Pojuca, Jacuipe, Capivara e Joanes.

Mapa 06: Localização das bacias hidrográficas da Região do Recôncavo Norte, no Estado da Bahia.



Fonte: BAHIA, 2005c.

Os primeiros seres vivos que habitaram essas terras foram, provavelmente, as tartarugas marinhas, e a espécie humana, certamente, os índios tupinambás, com características comportamentais, do tipo antropófago.

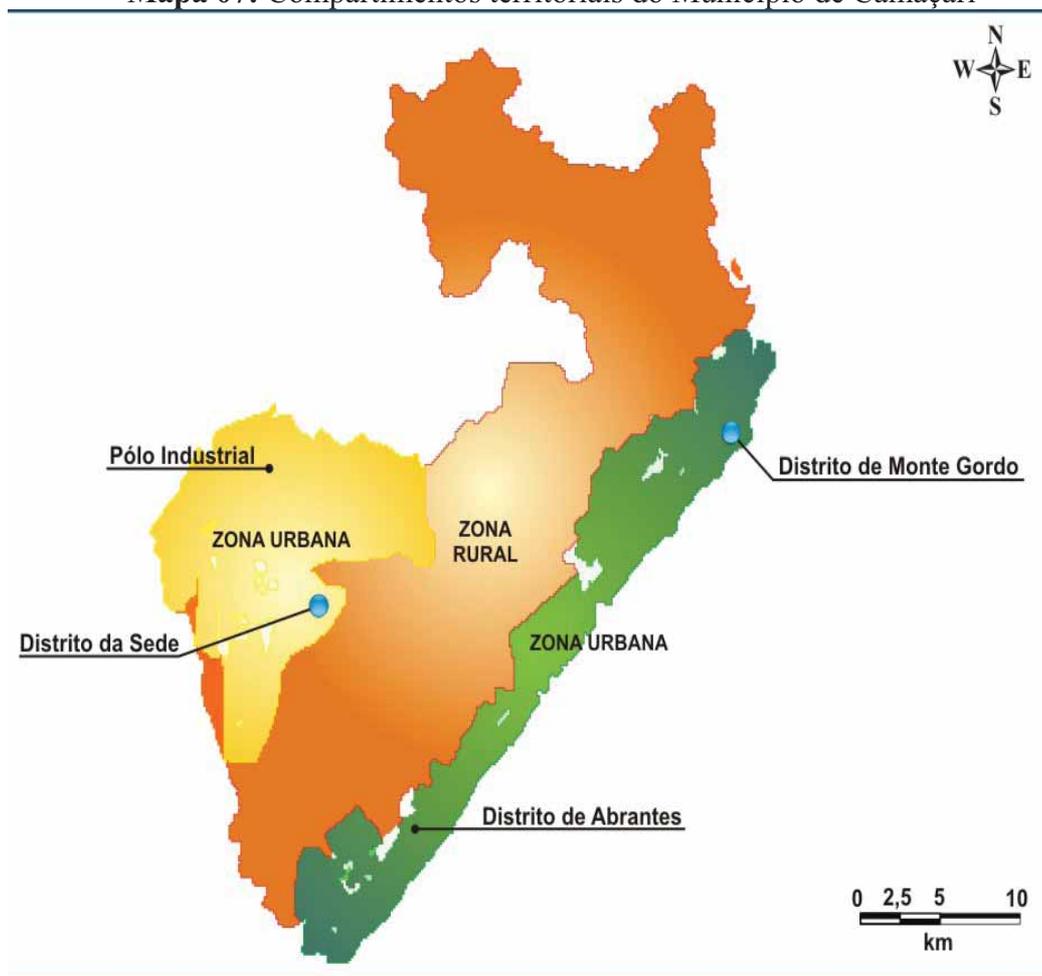
3.1.2 Etimologia

Camassary – *caraípa densifolia* definido na etimologia indígena pela tribo dos tupis, como *árvore que chora*, significando leite e lágrimas, uma referência à seiva do tronco de uma árvore da Mata Úmida – Mata Atlântica -, muito utilizada para a construção de embarcações e construção civil. Esta árvore é nativa da região e foi denominada pelos indígenas em analogia à transpiração da sua seiva. Amplamente utilizada na época da colonização portuguesa para embalagem de açúcar em forma de caixotes, por ser uma madeira muito leve, ela era usada também como tratamento medicinal, como cicatrizante de micoses e infecções. Contudo, essa madeira foi gradativamente desaparecendo e hoje está em extinção, sendo vulgarmente denominada de *pau-para-toda-obra* (CAMAÇARI, 2006a).

3.1.3 Localização da área de estudo

O Município de Camaçari é uma entidade política integrada por quatro espaços territoriais completamente distintos, totalizando 760 km², sendo um deles a orla marítima, com aproximadamente 210 km², nosso objeto de estudo, a ser detalhado e pesquisado como categoria de análise espacial.

Um dos três espaços geográficos corresponde ao Pólo Industrial, com características da indústria petroquímica, química, metalúrgica, de celulose e automotiva, e administração própria. Os outros dois têm culturas muito diferenciadas, que são a sede municipal (com cerca de 150.000 habitantes), aquela que se assemelha com uma cidade de médio porte do interior brasileiro; e a zona rural, que ocupa a maior parte do território com abundância de recursos hídricos, na superfície e no subsolo (Mapa 07).

Mapa 07: Compartimentos territoriais do Município de Camaçari

Fonte: Elaboração própria com base cartográfica de BAHIA, 2005a

O único elo desses quatro compartimentos territoriais é a instituição municipal. De fato, eles não têm nada em comum, suas formas de produção e reprodução do espaço e organização social são diversas e pouco relacionadas. Entretanto, ao analisar as causas do desenvolvimento da orla marítima, percebe-se a estreita ligação com os outros espaços territoriais, originada na facilidade de acesso viário e na abertura das estradas nos diferentes períodos do desenvolvimento industrial da região.

Até a década de 60 do século passado, a cidade de Camaçari possuía apenas 30.000 habitantes. Somente com a criação do Pólo Petroquímico, nos anos 70, dentro da política de descentralização da indústria básica do Governo Federal, a cidade passou a representar o carro chefe da política de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia, mudando o perfil da cidade e seus arredores.

Nessa época, o acesso ao litoral do município dava-se pela localidade de Monte Gordo, e a ligação com Sergipe realizava-se pela BA-093. No governo de Luiz Viana Filho, a partir da decisão de implantação da antiga Indústria Tibrás, de produção de titânio, tendo recebido diferentes denominações, e hoje Millenium, às margens das lagoas de Arembepe¹, foi criado o prolongamento da estrada que era de barro, desde o Rio Joanes até Arembepe (Mapa 02).

Nessa mesma década de 70, começa a ser delineada a via de ligação com o vizinho, Estado de Sergipe, pelo litoral, que se consolidará, no final da década, com a construção da BA-099 (também chamada de Estrada do Coco) até Mata de São João.

Na década de 90, ocorre a construção da Linha Verde até Mangue Seco, Município de Jandaira. Durante o mesmo período de planejamento e instalação do Pólo Petroquímico, nos anos 70, e por decisão e com recursos dos governos Federal e Estadual, foi construída a Avenida Paralela (1974), em Salvador, o seu prolongamento, a Estrada do Coco e, vinte anos depois, a Linha Verde.

Desse modo, o traçado rodoviário deste grande eixo de ligação do tecido urbano metropolitano é lançado na década de 70. A previsão de sua fácil integração à malha do tecido metropolitano, com a ocupação dos espaços intersticiais, vem ocorrendo aceleradamente, em discordância com os novos modelos de planejamento dos territórios, preconizado pelas diretrizes de desenvolvimento sustentável.

A abertura dessas vias criou as condições favoráveis para a rápida ocupação do litoral do município com fins residenciais e de turismo. Os assentamentos urbanos localizados ao longo dessas vias cresceram rapidamente de forma desordenada, nem sempre acompanhado de obras de saneamento básico. Isso causou poluição nos cursos d'água e no aquífero subterrâneo – São Sebastião –, além de impactos negativos, como degradação e destruição de solos e paisagens.

Outro efeito dessa urbanização acelerada é o contínuo incremento do tráfego de veículos na Estrada do Coco e na Linha Verde, hoje o principal eixo de expansão urbana da RMS, e grande atrativo para residências.

¹ Esta implantação foi muito polêmica e discutida, veiculada pela imprensa da época, dando origem ao famoso romance do escritor baiano Jorge Amado, *Tieta do Agreste*, baseado nesta temática. Destaca-se que, pela Legislação vigente, mais rigorosa, atualmente, seria impossível a sua implantação.

Conseqüência do grande fluxo de veículos e fato gerador de conflitos nesse eixo viário foi a transformação da BA-099 em *estrada pedagiada* na Orla Marítima de Camaçari (Mapa 02), a partir de Jauá, com a construção da Praça de Pedágio, localizada no Km. 12, por uma decisão do Governo Estadual. A privatização da concessão dos serviços de manutenção e exploração da estrada pedagiada é de responsabilidade do Consórcio Litoral Norte, e, desde 2001, tem sido alvo de constantes desentendimentos com os moradores das localidades, da sua área de influência.

Estudos foram realizados pela atual administração municipal, para a abertura de vias alternativas à estrada pedagiada, seccionando o limite original do Parque Municipal das Dunas de Abrantes, e promovendo uma nova trama viária entre os loteamentos, para escapar da Praça de Pedágio.

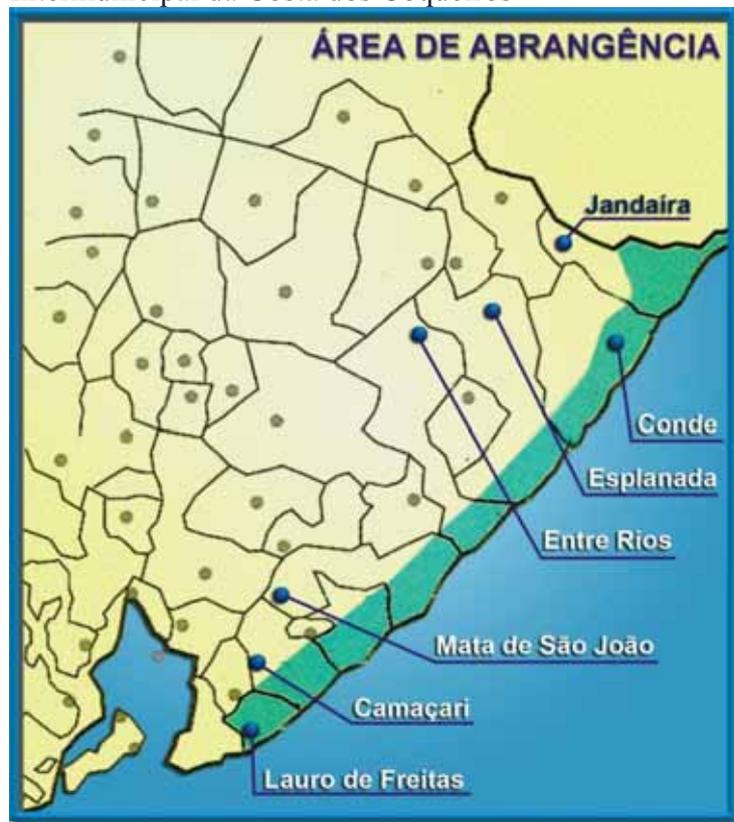
O traçado do projeto executivo destas vias foi elaborado e discutido com os moradores e o Comitê Gestor da APA Joanes/Ipitanga. Durante o fechamento desta tese, o novo sistema viário ainda não foi totalmente implantado, assim como o último trecho da duplicação da Estrada do Coco – de Guarajuba à Barra do Pojuca. Abriu-se uma via alternativa passando por dentro do Loteamento Las Palmas, para desviar da praça de cobrança do pedágio, para quem vem da sede do Município pela rodovia BA -535, também chamada de Cascalheira, e da Linha Verde sentido Salvador (ver Mapa 02).

Se por um lado, o de crescimento do município vizinho, Lauro de Freitas, mostra o processo de conurbação com Salvador e seu modelo atual de favelização. Por outro lado, as previsões para o litoral de Camaçari são de pressão para ser também extensão da área residencial de Salvador, num futuro próximo e inexorável.

Este *Cenário Tendencial de conurbação e favelização* contrapõe-se à hipótese principal desta tese, onde o *Cenário Desejado é de uma orla ambientalmente sustentável e de qualidade urbana ambiental*, com novos padrões de assentamentos, sem reproduzir as características viciosas do modelo do município vizinho.

O eixo rodoviário formado pela Estrada do Coco e a Linha Verde é, hoje, o mais novo e dinâmico vetor de desenvolvimento metropolitano reforçando a vocação residencial e turística do litoral de Camaçari, com projeções de população, para o ano de 2020, para meio milhão de habitantes (CAMAÇARI, 2001b, p. 13). Estes habitantes seriam atraídos pela instalação das plantas industriais dos Projetos Amazon – Ford e Monsanto –, na Zona Industrial do Município e também dos Complexos Turísticos de Porto Sauipe e Praia do Forte, situados ao norte, no município vizinho de Mata de São João e Entre Rios (Mapas 05 e 08).

Mapa 08: Municípios da Região Turística da Costa dos Coqueiros – Litoral Norte da Bahia e Consórcio Intermunicipal da Costa dos Coqueiros



Fonte: BAHIA, 2001

3.1.4 Ecossistemas costeiros e oceânicos do Município de Camaçari

Os ecossistemas costeiros do município de Camaçari têm sido objeto de cuidadosa atenção de entidades especializadas, e vêm sendo minuciosamente estudados e pesquisados pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, e pela Central de Tratamentos de Efluentes Líquidos – CETREL, desde 1994.

Atualmente, é feito o Monitoramento Ambiental Integrado na Área de Influência dos Emissários Submarinos da CETREL e da Millenium, também pelo CRA, que mantém permanente atenção sobre esses dois dutos submarinos. Ambos são responsáveis pela emissão de todos os resíduos e efluentes do Pólo Petroquímico de Camaçari e da indústria de dióxido de titânio, a Millenium, no Oceano Atlântico, a uma distância de seis e quatro km. da costa marítima respectivamente. Todos os resíduos são previamente tratados.

Os mais importantes ecossistemas costeiros encontrados são a Restinga e o Mangue (Fig. 06). Os ambientes costeiros do município de Camaçari iniciam-se na foz do rio Joanes e prolongam-se até o norte, até a foz do rio Pojuca. Nesse percurso, alguns ecossistemas específicos se alternam.

Figura 06: Ecossistema da restinga e do manguezal

Restinga: litoral do Município de Camaçari, 2002



Manguezal: litoral do Município de Camaçari, 2002



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, Camaçari, 2007.

Existem os estuários dos rios Joanes, Jacuipe e Pojuca, com *manguezais* relativamente robustos e com boa produtividade para *moluscos*, *crustáceos* (*caranguejos e camarões*) e, às vezes, *ostras do mangue*. Os manguezais são ambientes característicos de regiões tropicais, quase sempre em áreas estuarinas ou influenciadas pela ação das marés e protegidas da ação das ondas. A sua dinâmica sedimentar é controlada, não só pelo fluxo das marés, como também pelo aporte de água doce continental que chega aos estuários através dos rios, trazendo gama variada de sedimentos e nutrientes.

Os cursos d'água e *Terras Úmidas* (*Brejos, Lagoas e Manguezais*) funcionam como veias do sistema transportando água, sedimentos e nutrientes, e atuando como reguladores das condições físico-químicas e dos compartimentos biológicos mais frágeis dos ambientes marinhos. Biocenoses são os compartimentos biológicos de um ecossistema e Biocorom – o substrato físico (CAMAÇARI, 2001b, v. 1, p. 14).

Os manguezais são caracterizados, na literatura especializada, como ecossistemas intermediários entre ecossistemas terrestres e marinhos. Eles exercem grande influência nos dois, considerando-se que aqueles são o meio no qual se processa uma série de trocas, são considerados como os mais produtivos em termos de biomassa e produção de proteínas, vitais para a alimentação das populações humanas do litoral e da cadeia alimentar marinha.

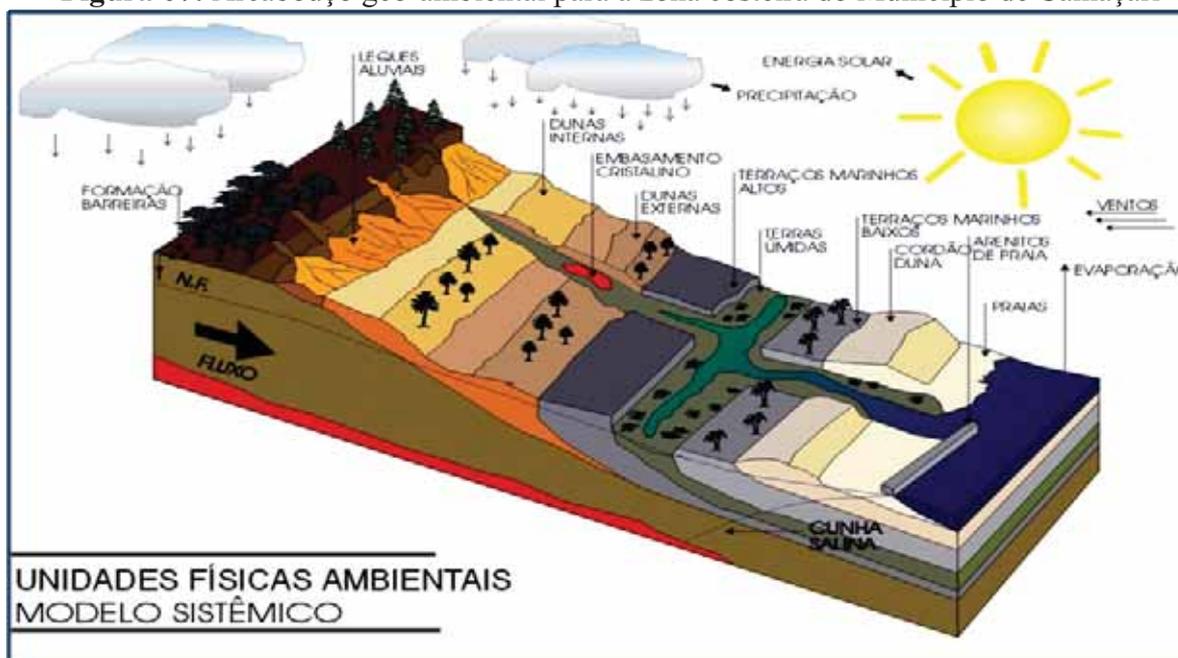
O contínuo fornecimento suplementar de nutrientes orgânicos e uma substancial oferta em produtos primários fazem do manguezal um importante *berçário* para muitas espécies marinhas. Este ecossistema exerce papel estabilizador na dinâmica das barras fluviais, já que suas raízes escoram e fixam os sedimentos, contendo os processos erosivos decorrentes das ondas e correntes de marés que atuam nos estuários.

Outro ecossistema encontrado na região é a *Restinga*, que ocupa os cordões arenosos próximos à orla, e forma um sistema característico do litoral norte da Bahia, onde ocorrem depressões que formam as áreas alagadas das regiões de Jauá, Arembepe, Jacuipe, Guarajuba e Itacimirim. Estes cordões são extremamente importantes para a recarga das lagoas. Estas, além de sustentar uma fauna e flora próprias, servem de local de refúgio e alimentação para uma série de animais de ecossistemas vizinhos, bem como para aves migratórias.

Segundo os estudos da Consultora Ambiental Caíres de Brito (CAMAÇARI, 2001b, v. 2, p. 13), a Plataforma Continental, onde a região do Litoral Norte e a orla marítima de Camaçari estão inseridas, é a mais estreita do litoral brasileiro. Associado a este fenômeno, outro conjunto de fatores ambientais reduz bastante a produtividade pesqueira na região costeira: a atividade pesqueira em bases industriais só poderá ocorrer além da plataforma continental. Estas constatações podem configurar um *Cenário Tendencial de baixa produtividade pesqueira* e reformular toda a vida das pessoas, que sobrevivem das atividades pesqueiras nas comunidades locais, num futuro muito próximo.

A Orla Marítima de Camaçari apresenta um modelo de evolução de costa marcado por oscilações do nível do mar, formando uma costa peculiar, com ambientes frágeis e com características geo-ambientais configuradas de forma esquemática no modelo representado como o *Arcabouço Geo-Ambiental para a Zona Costeira do Município de Camaçari* (Fig.07).

Figura 07: Arcabouço geo-ambiental para a zona costeira do Município de Camaçari



Fonte: CAMAÇARI, 2001b, elaborado pela Consultora Ambiental Caíres de Brito.

3.1.5 A fauna

É preciso destacar a presença das tartarugas marinhas, que são répteis pulmonares, habitando os oceanos tropicais e subtropicais do planeta. Elas surgiram há cerca de 150 milhões de anos e resistiram às drásticas mudanças ocorridas na Terra desde então. Elas assistiram ao aparecimento e à extinção de diversos animais como, por exemplo, os dinossauros. Apesar de abundantes no passado, as tartarugas marinhas não resistiram à ação do homem moderno². No período da desova, as tartarugas marinhas chegam nas praias do litoral brasileiro. Integrando o esforço internacional, para a conservação destes animais, essenciais ao equilíbrio do ecossistema marinho, o Projeto Tamar / IBAMA possui mais de vinte bases, em lugares da costa brasileira, com instalação de equipamentos para pesquisa, visitação e preservação de tartarugas marinhas.

A zona de praia é rota migratória de aves, como *maçaricos*. A Lagoa de Guarajuba-Velado é visitada por aves aquáticas, como o *carão* e o *gavião caramujeiro*, que se alimentam do *aruá*,

² Fundação Pró-Tamar: é uma ONG ambientalista, que possui uma de suas bases, implantada no Município de Camaçari, na localidade de Arembepé, e realiza uma das mais bem sucedidas experiências de preservação marinha no Brasil. Graças ao Projeto Tamar- / IBAMA, criado em 1980, as tartarugas marinhas estão salvas de extinção. E as atividades de pesquisa, manejo e proteção dos pesquisadores do projeto também têm sido importantes para o ecoturismo na Região Nordeste e no Brasil.

molusco que vive entre o junco das lagoas, onde também se reproduzem jacarés. O *papagaio chaurá*, nome que vem da língua indígena, andava em bandos. Ele, uma espécie local hoje em extinção, apesar de ter dado nome à localidade de Jauá, não tem sido visto há alguns anos na região. Registra-se, também, a presença de muitas aves típicas de restinga, como *sabiá da praia*, *pássaro preto*, *bem-te-vi*, *quero-quero*, *beija-flor*, *urubu*, *anu preto*, *saia azul*, *gavião*, *lavadeira*, *Martin pescador* e outros.

Há, também, outras categorias da fauna atraídas pelas lagoas, praias, vegetação arbustiva da restinga, Mata Atlântica, árvores frutíferas, bromélias e orquídeas. Entre elas estão as *libélulas*, *os grilos*, *os sapos*, *os vaga-lumes*, e, nas areias das praias, as *tatuíras*, *grauçás*, e tantas outras que fortalecem os ciclos biológicos e regulam o equilíbrio ecológico. É de inestimável valor a presença de animais importantes, como *os lagartos do tipo camaleão*, *a iguana* e *o calango verde*, *a raposa*, *o sarigüê*, *o mico*, *o tatu*, *a preá*, *as cobras do tipo coral*, *sucuri* e *surucucu* que são encontrados na região, assim como aracnídeos típicos da restinga. Todos eles são responsáveis pelo equilíbrio ecológico e pelo o ciclo de vida do planeta.

Os peixes, *barracuda*, *olho-de-boi*, *dourado*, *tucunaré*, *robalo*, *traíra*, *vermelho*, *budião*, *arraia*, *camarões*, *lagostas*, *ostras* e *pinaúnas* são pescados artesanalmente até os dias de hoje e servem como meio de subsistência da população local.

A ocorrência, no litoral do município, de espécies da fauna ameaçadas de extinção – de acordo com o que se constata na lista do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente –, justificou a criação de uma Zona de Proteção a Vida Silvestre em Busca Vida, na APA Joanes/Ipitanga.

3.1.6 A Vegetação

A Floresta Ombrófila, ou, como é mais conhecida, a Mata Atlântica, estendia-se dos estados do Rio Grande do Norte ao do Rio Grande do Sul, adentrando até trechos da Argentina e Uruguai. Hoje, reduzida a menos de 10% da sua extensão original, ainda encontram-se remanescentes na RMS, na Reserva de Sapiranga, no Município vizinho a Camaçari, em Mata de São João.

Em Camaçari, encontram-se áreas em adiantado estado de recuperação, principalmente nos limites norte do município, nas imediações da foz do rio Pojuca e nas regiões do entorno dos rios Joanes e Jacuipe, onde são encontrados alguns residuais de matas secundárias. A

vegetação natural foi quase toda substituída pelo *coco-da-baia*, mas ainda resistem algumas manchas de restinga.

Encontram-se na região *orquídeas, bromélias, antúrios e a flora* característica da *restinga arbórea* com muitas espécies nativas como: *ingá, cajueiro, pau pombo, murici, mandacaru, maçaranduba, são gonçalinho e aroeira*. Além disso, há árvores frutíferas de muitas variedades tropicais e silvestres, com seus frutos: *coco, caju, manga, tamarindo, banana, jaca, fruta-pão, mamão, mangaba, umbu-caja, jamelão, sapoti, jambo, dendê, siriguela, abacate, ouricuri, gagirus e pitanga*, pois a terra é fértil e o clima excelente para plantio.

Esse programa de recuperação da mata nativa prevê o plantio de 3.837 hectares com espécies regionais e vegetação exótica (*eucalipto e pinus*). O Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros vai integrar várias áreas de preservação ambiental, desde o Pólo Industrial de Camaçari, incluindo as APAs Joanes/Ipitanga, Capivara, Guarajuba, Litoral Norte e Plataforma Continental, os remanescentes florestais da Reserva de Sapiranga na Praia do Forte e Sauipe, até o limite do estado. O total desta etapa será de 30.000 hectares de remanescentes florestais com 60 km de extensão (ver Mapas 05 e 30).

Em 1978, o Governo do Estado implantou o Anel Florestal do Pólo industrial de Camaçari com o objetivo de proteger os ecossistemas e as comunidades vizinhas ao Complexo. Em 2006, o Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC – teve a iniciativa de ampliar o novo Anel Florestal para recuperar os remanescentes florestais em parceria com entidades públicas e privadas atuantes na região.

3.1.7 As bacias hidrográficas dos rios: Pojuca, Jacuipe e Joanes

A área geográfica pesquisada é formada por um conjunto de bacias hidrográficas independentes, integradas pelos seguintes rios: Pojuca, Jacuipe, Joanes/Ipitanga, que estão sob a jurisdição da Região Hidrográfica das Bacias do Recôncavo Norte (Mapa 09). Seus mananciais de águas doces são abundantes e abastecem parte da região metropolitana. Identificam-se predominantemente quatro segmentos de usuários - abastecimento humano, industrial, agropecuário e turístico.

Destaca-se, também, a presença das águas subterrâneas aqui localizadas representadas pelo Aquífero São Sebastião, que consiste numa das maiores reservas de água potável do Estado da Bahia.

Os nove rios que formam as bacias hidrográficas da Região Hidrográfica do Recôncavo Norte são os listados a seguir e localizados no Mapa 09, com destaque para os rios Pojuca, Jacuípe e Joanes/Ipitanga que possuem sua foz na orla de Camaçari.

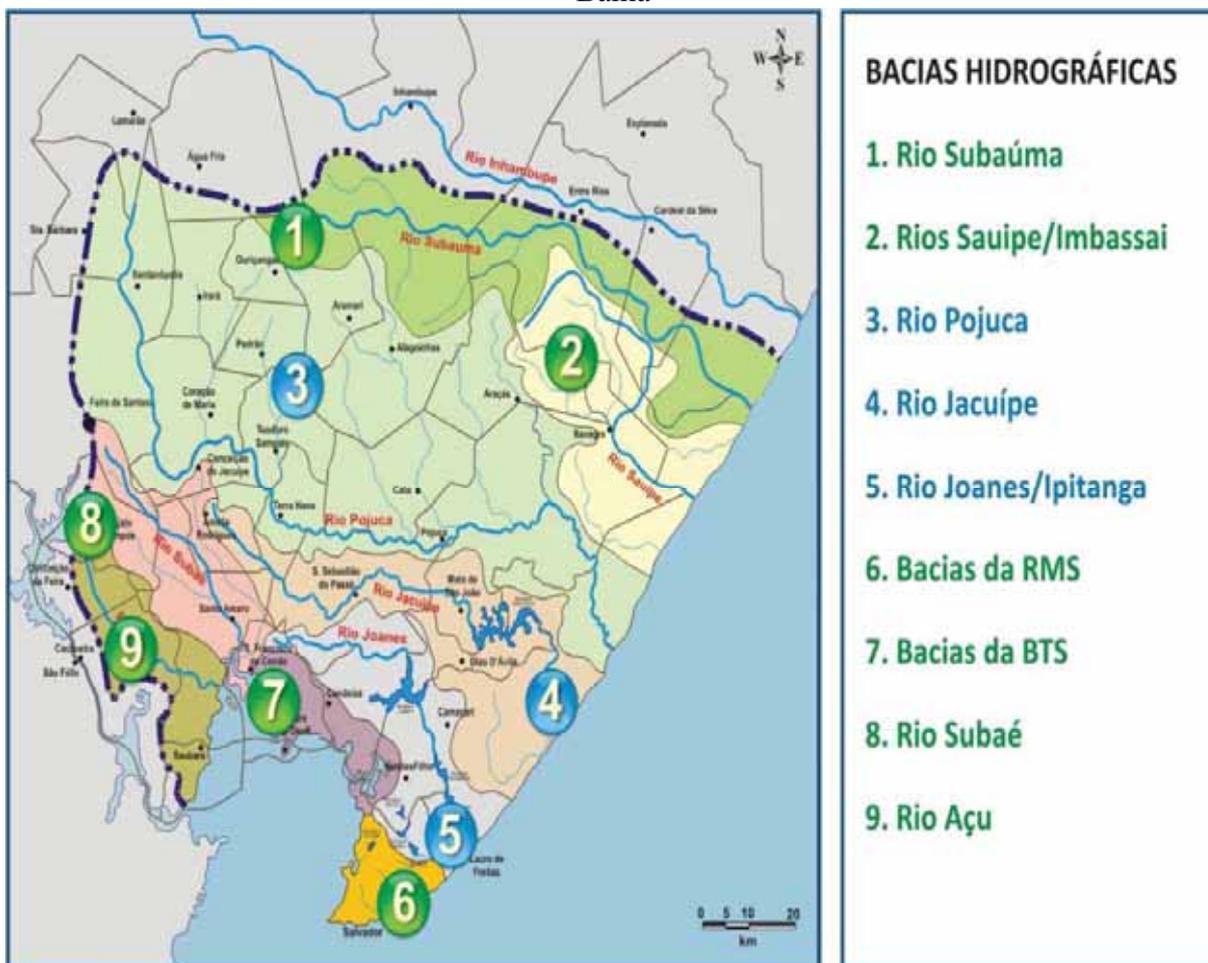
A Bacia Hidrográfica do Rio Pojuca representa a maior área geográfica dentre as bacias do Recôncavo Norte, abrangendo o território de 18 municípios. A nascente do rio situa-se na Serra de Mombaça, no Município de Santa Bárbara, e desemboca no Oceano Atlântico, entre os limites dos Municípios de Camaçari e Mata de São João.

A Bacia Hídrica do rio Pojuca é utilizada no desenvolvimento de atividades agrícolas, existindo grandes áreas de agricultura de subsistência, principalmente no seu alto curso. No seu médio curso, além da agricultura, a silvicultura é uma atividade importante. O turismo é a principal atividade na sua foz.

O rio Pojuca é considerado um importante manancial pertencente ao Sistema de Abastecimento de Águas de Barra do Pojuca, responsável pelo atendimento das localidades e municípios do Litoral Norte da RMS. Pela proximidade da RMS, este rio é um significativo manancial de reserva para abastecimento dos municípios circunvizinhos, e considerado como reserva estratégica para o atendimento do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Salvador – SIAA –, quando esgotar a capacidade de outros mananciais, como o rio Jacuípe.

Diferentemente da bacia do rio Pojuca, as bacias hidrográficas dos rios Jacuípe e Joanes/Ipitanga percorrem, no seu curso, áreas urbanas de sedes municipais e distritais, próximas a Salvador e a RMS. Em suas bacias, desenvolvem-se intensas atividades antrópicas, a exemplo do Centro Industrial de Aratu (CIA), Pólo Industrial de Camaçari, usinas de açúcar e álcool, exploração de petróleo, agropecuária, aglomerados urbanos com grande contingente populacional, e ainda turismo, na parte baixa da bacia, na orla atlântica.

Mapa 09: Identificação dos rios nas Bacias Hidrográficas da Região do Recôncavo Norte da Bahia



Fonte: BAHIA, 2005d.

A *Bacia Hidrográfica do Rio Jacuípe* percorre a área central do município de Camaçari, numa posição quase paralela a do rio Joanes. Entre os afluentes, destacam-se o rio Capivara Grande, o Capivara Pequeno e o Genipapu. É um rio intermitente no seu alto curso, e sua bacia é de aproximadamente 45.000 km². As lagoas e várzeas são elementos constituintes da planície chamada de inundação ou fluvio-marinha, drenada pelo rio Capivara Grande e seus afluentes que fazem parte da bacia do rio Jacuípe (ATECPLAM, 1985). Destaca-se aqui a bacia do rio Capivara Grande, também conhecido como Caratingui, por se tratar de uma bacia de domínio municipal, estando totalmente inserida no município de Camaçari, e de grande importância ecológica, motivo pelo qual foi criada a APA do Rio Capivara.

Nas margens do rio Jacuípe, no seu baixo curso, formam-se meandros que correm por vales abertos com movimentos lentos, e que têm a desembocadura barrada pela restinga e originam, provavelmente, as lagoas. Quando o volume d'água aumenta e o rio não consegue mover-se

através do leito sinuoso, formam-se os chamados aluviões, na faixa litorânea do Município de Camaçari. As principais lagoas são *Santa Maria, Grande, Lancha, Pau de Cinza, Velado e Guarajuba*³. Estas lagoas formam um *Cenário de Grande Valor Paisagístico*.

A *Bacia do Rio Joanes* constitui-se no principal manancial hídrico para o abastecimento da RMS, tendo suas nascentes em terras dos Municípios de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. A bacia estende-se até a orla oceânica, desembocando no município vizinho de Lauro de Freitas, drenando uma região de aproximadamente 1.200 km², com um curso d'água de 245 km de extensão, que percorre seis municípios da Região Hidrográfica do Recôncavo Norte.

Em sua bacia desenvolvem-se intensas atividades antrópicas, potencializadas pela sua densa malha viária, que transporta cargas perigosas – como os produtos das indústrias químicas e petroquímicas localizadas no Pólo Industrial de Camaçari – e outros produtos poluentes e tóxicos produzidos nessa região. No contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Joanes, destaca-se a sub-bacia do seu principal tributário, o rio Ipitanga, inserida em uma área parcialmente urbanizada, que se estende desde o CIA, situada no município de Simões Filho, até a orla marítima.

As suas margens encontram-se submetidas à forte pressão antrópica e com sérios riscos ambientais, como a supressão da mata ciliar em trechos próximos às áreas urbanizadas ou em processo de crescimento desordenado, erosão das margens, assoreamento da calha fluvial e lançamento de resíduos industriais, apenas para citar alguns. Configura-se aqui o *Cenário de Sérios Riscos Ambientais*.

A região apresenta um ambiente extremamente favorável em relação às águas subterrâneas representado pelo Aquífero São Sebastião, que se estende ao longo de todo o litoral com características de água de boa qualidade. O represamento das águas das bacias desses rios ocorre pelas diversas barragens operadas pela empresa de saneamento do Estado da Bahia, a EMBASA, com o objetivo de promover o abastecimento de Salvador e da RMS, além de fornecer água para as áreas industriais da região. Elas são as Represas de Santa Helena, Pojuca, Joanes I e II, Ipitanga I, II e III.

³ Foi instituído desde 1977, o Parque Municipal das Lagoas de Guarajuba pelo Decreto Municipal nº 130 de 30/03/77. Atualmente, ele está incluído na APA das Lagoas de Guarajuba.

3.1.8 Cenário real de beleza natural e a dimensão ecológica

É na restinga que se assentaram inicialmente os antigos povoados pesqueiros, cujos nomes deram origem às praias de Busca Vida, Jauá, Arembepe e Guarajuba, sendo que, nessas três últimas, há a presença de recifes ou quebra-mar natural. Outro elemento no litoral são as *barras* na foz dos rios Jacuipe e Pojuca, formadas por depósitos trazidos pelo curso d'água.

Na tentativa de conter o uso insustentável dos recursos hídricos do planeta, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia Mundial da Água (Dia Internacional da Água Potável), comemorado em 22 de março, e elaborou um documento intitulado Declaração Universal dos Direitos da Água, com 10 artigos. Aqui, destacam-se alguns:

Artigo 1º – A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade é plenamente responsável aos olhos de todos.

Artigo 2º – A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo o ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito a vida, tal qual é estipulado do art 3º. Da Declaração dos Direitos do Homem.

Artigo 5º – A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

Artigo 6º – A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Diante do importante patrimônio e megabiodiversidade encontrados na *fauna, flora, rios, lagoas, ecossistemas frágeis* do bioma costeiro do litoral da Camaçari, confirma-se a pergunta inicial desta pesquisa: *como era e como está atualmente esse lugar?* Constata-se, por toda essa exuberante paisagem encontrada, e que deve ser preservada, urgentemente, que o *Paraíso realmente ainda pode ser aqui*. Desse modo, configura-se o *Cenário de Paisagem Natural da Orla de Camaçari* que é o: *Cenário Real de Beleza Natural*.

3.2 A EVOLUÇÃO URBANA

3.2.1 A história do lugar

Os primeiros registros históricos da situação de uso e ocupação do solo no território estudado remontam ao Descobrimento do Brasil no século XVI, quando aqui chegaram os povos

ibéricos. O sistema de Capitânicas Hereditárias foi implantado no Brasil, a partir de 1534, pela Coroa Portuguesa, com o propósito de atrair investimentos privados, e garantir a particulares grandes extensões de terras.

Estes proprietários de grandes extensões de terra, em contrapartida, deveriam promover o povoamento e realizar a exploração econômica das terras *brasilis*. Para isso, Portugal enviou para cá o 1º. Governador Geral, Tomé de Souza, acompanhado de uma grande comitiva, cuja função de almoxarife era exercida por Garcia D'Ávila, donatário da sesmaria outorgada por D. João III, na Capitania Hereditária da Bahia. Este latifúndio pertence à família Garcia D'Ávila e seus herdeiros até as atuais gerações. Nele, às margens do rio Pojuca, em Tatuapara, os proprietários se instalaram, e construíram sua casa fortificada, a Casa da Torre⁴, no litoral norte da Bahia. Nessa época, suas terras se estendiam pelos sertões baianos até o estado do Piauí, localizado no extremo norte do Brasil.

Entretanto, as terras recebidas não estavam despovoadas, e eram habitadas por vários povos indígenas de hábitos culturais diferentes dos portugueses. O primeiro assentamento humano existente no território, onde hoje é o Município de Camaçari, foi a aldeia indígena Tupinambá, às margens do rio Joanes, onde se estabeleceu, no segundo semestre de 1558, a Missão dos padres jesuítas, hoje Distrito de Abrantes.

Os primitivos habitantes, os índios tupinambás, eram antropófagos e guerreiros violentos. Foi nessa região que o navio, no qual viajava Diogo Álvares Correa – o Caramuru –, naufragou. A localidade recebeu o nome de Aldeia do Divino Espírito Santo, hoje Vila de Abrantes. Lá foram construídos, com a ajuda dos índios, dirigidos pelo Padre João Gonçalves e Irmão Antonio Rodrigues, a primeira igreja feita de taipa e um convento, que é considerado o marco inicial da Missão Jesuítica no Brasil. Esta igreja foi reconstruída no século XVII (CAMACARI, 1985a).

A partir da reconstituição histórica do espaço territorial do que é hoje Camaçari, tem-se a oportunidade de compreender a natureza do Plano de Colonização Portuguesa nas terras brasileiras. Percebe-se a interação de dois projetos fundamentais e característicos da época

⁴ A Casa da Torre é um castelo medieval, considerada a única construção existente remanescente do período medieval na América Latina. Atualmente, é mantida pela Fundação Garcia D'Ávila de propriedade dos descendentes do donatário, e está situada na Reserva de Sapiranga, também Patrimônio Ambiental remanescente da Mata Atlântica.

colonial, no século XVI: os aldeamentos indígenas, mantidos por ordens religiosas, especialmente, os jesuítas, a concessão de sesmarias e privilégios a homens ligados à Corte Portuguesa que se encarregavam de providenciar a ocupação e a exploração das vastas terras que recebiam.

Com a criação da Aldeia do Espírito Santo, atual Vila de Abrantes, no século XVI, pelos jesuítas e as sesmarias doadas pelo Governador Geral Tomé de Souza ao Conde de Castanheira, inicia-se uma história que explica, em grande parte, a economia e a sociedade que se vai constituir em Camaçari. Essa estrutura, vigente até o século XIX, mantém a sua importância e seus traços bem identificáveis até meados do século XX.

Segundo o historiador Serafim Leite existiam, desde essa época, conflitos de jurisdição sobre a autoridade válida para ser exercida perante os índios aldeados e, mais que isso, surgem conflitos éticos entre a visão dos padres e a dos colonos acerca da mão-de-obra indígena. Abaixo está referido um trecho do registro, por volta de 1564, de um *discurso* de um índio da Aldeia do Espírito Santo por conta da visita do Padre Luiz da Grã: “Vinde! Muito folgo com a vossa vinda, alegro-me muito com isto. Os caminhos folgam, as ervas, os ramos, os pássaros, as mulheres, as moças, os meninos, as águas, tudo se alegra, tudo ama a Deus.” (CAMAÇARI, 1985a, p. 291-292).

Na contradição entre esta postura paradisíaca e o utilitarismo imediatista dos portugueses donos de terras em busca de mão-de-obra gratuita, desdobrou-se a convivência da Aldeia do Espírito Santo com seus Vizinhos. Destaca-se, aqui, a tragédia do índio brasileiro pós-descobrimiento. Também dessa mesma época é a visita feita pelo Padre Cristovam de Gouveia, descrita pelo Padre Fernão Cardim (CAMAÇARI, 1985a, p. 291-292):

Chegando o padre a terra, começaram os flautistas a tocarem as suas flautas com muita festa, o que fizeram quando jantamos debaixo de um arvoredado de aroeiras mui altas. Os meninos índios escondidos em um fresco bosque cantavam várias canções devotas, enquanto comemos [...].

Neste clima, confundem-se compromissos de apoio recíproco entre o empenho colonizador do Rei de Portugal e os propósitos religiosos dos padres jesuítas, que sonhavam com a *sociedade ideal* tão tentada na Aldeia do Espírito Santo. Eles tinham sempre o propósito de criar para os índios uma economia própria, com condições independentes de ajuda externa. Desde 1584, segundo Serafim Leite (1943), a preocupação dos padres aparece ao redor de suas capelas de

Em 1925, Camaçari é elevada à categoria de sede da Vila, e passa a ser chamada de Montenegro. Somente com a Lei Estadual nº 10.724, de 30 de março de 1938, a denominação anterior volta ao município, e a sua delimitação territorial é disciplinada com suas vilas e localidades. Durante algum tempo, Dias D'Ávila pertenceu a Camaçari como distrito e, a partir de 1985, pela Lei Estadual 4.404, desmembrou-se, constituindo em município independente.

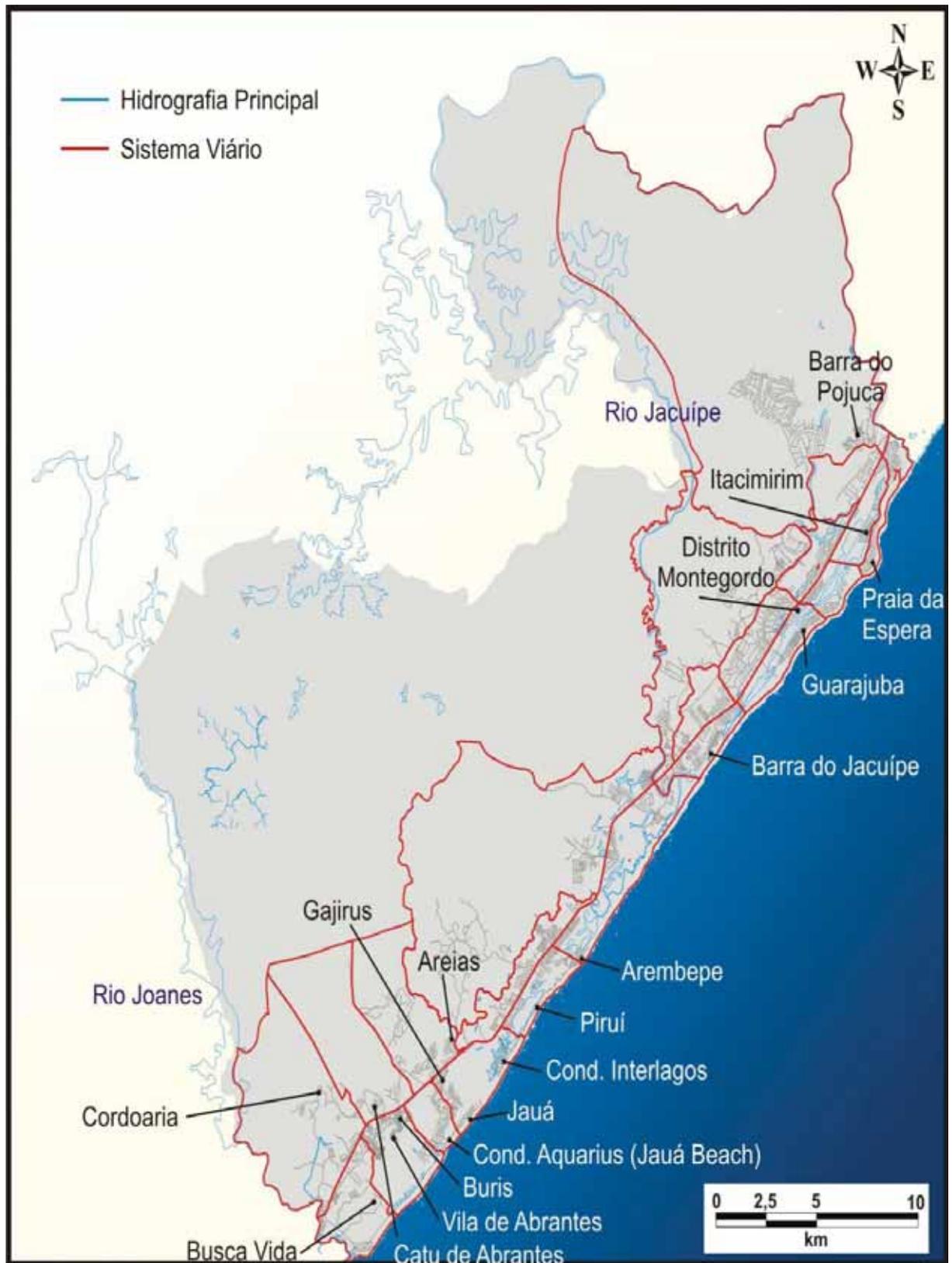
3.2.2 Povoamento da orla marítima do Município de Camaçari

As comunidades da orla surgiram principalmente em função da colonização e das atividades pesqueiras de seus habitantes. Elas se desenvolveram ao longo da Estrada do Coco, a partir das transformações das vilas dos pescadores em localidades de veraneio. O turismo e as questões de qualidade urbana ambiental da metrópole vêm empurrando para o litoral Norte as populações de alta e baixa renda, o que termina mudando o perfil dessas comunidades, introduzindo novos padrões urbanos, acompanhados da violência e da insegurança (CAMAÇARI, 2001b, p. 34).

Atualmente, os povoados mais importantes dessa área são os listados a seguir e estão localizados no Mapa 11.

- *Vila de Abrantes*, um dos lugares mais antigos para a história brasileira, e suas áreas de expansão, as localidades de *Catu de Abrantes*, *Buris*, *Gagirus*, *Areias* e *Pé de Areia*, na porção interna da orla;
- *Jauá*, antiga vila de pescadores situada no litoral;
- *Arembepe* abriga a maior comunidade, e é um porto de pesca natural;
- *Guarajuba*, *Itacimirim* e *Busca Vida* situam-se a beira mar;
- Os povoados de *Catu de Abrantes*, *Machadinho*, *Jorrinho* e *Monte Gordo* situam-se no interior, ou seja, a oeste do eixo viário que estrutura o litoral do município;
- *Barra do Pojuca* ou *Pojuquinha* e *Barra do Jacuipe* são locais que se voltaram também para veraneio, assim como todos os povoados da costa litorânea de Camaçari.

Mapa 11: Localidades da orla do Município de Camaçari



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa direta, Camaçari, 2004-2007.

Além desses povoados historicamente constituídos, outros aglomerados foram potencializados pelos loteamentos e condomínios residenciais de fins de semana e pousadas que se instalaram ao longo das últimas décadas na faixa litorânea, preenchendo todos os espaços intersticiais entre os povoados⁵. O trecho entre o Oceano Atlântico e a BA-099, em toda a sua extensão de 42 km, está quase totalmente ocupado por parcelamentos de tipologia urbana de loteamentos regulares e irregulares para fins habitacionais, com a infra-estrutura mínima de arruamento com pavimentação primária, meios-fios e iluminação pública.

3.2.3 Nucleações urbanas no território pesquisado

*Vila de Abrantes*⁶ é um dos sítios mais antigos do Brasil e foi fundada pelos padres jesuítas, nos primeiros anos do descobrimento destas terras pelos portugueses em 1558, fazendo parte, portanto, da memória nacional e deve ser preservada como tal. As primeiras referências históricas desta região remontam ao ano de 1558, quando Tomé de Souza manda erguer uma igreja e funda a Aldeia do Espírito Santo, “[...] distante sete ou oito léguas da Cidade, onde chamam Rio Joanne, perto da costa do mar [...]”, hoje Vila de Abrantes. A Aldeia do Espírito Santo, segundo o historiador Cid Teixeira, já no meio da década de setenta no século XVI, a Vila de Abrantes estava entre os pontos de apoio mais importantes de que dispunham os jesuítas (CAMAÇARI, 1985a).

Atualmente, a localidade de Vila de Abrantes está inserida no Parque Municipal das Dunas de Abrantes (Mapa 12), dentro da Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga, que tem como finalidade preservar uma das paisagens mais importantes do Litoral Norte da Bahia, incluindo o Bioma Mata Atlântica e sua biodiversidade, dunas, lagoas e vegetação de restinga.

Entretanto, existem diversas construções irregulares, desmatamento da vegetação nativa, construções sobre as dunas ou no seu entorno, aterramento de lagoas e nascentes, além de implantação de fossas sépticas improvisadas que contaminam o lençol freático e comprometem a salubridade da água doce e potável da região.

⁵ Detalhamento da Pesquisa de Ocupação Urbana Contemporânea – item 3.3 deste capítulo.

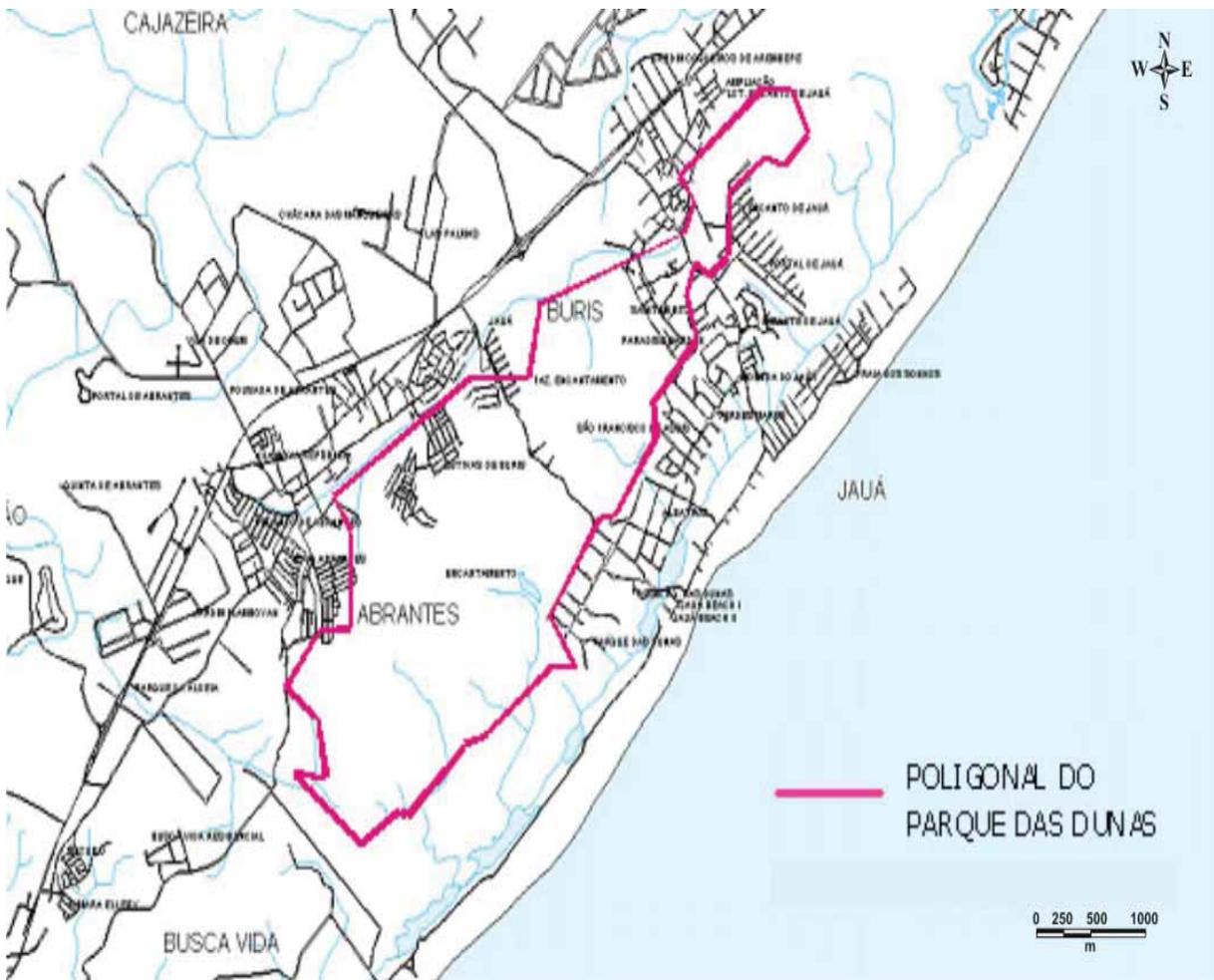
⁶ A origem do nome Abrantes vem de *aurantes*, no português antigo significava áureo, dourado, ouro, da cor dourada das lagoas e águas da região que os portugueses encontraram quando aqui chegaram.

Outra situação insustentável é a proliferação de loteamentos clandestinos e invasões dentro dos limites do Parque Municipal das Dunas de Abrantes.

A Vila de Abrantes configura-se como um *Cenário de Patrimônio Histórico Nacional* a ser preservado, ou seja, um Sítio Arqueológico Histórico Ambiental.

Catu de Abrantes compõe-se de pequeno aglomerado de casas no lado esquerdo da BA-099, próximo ao rio Joanes, com predominância de moradores fixos. As atividades de pesca eram desenvolvidas na praia de Busca Vida.

Mapa 12: Delimitação do Parque Municipal das Dunas de Abrantes e Condomínio Busca Vida



Fonte: CAMAÇARI, 2001b.

Ultimamente, a predominância é da agricultura de subsistência, como, por exemplo, *aipim*, *inhame*, *banana-da-terra*, *melancia*, *batata doce*, *quiabo*, *maxixe*, *jiló*, *abóbora*, etc., sendo o excedente vendido de maneira informal no acostamento da BA-099.

O povoado apresenta desenho urbano irregular e baixo padrão construtivo de ruas, calçadas e imóveis, além de carência dos serviços de infra-estrutura urbana. O vetor de crescimento é no sentido norte com tendência a se integrar à Vila de Abrantes.

Busca Vida foi o primeiro parcelamento implantado na orla, em 1958, e até hoje existem glebas que não foram desmembradas. Esse território transformou-se num condomínio fechado com lotes grandes, como chácara, com boa infra-estrutura urbana para casa de veraneio de alta renda, resort, spa, pousadas e hotéis. O terreno consiste hoje na maior área contínua da orla, passível de mudanças de uso do solo, no sentido de substituição de tipologia habitacional para atração do grande capital turístico (Fig. 08).

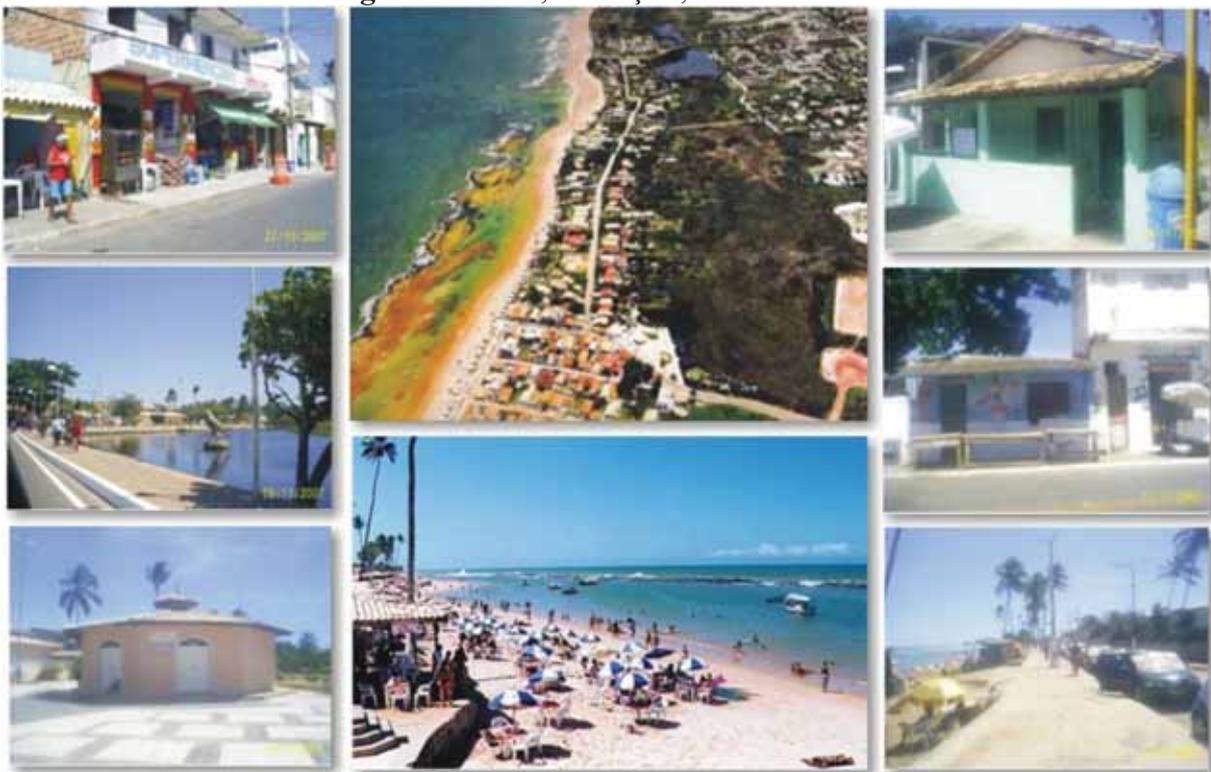
Jauá, cuja origem do nome deve-se a um tipo de papagaio, o *chauá*, que vivia em bandos na região, e hoje está em extinção possui dois núcleos urbanos, um próximo à praia, composto por residências de fim de semana e pousadas, e outro na localidade de Pé de Areias, onde ficam os moradores antigos originários dessas terras (Fig.09).

A praia de Jauá é urbanizada, com barracas padronizadas, calçadão com bancos de concretos, equipamentos de lazer e é muito freqüentada por moradores de Camaçari por causa da facilidade de acesso, tanto por transporte coletivo como pela isenção de pagamento de pedágio para quem vem da direção da sede do município. Como áreas de expansão de Jauá, localizam-se as comunidades de Gagirus e Buris em direção à Vila de Abrantes pela Av. Tiradentes – via paralela à Estrada do Coco (ver Mapa 10).

Areias é uma localidade situada na margem esquerda da BA-099, entre o rio Capivara e as dunas, habitada exclusivamente por moradores originários das terras da região, que contam com abastecimento de água e rede elétrica; é composta apenas por duas ruas. Nesta localidade não existem elementos de valor histórico, artístico e cultural que justifiquem uma delimitação para potencial turístico, entretanto o zoneamento ambiental proposto pelo PDDU/2000, para os Compartimentos Ambientais, deve ser respeitado, em função da localidade encontrar-se em áreas de mananciais pertencentes à bacia do rio Capivara e das Dunas de Abrantes.

Figura 08: Condomínio Busca-Vida, Camaçari/BA

Fonte: CAMAÇARI, 1999.

Figura 09: Jauá, Camaçari, 2007

Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, CAMAÇARI, 2007 e Foto aérea: CAMAÇARI, 1999.

A mancha de ocupação urbana formada pelos núcleos urbanos de Vila de Abrantes, Jauá, Gagirus, Buris, Pé de Areias e Areias em torno da Praça do Pedágio, e das localidades situadas à esquerda da BA-099, e na via Cascalheira, conformam um pólo de comércio e serviços ao longo da Av. Tiradentes e da Estrada do Coco.

A localidade tem a possibilidade de tornar-se, na próxima década, um sub-centro de apoio metropolitano que atenda ao Litoral Norte. Configura-se, portanto, um *Cenário de Concentração de Comércio e Serviços de Apoio Metropolitano* (Mapa 13).

Arembepe, em termos etimológicos, é formado pelo vocábulo arenque – um tipo de peixe –, e beque – proa do barco –, o que mostra a origem da própria Vila e suas ligações muito fortes, outrora existentes, entre o mar e os moradores. Cenário de rara beleza era o habitat natural de muitos seres vivos. *Arembepe* é uma das localidades mais importantes do município de Camaçari, podendo ser considerada como uma pequena cidade. Assim como outras vilas, o seu crescimento deu-se de forma desordenada em torno de uma antiga aldeia de pescadores e hoje apresenta configuração urbana e social heterogêneas com graves problemas ambientais.

Em *Arembepe* existe uma colônia tradicional de pescadores, com um porto de pesca natural e um comércio que supre as necessidades locais e do turismo de fim de semana. Este comércio conta com mercadinhos, farmácias, bares, restaurantes, lojas de confecções, lojas de construção, barracas de praia, entre outros.

O centro possui duas praças, embora seja pouco arborizado, o que torna o local um pouco árido. Não há esgotamento sanitário, e somente a metade das vias é pavimentada, na maioria, com paralelepípedos. Esta parte possui rede de energia elétrica, abastecimento de água, e a iluminação pública é parcial. As pousadas e pequenos hotéis estão localizados, na sua maioria, próximos à praia, além de uma unidade do Projeto Tamar e outra do Instituto Nacional de Meteorologia. No trecho conhecido como Volta do Robalo e na parte central do trecho litorâneo, há predominância de residências de médio e baixo padrão construtivo, enquanto que no trecho da orla mais afastado do centro, os lotes são maiores e os imóveis apresentam padrão construtivo mais elevado.

Ainda no trecho da orla, situada ao norte de *Arembepe*, está a Aldeia Hippie, remanescente da cultura *hippie*, dos anos 60/70. Muito procurada por turistas e visitantes, há produção de arte, artesanato e festivais alternativos (Fig. 10).

.Desde a década de 60, os primeiros *hippies* chegaram a *Arembepe* e estabeleceram uma comunidade alternativa, onde os aspectos sócio-culturais são marcantes e valorizados, o que

atraiu visitantes de variadas origens. A aldeia alcançou notoriedade, inclusive fora do Brasil, abrigando temporariamente vários nomes significativos da contracultura, como Janis Joplin e Mike Jagger.

Figura 10: Aldeia Hippy/ Camaçari, 2002.

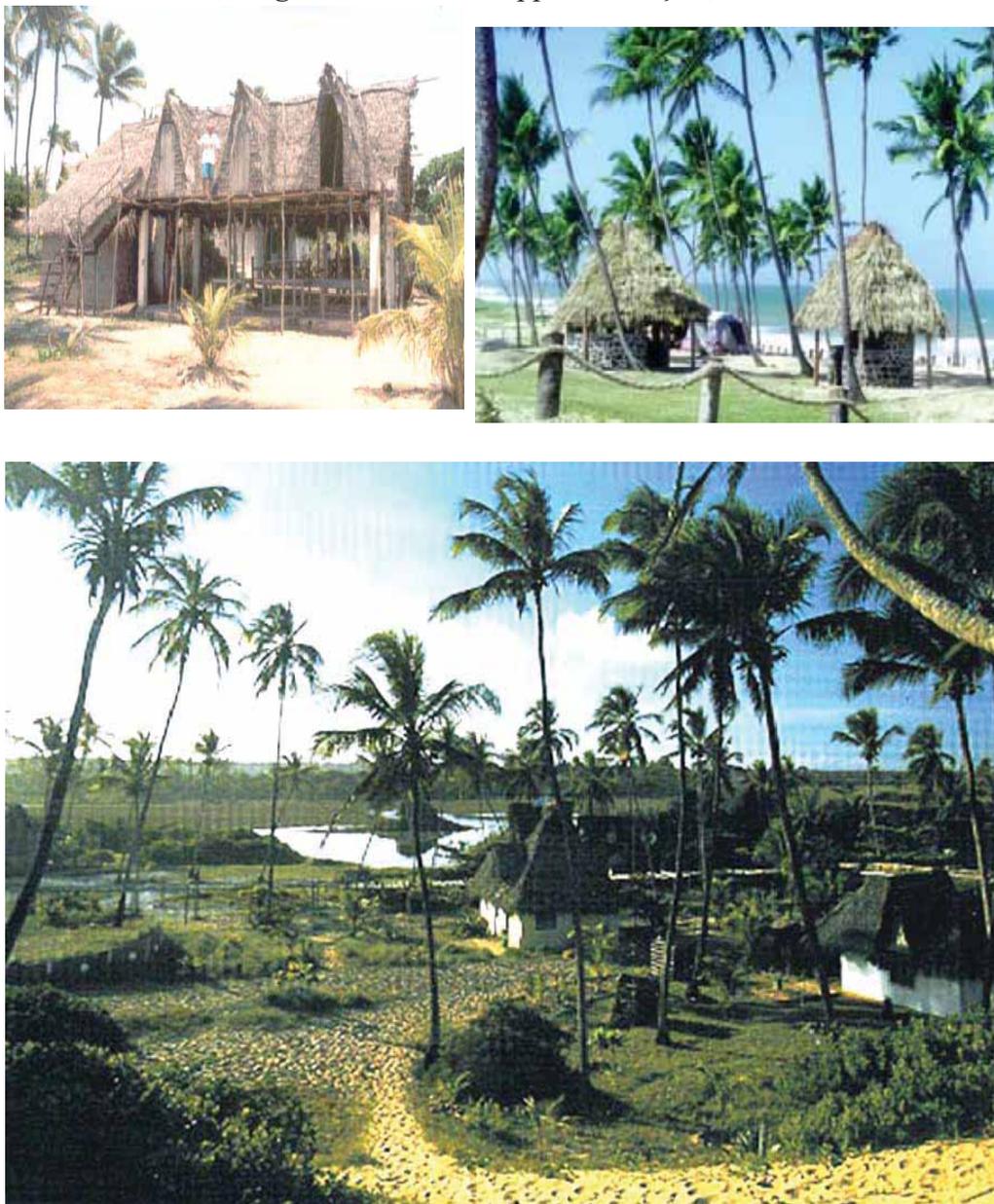


Foto: Aristides Alves

Fonte: BAHIA, 2002b.

Mapa 13: Concentração de comércio e serviços de apoio metropolitano.



Fonte: Elaboração própria.

Vale registrar que a aglutinação e o fortalecimento da associação de moradores da aldeia é o que ainda mantém a sua filosofia de vida no contexto contemporâneo, além de preservar o ambiente natural e respeitar um *padrão arquitetônico peculiar* cuja tipologia é inspirada nas antigas casas dos pescadores da Vila de Arembepe.

As praias de Arembepe compõem um ambiente dinâmico, onde ondas, marés, ventos, tempestades e animais agem, construindo, destruindo ou remodelando a paisagem (PRODESU, 2001, p. 21). Arembepe configura-se como um *Cenário de Porto Natural de Pesca, Praia, Veraneio e Turismo*, além de configurar-se num *Cenário de Concentração de Comércio e Serviços de Âmbito Municipal*.

Guarajuba, na língua dos índios tupis, significa *Garça Dourada*. O nome surgiu de uma referência às aves *douradas* que ficavam na lagoa do lugar. O primeiro condomínio construído no local, final da década de 60, recebeu este nome e consolidou-se ao longo do tempo (REIS, 2006, p. 06).

Guarajuba é um conjunto de loteamentos de classe alta, com imóveis de médio e alto padrão construtivo. A área é considerada a mais bem infra-estruturada da Orla, contando com água tratada, telefone, energia elétrica, na sua totalidade, enquanto a pavimentação e a drenagem pluvial atingem o percentual de sessenta por cento dos loteamentos. A predominância é de casas de veraneio e atividade turística. Os loteamentos possuem desenho urbano de boa qualidade e o comércio que supre as necessidades locais; seus equipamentos sociais e de lazer atendem, cada vez mais, ao público veranista de outras localidades da orla.

Uma parte desse terreno abriga um recém construído hotel, do tipo resort de luxo, denominado Vila Galé Marés, pertencente a um grupo empresarial português. O comércio no local tem se expandido ao longo da via principal, e forma, com Monte Gordo, um corredor especializado com centros comerciais, restaurantes, bares, pousadas, hotéis, com possibilidade de configurar um *Cenário de Concentração de Comércio e Serviços de Porte Médio*.

Monte Gordo está situado a oeste da BA-099, caracterizando-se por ser uma localidade predominantemente rural, de serviços básicos e mão de obra para Guarajuba (caseiros, jardineiros, pedreiros, eletricitas, vigilantes, garçons, cozinheiras, empregadas domésticas,

etc.). Essa localidade foi originalmente uma grande fazenda, cujos proprietários tinham sobrenome de Monte Gordo (PADILHA et al., 2006, p. 30).

O local tem tido um crescimento muito grande nos últimos anos. O desempenho das atividades de agricultura de subsistência e produtos, que são comercializados no Mercado Municipal, atrai moradores de outras localidades com muita intensidade. Soma-se a esse pólo gerador de comercialização de produtos a sua localização privilegiada, de fácil acessibilidade à orla, ao Pólo industrial e à sede municipal, podendo se configurar, portanto, como um *Cenário Tendencial de Concentração de Abastecimento Alimentar e Concentração de Comércio e Serviços de Porte Médio*.

Barra do Pojuca tem características essencialmente rurais. Seus moradores são trabalhadores rurais, pescadores e marisqueiras que vivem em torno de um pequeno núcleo central com características de um aglomerado urbano de edificações de pequeno e médio porte, de baixo e médio padrão construtivo.

A infra-estrutura é deficiente no geral, mas o sistema viário que liga o Pólo Industrial à Barra do Pojuca pela BA-522 é facilitado. Existem atrativos para o ecoturismo no rio Pojuca como cascatas, corredeiras, e trilhas aquáticas, com esporte de aventura como *rafting*, tirolesa, canoagem e bóia-cross (*acquaraid*), além das trilhas terrestres (PADILHA et al., 2006, p. 16). Configura-se aqui o *Cenário de Turismo Ecológico*.

Barra do Jacuipe – próximo à foz do rio Jacuipe e cortado pela BA-099–, é um povoado que assume duas configurações distintas, onde a presença do rio é marcante na paisagem e na vida dos seus moradores. Jacuipe significa, em tupi, rio dos Jacus, que é um peixe. Na porção oeste da rodovia, é composta por chácaras, sítios e estabelecimentos comerciais, apresentando ainda abundância de áreas verdes na margem do rio.

A outra porção, a leste da rodovia, é composta por residências de baixo e médio padrão construtivo de caráter permanente, com maior adensamento e ocupação de trechos da margem do rio. A atividade comercial é intensa ao longo da BA-099, ocorrendo também internamente em algumas vias secundárias locais. Os atrativos naturais possibilitam *roteiros ecoturísticos*, como *pesca no rio e no mar*, *canoagem* e *vários esportes náuticos*. Configura-se o *Cenário de Turismo Náutico*.

Itacimirim apresenta notáveis características naturais, tais como lagoas, a foz do rio Pojuca e praias exuberantes. A localidade é heterogênea, sendo que a porção mais próxima à BA-099 é composta por uma população de baixa renda (pescadores e caseiros) residente do local, enquanto a porção mais próxima à praia é composta por uma população de alta renda que veraneia no litoral.

O local atrai visitantes e turistas, e o potencial turístico com sua boa infra-estrutura tem atraído investidores para pousadas, hotéis e lazer de praia. As antigas casas de veraneio estão sendo substituídas por *villages*⁷, hotéis e pousadas, que estão se consolidando a beira-mar, atualmente muito valorizadas pela proximidade do grande pólo atrator de turistas do Litoral Norte, a Praia do Forte, com preços ainda mais acessíveis (Fig. 11).

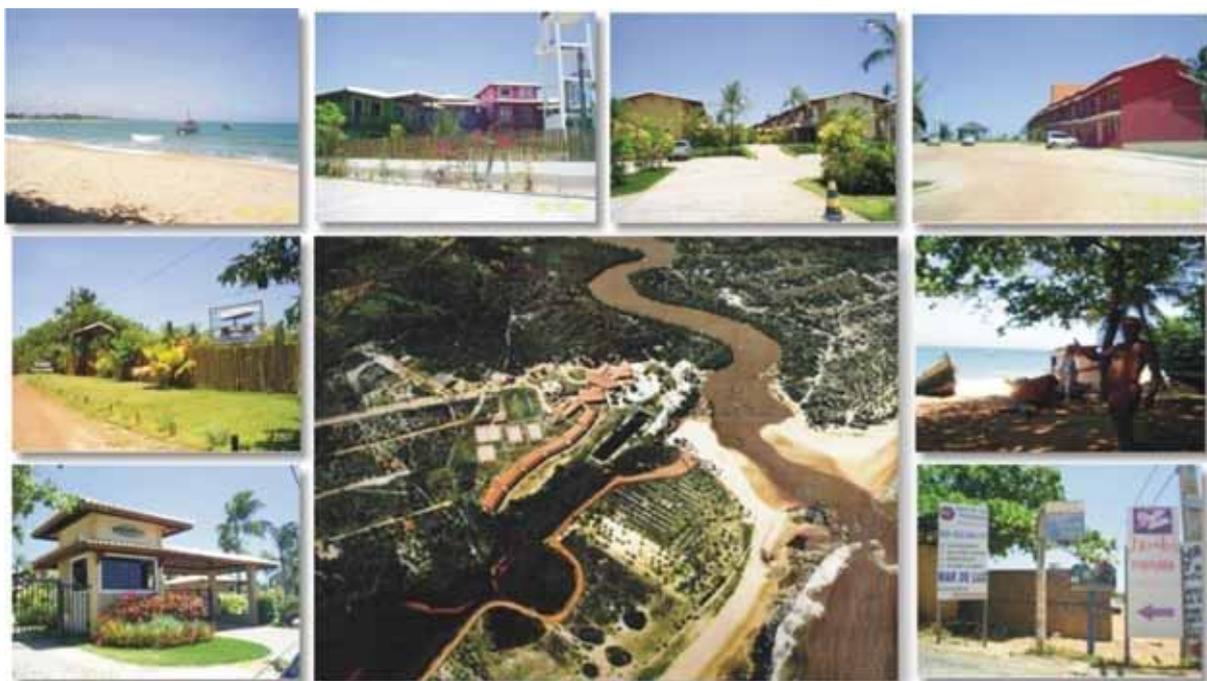
A concentração e oferta de serviços de infra-estrutura hoteleira nesta localidade têm assumido maior importância dentre as outras opções da orla de Camaçari. Este cenário de oferta de infra-estrutura de hospedagem e turismo configura o *Cenário de Pólo de Hospedagem*. A paisagem formada pelo encontro do rio Pojuca com o Oceano Atlântico e o manguezal é um cenário de grande beleza, e suas águas límpidas possibilitam o esporte aquático, como o *mergulho submarino*.

O desenho urbano, constituído pela disposição das nucleações urbanas sem possibilidade de interligação entre si, acarreta a impossibilidade de expansão desses núcleos da forma tradicional, ou seja, o adensamento do núcleo urbano com crescimento em todas as direções.

O sentido tradicional de expansão de cada núcleo seria primeiro o crescimento horizontal e depois vertical, para mais tarde todos se interligarem. Desse modo, a orla marítima de Camaçari é uma mancha contínua de ocupação, com formato linear, acompanhando paralelamente a linha das marés do Oceano Atlântico. Seu crescimento é restrito e limitado pela linha de preamar e foi adensado no sentido oeste da rodovia que lhe deu origem, com possibilidade de crescimento e extensão do tecido urbano pela zona rural do município até encontrar a sede municipal e o Pólo Industrial de Camaçari (Mapa 14).

⁷ *Village* – tipologia habitacional muito encontrada na orla do município, que é o mesmo que grupo de casas.

Figura 11: Itacimirim, Camaçari, 2007.



Vista aérea foz do rio Pojuca, Itacimirim, CAMAÇARI, 1999.

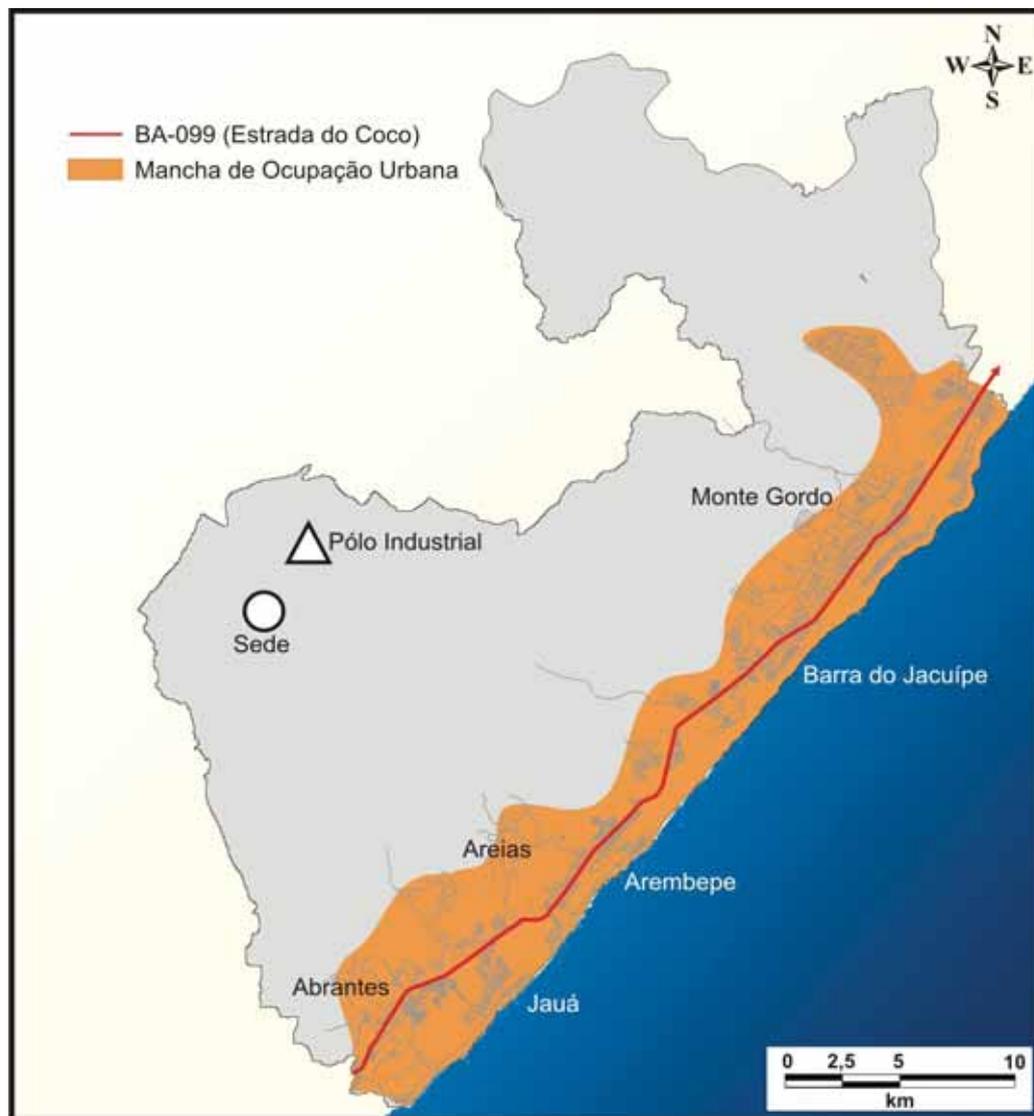
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, Camaçari, 2007.

Quando se analisa o rebatimento espacial das ocupações ao longo do litoral do município, percebe-se o espraiamento do tecido urbano ao longo de toda a orla, paralelamente ao Oceano Atlântico e a BA-099, formando um *contínuo metropolitano*, com várias nucleações.

Configura-se o *Cenário de Nova Cidade da Orla, Nova Territorialidade*, onde estas nucleações e povoados funcionam como os bairros de uma cidade de âmbito metropolitano, com muitos espaços vazios entre eles, esperando a valorização imobiliária para se conurbarem, como ocorre atualmente no município limítrofe de Lauro de Freitas.

Este cenário tendencial de escala metropolitana poderá se tornar de âmbito estadual, estendendo-se esta conurbação em direção ao Litoral Norte. Desde que o espraiamento do tecido metropolitano avance pelos municípios de Mata de São João e Entre Rios, onde o processo de ocupação urbana litorânea reproduz o modelo que se verifica em Camaçari, há pelo menos três décadas.

Mapa 14: Mancha de ocupação urbana no território pesquisado –
A nova territorialidade da orla de Camaçari



Fonte: Elaboração própria.

Aos poucos se percebe outra dinâmica se instalando. Verifica-se que muitas pessoas estão optando por habitar permanentemente, ao invés das segundas residências nas localidades, loteamentos e condomínios da orla de Camaçari, atraídas pela qualidade de vida urbana ambiental e estimuladas pela facilidade de acesso do Pólo Industrial, da cidade do Salvador e da RMS.

A partir dessas ocorrências, constata-se a crescente demanda de serviços e comércio de apoio residencial e especializado nesta área. Por enquanto, estão concentrados em Lauro de Freitas, mas cuja tendência é estenderem-se por toda a faixa marginal à Estrada do Coco, onde estão

atualmente dispersos. Este cenário tendencial pode configurar-se como o *Cenário de Corredor de Comércio e Serviços* ao longo da Estrada do Coco, *um continuum urbano*.

3.2.4 Comunidades tradicionais

Encontram-se na área pesquisada algumas comunidades tradicionais do tipo quilombolas e sítios arqueológicos, como os sambaquis remanescentes dos povos indígenas. Outras denominações também são utilizadas para as comunidades tradicionais do tipo quilombolas.

Quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades de terreiro são expressões que designam grupos sociais de afrodescendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole (FUNDAÇÃO PALMARES, 2007).

Símbolo de resistência do povo negro escravizado, atualmente, os quilombolas são entidades representativas das comunidades remanescentes dos escravos libertos, no Brasil, somente no final do século XIX, em 1.888 com a Abolição da Escravatura. Hoje, essas comunidades tradicionais são reconhecidas e representadas nos fóruns de discussão ambiental, social e política, defendendo seus interesses coletivos nos órgãos gestores de bacias hidrográficas e Unidades de Conservação, movimentos sociais, de negros, de jovens, de mulheres, além de outros.

A Fundação Cultural Palmares, órgão governamental ligado ao Ministério da Cultura e responsável pelo reconhecimento e certificação das comunidades remanescentes de quilombos, é apoiada pelo Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária – INCRA, órgão federal responsável pela demarcação do território considerado histórico-cultural. A realização de ações junto às comunidades afro-brasileiras visa garantir trabalho, geração de renda e promoção da cultura afro-brasileira.

No distrito de Abrantes, o assentamento rural conhecido como Comunidade Senhora Santana de Cordoaria é de origem quilombola, próximo à orla do Município, na localidade de

Machadinho, a comunidade tradicional é conhecida como Capivara, por está às margens do rio Capivara, cuja atividade principal é a produção de carvão. A comunidade de Cordoaria foi certificada por decreto em 20/01/2006. Pelo menos, mais dois quilombolas estão em processo de registro, o de Machadinho e Monte Gordo.

Para que uma comunidade tradicional seja considerada quilombola é necessário primeiramente o auto-reconhecimento, ou seja, a própria comunidade residente no local deve se declarar com tal. Desse modo, após a demarcação territorial e formação da associação representativa, com a certificação do governo, automaticamente o regime de propriedade da terra muda. As terras deixam de pertencer a uma pessoa física para ter a sua posse transferida para a coletividade – na figura jurídica da associação de moradores que representa a comunidade.

Existe a possibilidade de recursos governamentais para roças coletivas, e outros apoios para a preservação e manutenção dessas comunidades, que não se inserem no modo de produção capitalista globalizado. A lógica de produção e sobrevivência é simplificada e o foco principal é a preservação das raízes culturais, em contraste com a homogeneização e modernização das localidades do entorno, dos novos hábitos contemporâneos de lazer e geração de renda das populações que vivem nos luxuosos loteamentos e condomínios próximos.

As casas de farinha situadas na região utilizam tecnologia própria do tipo artesanal, resquícios do estilo de vida dessas comunidades quilombolas, que preservam a tradição de seus antepassados. Na localidade de Areias encontra-se uma casa de farinha com aproximadamente 150 anos. Existem casas de farinha implantadas em várias localidades, incentivadas por um projeto da Prefeitura do Município de Camaçari. Essas casas de farinha sobrevivem às novas tecnologias de produção e abastecem a população local, com seus subprodutos como beiju, goma e tapioca (ver Glossário) muito apreciados e utilizados na culinária baiana.

Os sítios arqueológicos – os sambaquis – são encontrados ao longo da Estrada do Coco – BA-099, remanescentes da cultura dos índios tupinambás que viveram nessas terras. Recentemente foi implantado o Museu de História Natural da Costa dos Coqueiros, que sinaliza alguns marcos oriundos das escavações arqueológicas. Por conta das obras de ampliação da BA-099 foram feitas escavações e encontradas peças de origem indígena de pelo menos 3.500 anos.

Desde a década de 60, os primeiros hippies que chegaram a Arembepe estabeleceram uma comunidade alternativa, onde os aspectos sócio-culturais são marcantes e valorizados atraindo visitantes de variadas origens. Vale registrar que a aglutinação e o fortalecimento da associação de moradores da aldeia é o que ainda mantém a sua filosofia de vida no contexto contemporâneo, além de preservar o ambiente natural e respeitar um padrão arquitetônico peculiar.

A filosofia de vida dos hippies, na qual o tempo e a produção têm dimensão oposta a do capitalismo, preserva a vida comunitária e sobrevive do artesanato e da autogestão dos seus problemas.

A comunidade da Aldeia Hippie é integrante da Zona de Manejo Especial da Área de Proteção Ambiental do Rio Capivara, que possui 1800 ha. Compreendida numa poligonal de 42,14 ha está a área do Parque da Aldeia que é declarada como área de preservação permanente pelo decreto municipal, que visa a preservação e a proteção integral da biota local – sob salvaguarda do Projeto Tamar – é declarada e tombada como patrimônio sócio-cultural do Município de Camaçari.

Garantir a posse da terra e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes dos quilombos e suas relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada à resistência à opressão histórica sofrida, configura um *cenário de preservação da cultura afro-brasileira*.

O *etnodesenvolvimento* resulta das práticas estimuladas pelo desenvolvimento de comunidades tradicionais, que potencializam o uso de matéria prima encontrada no bioma costeiro, como sementes, madeira, coco, mandioca, barro, penas de aves, plantas, para as atividades econômicas de subsistência da população residente, tais como a pesca, artesanato e casas de farinha. Configura-se, então, o *cenário real de preservação da cultura local*, com valorização da diversidade cultural de herança da matriz africana e indígena.

3.2.5 Patrimônio cultural no Município de Camaçari

Cultura, para os romanos, significava originalmente agricultura, cultivo da terra e também testemunho do passado com preservação do legado e continuidade das tradições. Para os moradores dos bairros populares, cultura significa arte, música, o que não deve ser esquecido, como o acervo de conhecimentos de uma comunidade, que deve ser repassado para as próximas gerações, tudo que marca um lugar, as raízes étnicas e as festividades (SERPA, 2007, p. 141).

As manifestações populares encontradas no Município de Camaçari representam um importante legado ao patrimônio cultural brasileiro, não obstante, esquecido pelo novo *marketing* cultural e turístico em curso na sociedade moderna baiana.

A produção cultural urbana não valoriza a cultura popular encontrada nas comunidades de moradores das localidades periféricas. A globalização e a indústria do turismo tendem a reconhecer a diferença e a diversidade cultural existente nas localidades e a transformar essa produção cultural em mercadoria, ou seja, em fator de atração turística.

A preservação da identidade cultural de cada povo deve ser construída com políticas públicas afirmativas e inclusivas, a partir do diálogo entre os vários agentes e grupos que produzem cultura. “A desintegração da cultura é evidenciada através da conversão dos objetos culturais em mercadorias sociais, que podem circular e se converter em moeda de troca de toda a espécie de valores, sociais e individuais.” (ARENDR, 2002 apud SERPA, 2007, p. 158)

A própria população de Camaçari e da Bahia não conhece e não valoriza a diversidade de seu patrimônio imaterial. A riqueza da cultura popular local não é evidenciada pelos meios de comunicação, que massificam a cultura do axé e algumas exógenas, impondo uma mídia audiovisual homogeneizante e globalizada, como a atual, com os modismos de cada estação.

As manifestações populares do Município de Camaçari possuem aspectos específicos ligados ao contexto geográfico litorâneo – o lugar e as peculiaridades das matrizes africana, europeia e indígena – e aos seus habitantes. A identidade cultural é valorizada pelas comunidades locais, representadas pelas associações de moradores, paróquias, terreiros de candomblé e quilombolas, que mantêm viva as tradições da cultura popular desse lugar, diferenciando-as e

especializando-as. O jogo da capoeira incorporou-se a identidade cultural baiana e tem sido exportado para o mundo todo como esporte, dança e arte educação nas escolas nacionais e estrangeiras.

As manifestações populares encontradas no Município resultam das crenças, lendas, costumes e tradições preservadas ao longo do tempo, por pessoas das comunidades, que se traduzem em artesanato, culinária, músicas, danças, coreografias, cortejos e festejos religiosos e profanos (PADILHA et al., 2006, p.35).

Destacam-se, no território pesquisado, algumas manifestações culturais, como: *samba de roda*, *samba de coco*, *samba de viola*, *umbigada* (Arembepe), *chegança dos mouros masculina e feminina* (Arembepe), *chegança dos marujos* (Monte Gordo), *marujada*, *maculelê*⁸, *capoeira*⁹, *puxada de rede*¹⁰, *festas juninas*, *lavagens das igrejas*, *festas do candomblé*, *enterro do ano velho* (na localidade de Machadinho), *boi janeiro* (na localidade de Parafuso), *boi reisado* (Barra do Pojuca), *terno de reis*, *bumba meu boi*, *dança do dourado* (em Areias), carnaval.

O samba de roda é uma das referências das raízes musicais brasileiras, o samba brasileiro é uma manifestação cultural, popular, musical, coreográfica e poética, presente na obra de grandes poetas e compositores renomados internacionalmente, como Caetano Veloso e Dorival Caymmi, e também nas alas das baianas das escolas de samba do carnaval dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O samba de roda destaca-se como denominador comum, permeando as atividades econômicas, religiosas e lúdicas, configurando um *cenário de valorização da diversidade cultural afro-baiano tradicional*. O samba de roda de Camaçari – *Guerreiros de Parafuso* – foi registrado como Patrimônio Imaterial do Povo Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

⁸ *Maculelê* significa *dança de guerreiro* e seus componentes, usam saia de palha que lembra a indumentária indígena. A dança é feita com pedaços de madeiras ou facões e forma uma bela coreografia.

⁹ Capoeira é uma luta/dança coreografada e cadenciada trazida pelos africanos com passos ensaiados e acompanhados por música típica com instrumentos como o berimbau, atabaque e triângulo, atualmente muito difundida pelo mundo todo em academias e escolas formais brasileiras.

¹⁰ *Puxada de rede* é uma manifestação cultural popular no Município de Camaçari, que retrata a movimentação dos pescadores no arrasto dos peixes com uma rede de pesca, coreografada com muita cantoria.

Em Arembepe, é uma constante o diálogo com o mar e a tradição das festas folclóricas dos pescadores, vindas desde a época dos índios, que aqui habitavam originadas nas festas da religião católica implantada pelos jesuítas. A chegada de Arembepe e a Marujada são, provavelmente, originárias de uma dança portuguesa do século XVIII, cantada e coreografada. A Festa de São Francisco de Arembepe é hoje uma *lavagem* tradicional ou *festa-de-largo* que encerra o período do Carnaval (Fig. 12).

Figura 12: Lavagem tradicional orla do Município de Camaçari.



Fonte: Acervo SEPLAN/PMC, Arembepe, 1975 e acervo fotográfico da pesquisadora, Jauá, Camaçari, 2007.

Eventos de rua são muito comuns nas comunidades do Município, e o calendário de festejos está ligado às festas religiosas católicas, cujos santos padroeiros das igrejas são comemorados com o ritual da religião católica dentro da igreja. Pelo sincretismo religioso, as comemorações são do lado de fora das igrejas, com os rituais da religião de matriz africana – o candomblé (Fig. 13).

Figura 13: O Candomblé



Fonte: GOOGLE IMAGES, 2007.

Este costume, oriundo da época em que os habitantes afro-descendentes não podiam entrar nas igrejas, constituiu-se o que hoje se chama de *festas-de-largo ou lavagem*, evento muito apreciado pela população, atraindo visitantes de todo o Estado. A tradição da festa é a lavagem do adro da igreja por *baianas*¹¹ vestidas com trajes típicos, portando jarros de barro com *água-de-cheiro* – água perfumada com folhas especiais – e fazendo os rituais do candomblé, para depois iniciar a festa profana com bebidas e comidas típicas vendidas nas ruas do entorno da igreja da localidade onde se está reverenciando o santo.

Em todas as localidades ao longo da orla de Camaçari são festejados seus padroeiros com as tradicionais *lavagens*, como as de Jauá, Monte Gordo / Guarajuba, Barra do Jacuipe e Arembepe.

¹¹ Baianas típicas ou *baianas de acarajé* são mulheres baianas afro-descendentes que vendem bolinhos de acarajé e outras iguarias nas ruas da Bahia. Elas vestem-se com trajes típicos e usam colares no pescoço, torço, feito de tecido de renda branca, na cabeça. Este costume é oriundo do ritual religioso do candomblé, para o qual o acarajé é a oferenda, aos orixás, ou seja, aos deuses, pelos adeptos do “povo do santo”, ou seja, da religião de matriz africana, muito aceita pelo povo baiano, e cuja cultura afro-baiana já está incorporada aos costumes locais. Hoje é uma iguaria consumida largamente por toda a população, nos bares, restaurantes e tabuleiros das baianas de acarajé e transformou-se num produto de forte apelo turístico pelas suas características peculiares, sendo utilizado como símbolo e marketing para a promoção do turismo baiano.

O carnaval em fevereiro – o *Camafolia* –, e o São João em junho – *Camaforró* – são as maiores festas populares de Camaçari, ambas realizadas na sede do Município e organizadas pelo governo municipal em parceria com a iniciativa privada¹².

Em algumas localidades, o carnaval é organizado pela iniciativa de grupos sociais locais, nos condomínios ao longo da orla e nas vias locais dos núcleos urbanos, como, por exemplo, o tradicional Bloco das Piriquitas de Jauá, o de Interlagos, o de Arembepe com Raízes de Arembepe, os Brochas e o Baile dos Coroas. A essência dessas manifestações culturais é a brincadeira e a irreverência, para revigorar o corpo e o espírito.

Os festejos juninos ocorrem em cada comunidade com as tradicionais fogueiras em frentes as casas em comemoração a São João – no dia 24 de junho. As ruas são decoradas com enfeites típicos juninos, serve-se iguarias com produtos colhidos à época de São João – milho, amendoim, aipim, canjica, pamonha e bolos variados – e os licores tradicionais de frutas da região, como os de jenipapo, gengibre, pimenta e outros.

As *quadrilhas juninas*¹³ também fazem parte da história cultural do Município e da Bahia, sendo uma dança característica das festas juninas e muito apreciada por muitas cidades do nordeste brasileiro.

Para a festa de Santo Antônio, considerado o santo casamenteiro – comemorado em 13 de junho –, a manifestação cultural é de cunho estritamente católico, e são rezadas as trezenas de Santo Antonio, com treze dias de missas, pagamentos de promessas e rezas nas casas das pessoas.

O artesanato local é considerado uma das mais expressivas representações culturais. São confeccionadas peças a partir de matéria prima extraída do bioma da região. Os materiais mais utilizados são conchas, minerais, sementes, cascas, palhas, folhas, coco-da-baia e minerais. Utiliza-se o barro para as produções de utensílios e obras de arte em cerâmica, o

¹² Essa temática é abordada no item 5.5, que trata espaço público, eventos de rua e o lazer do cidadão.

¹³ *Quadrilhas juninas*; dança característica das festas juninas e seus componentes dançam ao som de músicas típicas – *fórró* –, e representam o casamento à moda caipira, seus componentes usam roupas coloridas características e a coreografia é ensaiada em grupos. Participam de competições e concursos em eventos próprios, em espaços privados e públicos abertos, fechados e especiais nas pequenas localidades do Município, na capital do Estado e em várias cidades do interior baiano na época do São João (CAMAÇARI, 2006a).

dendê e outras plantas regionais para confecção de objetos pessoais, de decoração e religiosos (PADILHA et al., p. 37).

Hoje está muito difundido na sociedade de consumo o hábito de utilizar produtos artesanais, assim, são produzidas bijuterias, peças de vestuário e objetos decorativos de padrão da moda internacional.

Os produtos confeccionados nas comunidades são muito procurados por turistas nacionais e estrangeiros. Algumas peças transformam-se em obras de arte vendidas e expostas ou comercializadas no mercado internacional, outras abastecem as feiras locais e os mercados de artesanato espalhados por diversas regiões brasileiras que massificam e mercantilizam a produção cultural das comunidades tradicionais.

A culinária típica da região é elemento de valorização da diversidade cultural. Num cenário, onde o modo de vida, a cultura tradicional mantém-se com festas de santos católicos e cultos a entidades sagradas do candomblé, o consumo de comidas típicas de matriz africana, européia e indígena é parte integrante da diversidade cultural encontrada nesse lugar.

Os hábitos alimentares peculiares dos moradores de Camaçari destacam-se na gastronomia nacional e aguçam a curiosidade de turistas nacionais e estrangeiros. As iguarias típicas fazem parte do cotidiano dos habitantes do lugar, dos empreendimentos turísticos e de lazer instalados na região costeira de Camaçari e do Litoral Norte da Bahia.

Considerado patrimônio cultural, a culinária baiana tem no *acarajé*¹⁴ e na *baiana-de-acarajé* um de seus maiores símbolos vivos. Não obstante sua origem religiosa – de matriz africana – a comercialização desse alimento tornou-se produto mercadológico de grande aceitação no cotidiano da população baiana e dos visitantes que o degustam, sendo como *tira-gosto*¹⁵ nas ruas da Bahia, nas barracas de praia, nos bares e restaurantes e nos eventos promovidos pela sociedade em geral.

¹⁴ *Acarajé*: é um bolinho muito saboroso, típico da culinária baiana, feito com feijão do tipo *fradinho* moído e frito em azeite de dendê, vendido em tabuleiros em pontos estratégicos das cidades por *baianas-de-acarajé*.

¹⁵ *Tira-gosto* é a expressão regional utilizada para designar as iguarias de paladar salgado servidas antes do almoço, como as entradas ou *copetins*, ou ainda, *oeur d'évre*, *servem* para abrir o apetite ou estimular a fome, são geralmente servidas em porções pequenas, e acompanham as bebidas alcoólicas. Na maioria das vezes tira é a fome, daí a denominação.

Os pratos exóticos são muito saborosos e as receitas são preparadas com a matéria prima da região – pescados, mariscos, leite de coco, azeite de dendê, folhas, hortaliças, mandioca, aipim, milho, frutos como castanha de caju, tamarindo, amendoim.

Destacam-se, apenas, algumas iguarias, como moqueca de peixe, de camarão, de lagosta e de mariscos em geral, caldos e escaldados, bobó de camarão, vatapá, *caruru*¹⁶, sarapatel, maniçoba, cuscuz, mingau, beiju, cocada, doces, sorvetes, sucos, licores e drinques a base de frutas tropicais, biscoitos, sequilhos, bolos de farinhas especiais – tapioca, aipim, carimã, milho – e muitas outras servidas no café da manhã, almoços e jantares da gente da Bahia.

3.3 A OCUPAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA

Algumas considerações iniciais são necessárias para o entendimento da lógica de ocupação urbana no Litoral de Camaçari, que é considerado um ambiente frágil em áreas protegidas. A primeira é de ordem legal, ou seja, a Orla Marítima de Camaçari, no seu rebatimento espacial, é definida e conceituada pelo limite físico institucionalizado como área urbana, desde a elaboração do Plano Piloto da Orla Marítima em 1978, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 23.662, de 03/09/1973.

Tem-se, portanto, um espaço litorâneo definido por lei como urbano, compreendendo um conjunto de assentamentos residenciais transitórios, ou seja, casas de veraneio - segundas residências. Além disso, há a moradia do pessoal ligado aos serviços de apoio residencial e hoteleiro, pousadas para o turismo de finais de semana e residências de pessoas vinculadas à pequena agricultura (CAMAÇARI, 2001b, p. 2).

Esses aglomerados urbanos estão instalados sobre um conjunto de ecossistemas litorâneos frágeis, alguns deles protegidos por legislação de proteção ambiental rigorosa, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - e outros sendo afetados por processos avançados de poluição hídrica das bacias do Município.

¹⁶ Caruru é um prato preparado a base de quiabos, com amendoim, camarão seco, castanha de caju e azeite de dendê, é também a denominação da festa comemorativa dos santos gêmeos – Cosme e Damião – em 12 de outubro. Pelo sincretismo religioso são servidas no *caruru* outras iguarias preparadas como oferendas aos *orixás* – divindades do candomblé – hoje incorporadas à mesa de todos os baianos.

Para efeitos legais, e segundo o Estatuto da Cidade, a partir da delimitação do perímetro urbano e do macro zoneamento, são distinguidas as zonas urbanas e rurais das cidades com mais de 20.000 habitantes, para onde valem as regras da Política Urbana Nacional.

A outra consideração é de ordem conceitual, e entende-se aqui o Urbano como sendo um modo de vida que não está mais restrito às cidades.

Hoje há atividades rurais que são de concepção urbana. É o caso de quando se usa uma tecnologia de ponta em uma área agrícola ou um hotel fazenda que oferece todos os atributos do modo de vida urbano.

Além disso, isolar as variáveis quantitativas como número de habitantes, densidades, tipos de atividades e assentamentos humanos, a exemplo do que faz o IBGE e outros órgãos oficiais de planejamento, não é mais suficiente para distinguir o urbano do rural. O conceito de urbano vai além dos dados concretos. Urbano é mais do que uma referência espacial complexa, o que nesta pesquisa fica claro pela diversidade de categorias de análise que trata.

A divisão entre centro e periferia, de acordo com Luchiari (2002), não é mais tão rígida.

Até os anos 70, a área central das cidades brasileiras era caracterizada por ser mais bem equipada, enquanto a periferia era associada aos pobres. Hoje não se sustenta mais esse modelo centro-periferia, nem na escala das relações internacionais, nem na estrutura urbana das cidades. A periferia hoje está no centro e vice-versa.

Diante disso, a terceira consideração a fazer é a de ordem locacional, pois a questão da localização privilegiada da área pesquisada - a faixa litorânea do Município de Camaçari - faz parte do mais moderno e dinâmico vetor de expansão metropolitana do Litoral Norte de Salvador, capital da Bahia. Isso resulta na ampliação da oferta de infra-estrutura urbana, acessibilidade, equipamentos e serviços de porte internacional e competitivo no mercado globalizado.

Desse modo, se caracteriza a região como um *continuum metropolitano*, uma extensão de Salvador – a conurbação do eixo Av. Paralela/Estrada do Coco/Linha Verde – configurando um cenário tendencial de *um novo modelo de cidade linear* (ver Mapas 02, 13 e 14).

Aborda-se a questão da ocupação territorial da Orla de Camaçari não somente do ponto vista urbano-ambiental e da expansão metropolitana de Salvador em direção ao Litoral Norte, mas também como um modelo de crescimento fora do padrão conhecido e influenciado por forças de mercado poderosas, resultante de um planejamento não tradicional. Ainda, através da sua realidade multifacetada e de um olhar não simplificador da complexidade territorial, entende-se o ambiente como um sistema aberto, onde as relações são dinâmicas e os processos interagem e se auto-reorganizam. O ambiente é o resultado das relações entre a sociedade e a natureza (ver Glossário).

O Brasil é considerado um dos países detentores da megadiversidade biológica do mundo. Segundo o Relatório Nacional sobre a Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de 1998, o país abriga cerca de 10% a 20% do número de espécies conhecidas pela ciência. A questão central na conservação da biodiversidade e no seu uso sustentável está no desafio de implementar os meios de gestão ou manejo que garantam a continuidade de espécies, patrimônio genético e ecossistemas, fundamentais para a estabilidade ambiental do planeta e sobrevivência do ser humano.

Percebe-se uma dicotomia entre as políticas públicas de proteção ambiental e a ação humana. O avanço da legislação brasileira nos últimos anos tem sido enorme, haja vista as Leis Federais como o Estatuto das Cidades e a Lei das Águas, recentemente em vigor. Cada vez mais pesquisadores, ambientalistas, gestores públicos e cidadãos conscientes manifestam suas preocupações acerca do tipo de desenvolvimento das nossas cidades e dos biomas costeiros com seus ecossistemas frágeis próximos a regiões metropolitanas, como é o caso da faixa litorânea de Camaçari.

As denúncias através dos meios de comunicação têm sido cada vez mais freqüentes acerca do desenvolvimento do Litoral Norte do Estado da Bahia. Diariamente, a imprensa relata os crimes ambientais não punidos ou anuncia a “comédia ambiental” com a anuência de órgãos públicos, o assunto tornou-se manchetes de jornais. A citação abaixo é do editorial do jornal *A Tarde* em 19 de abril de 2006.

Mostra a estatística que o delinqüente ambiental é o beneficiário. Crimes incalculáveis, como a devastação de centenas de hectares de mata nativa, sem possibilidade de renovação de recursos naturais típicos da região, ficam impunes. A morosidade e a protelação com recursos administrativos já viraram anedotas e folclore (COMÉDIA..., 2006, p. 2).

Se, por um lado, a questão dessas constantes denúncias de desrespeito às leis ambientais, tanto pela imprensa como pelos fóruns ambientalistas – como os conselhos, comitês, câmaras técnicas criadas pelas três instâncias dos órgãos públicos, o municipal, o estadual e o federal – tem sido um fator de desgaste nas relações institucionais; por outro lado, as metodologias de pesquisas avançam, e a contribuição da ciência está à disposição da sociedade para indicar tecnicamente os caminhos a percorrer.

A complexidade do quadro que se apresenta nesta porção de território costeiro, se por um lado é de pressão por desenvolvimento urbano e turístico, com instalação de novos empreendimentos residenciais e turísticos de grande porte, em ecossistemas frágeis de grande valor paisagístico e assentamentos irregulares em áreas protegidas, como as APAs, APPs e ZPV, por outro lado, é de pessimismo quanto ao futuro dos ecossistemas próximos às lagoas, mata ciliares, manguezais, dunas e praias.

A legislação ambiental existente, na qual o litoral de Camaçari é contemplado, regulamenta a ocupação e não permite que ela seja desordenada próxima às zonas consideradas de relevância ecológica. Entretanto, a constatação alarmista, de alguns técnicos e ambientalistas, é pessimista ao situar a questão da ocupação acelerada do território litorâneo como *cenário de colapso dos ecossistemas costeiros e marinhos no curto prazo*.

O crescimento econômico e as pressões demográficas têm contribuído muito para a transformação urbana da orla marítima do município. O seu rebatimento espacial é expresso na forma como o uso e a ocupação do solo tem ocorrido ao longo do tempo. Essas formas são manifestadas e interpretadas sob diversos ângulos e visões, através de categorizações de seus vários tipos de atividades, de usos, de ocupação territorial, de tipologias construtivas, típicas do urbano e ainda outras classificações metodológicas das ciências sociais, físicas, biológicas.

Apresentam-se, nesta pesquisa, as *Tipologias de Ocupação Habitacional* encontradas na faixa litorânea de Camaçari, na qual foram analisadas as categorias mais recorrentes, por ordem cronológica de manifestação no espaço como, por exemplo, *empreendimentos imobiliários do tipo, condomínios e loteamentos residenciais, urbanização integrada*¹⁷, *grupo de casas*¹⁸, *aglomerados subnormais ou invasões*¹⁹.

¹⁷ *Urbanização integrada*: cujo conceito é o mesmo que o antigo conjunto habitacional. Entretanto, na orla de Camaçari o gabarito é limitado a dois pavimentos para uso residencial e três pavimentos para atividades de

A escolha desse indicador foi motivada pela observação de que a tipologia de ocupação habitacional é a categoria urbana de maior incidência no território pesquisado. Esta categoria de uso e ocupação do solo respondeu, na análise preliminar realizada, por si só, pelos atributos e valores de sustentabilidade urbana para o estudo.

A identificação de Indicadores de Sustentabilidade Urbana – ISU –, que definem o estágio atual desse espaço geográfico, é importante para a compreensão das condições da qualidade de vida urbana que vive sua população, complementados pelos Índices de Vulnerabilidade Social e Ambiental.

Os indicadores e parâmetros trabalhados por instituições e pesquisadores contribuem para a compreensão desse tecido urbano. Os indicadores intra-urbanos e o Mapa da Pobreza do Município, detalhados adiante (ver item 3.4.4), mostram o nível de exclusão social e territorial em que se encontra a região estudada, no contexto metropolitano e nacional. Eles informam também sobre a valorização dos lugares, ou seja, os espaços vazios ainda disponíveis para ocupação e investimentos que estejam ecologicamente saudáveis, ambientalmente preservados, competitivos no mercado imobiliário ou com atrativos naturais e paisagísticos para o desenvolvimento do turismo sustentável e lazer do cidadão.

Com base nas fontes de informações oficiais, foram utilizados parâmetros comparativos intermunicipais (intra-urbanos), regionais e até internacionais. Os indicadores mostram as características socioeconômicas da região – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH - e Índice de Desenvolvimento Social – IDS – e caracterizam a vulnerabilidade social através do mapa de exclusão social na sua representação espacial.

Apresenta-se a *Pesquisa da Tipologia da Ocupação Habitacional no Litoral de Camaçari* refletida à luz da legislação incidente, de forma complementar e independente de outras pesquisas apresentadas nos outros capítulos. A pesquisa refere-se, neste capítulo, à dinâmica urbana nas suas dimensões temporal e espacial, ou seja, analisa o processo de uso e ocupação

hotelaria, parâmetros estes válidos, até a possível aprovação do novo Plano Diretor, em fase de tramitação no poder legislativo, até o término desta tese.

¹⁸ Grupo de casas: localmente denominado por alguns de *villages*.

¹⁹ *Invasões* ou favelas: segundo o IBGE são assentamentos humanos com tipologia de habitação precária situada em áreas públicas.

do solo urbano nessa faixa territorial ao longo do tempo, delineando o Cenário Real e configurando o *Cenário de Ocupação Urbana Contemporânea* (ver Mapa 15 no item 3.3.3).

Na Pesquisa de Ocupação Urbana, a predominância espacial encontrada é de moradia. Obteve-se como resultado uma *Listagem de Loteamentos Aprovados* (Quadros 05, 06 e 07 no item 3.3.3), em ordem cronológica, subdividida em três períodos, que totalizaram, aproximadamente, cinco décadas de abrangência da pesquisa, aos quais se denominou *Período Contemporâneo*. Além disso, apresenta-se o registro da Ocupação Antiga, ao qual se denominou *Período Antigo* (Quadro 04), que vai desde a fundação do sítio pelos padres jesuítas até o início do Período Contemporâneo.

Desse modo, a implantação dos loteamentos regulares e irregulares na estruturação do espaço urbano costeiro do Município configura os *cenários passados e cenários atuais*, o que responde à questão: *Como era há anos passados e como está a orla de Camaçari atualmente?*

3.3.1 Padrões Tipológicos Urbanos

Um dos indicadores urbanos mais importantes para a definição do padrão de qualidade de vida urbana – IQVU²⁰ – é a habitação, entendida aqui no sentido amplo de moradia, ou seja, das condições de habitabilidade dos assentamentos residenciais, legalizados ou não, localizados numa região, e o acesso à infra-estrutura para seus moradores.

Existem, no Brasil, muitos trabalhos e pesquisas na área do Urbanismo com enfoque na Habitação que utilizam vários conceitos para a mesma tipologia habitacional. Este é o caso, por exemplo, da nomenclatura de *favelas* (ver Glossário), que é pouco utilizada no Estado da Bahia, para assentamentos precários irregulares, para os quais se utiliza a expressão *invasões*. Já, o IBGE, utiliza o termo *aglomerado subnormal*.

Primeiramente, foram pesquisadas as categorias urbanas mais significativas existentes na orla litorânea do Município, e depois se distinguiu a tipologia habitacional predominante na área objeto de estudo, para então conceituar cada uma.

²⁰ IQVU – Indicador de Qualidade de Vida Urbano, associado ao conceito de sustentabilidade urbana.

Alguns instrumentos próprios do Urbanismo, de cunho essencialmente físico-territorial, são justamente utilizados neste trabalho de investigação científica para mostrar as condições em que se encontra o litoral de Camaçari. Através de alguns parâmetros e índices de ocupação espacial, tem-se o zoneamento do uso e ocupação do solo com as diversas categorias dos *aglomerados urbanos*.

As categorias pesquisadas foram os *Loteamentos Regulares*, que compreendem Condomínios Fechados, Urbanização Integrada, Loteamentos Privados, Loteamentos Públicos e os *Loteamentos Irregulares*, estes também denominados de aglomerados subnormais, assentamentos precários ou ainda ocupação informal. Esses loteamentos clandestinos são popularmente chamados de invasões, no Estado da Bahia.

Pretende-se, com este detalhamento, contribuir para o estudo da inclusão social, através da lógica da exclusão territorial e de como os assentamentos precários, qualificados como *invasões* e loteamentos clandestinos, ocupam a orla de Camaçari. Objetiva-se também visualizar, através do mapeamento dos loteamentos aprovados pelo poder público municipal, a lógica do capital imobiliário na produção do espaço urbano e a reprodução do sistema capitalista de produção de moradias.

Parte-se do pressuposto de que esta investigação não está deslocada do contexto da pobreza urbana, no qual a segregação residencial e a dinâmica da exclusão territorial permitem gerar indicadores para o entendimento de questões sobre a produção e reprodução dos lugares em sua dinâmica espacial e sociocultural.

É nesse contexto que se evidencia o padrão social, econômico, cultural e ecológico da população, pois os conceitos de *status*, hábitos de consumo, estilo de vida e a existência de uma razão prática de sobrevivência, possibilitam a compreensão desse fenômeno urbano, ou seja, da pobreza urbana, cujo modelo de desenvolvimento estabelece uma dinâmica de inclusão precária e percebe a *invasão* como *lugar da ausência*, ou seja, daquilo que ela não tem.

As características peculiares do bioma costeiro e a história do desenvolvimento econômico regional desse território confundem-se com a ocupação territorial urbana na orla de Camaçari e rebatem-se no tipo de ocupação habitacional encontrado. Estas tipologias habitacionais

identificadas no litoral do Município foram objetos desta pesquisa e se distinguiram em duas categorias de análise, os Loteamentos Regulares e os Loteamentos Irregulares. A partir desta classificação, procedeu-se à conceituação e posteriormente ao mapeamento temático por ordem cronológica dessas formas de apropriação e ocupação do solo urbano.

Loteamentos Regulares foram aqueles aprovados legalmente pelo órgão municipal competente, segundo os parâmetros urbanísticos vigentes, para esta faixa litorânea, e subdividiu-se em quatro tipos diferenciados de ocupação, encontrados e selecionados com suas características descritas adiante.

Loteamentos Irregulares ou clandestinos são aqueles parcelamentos resultantes de invasões programadas ou espontâneas organizadas por indivíduos inescrupulosos que se apropriam, geralmente, de áreas públicas ou privadas, subdividindo em lotes a revelia das normas urbanísticas e sem respeitar a legislação ambiental incidente na área em questão. Algumas diferenças de tipologias foram encontradas e são apresentadas neste capítulo.

As Categorias de Parcelamento pesquisadas são as seguintes:

a) *Loteamentos Regulares*: Aprovados pela Prefeitura Municipal

- Loteamentos Privados, Condomínios Fechados, Grupo de Casas e Urbanização Integrada.
- Loteamentos Públicos

b) *Loteamentos Irregulares*: Não aprovados pela Prefeitura Municipal

- Invasões – Ocupação Espontânea Consolidada
- Loteamentos Clandestinos
- loteamentos Não Legalizados

3.3.2 Universo de análise e metodologia da pesquisa de ocupação urbana contemporânea

Para caracterizar a forma de ocupação urbana na orla de Camaçari, optou-se por identificar as tipologias habitacionais e por concordar com a afirmação de que “[...] a configuração do ambiente construído, como expressão física da produção imobiliária, adquire determinadas características socioespaciais, passíveis de identificação em cada lugar [...]” (GORDILHO-SOUZA, 2000, p. 206), e em cada período, conforme os marcos temporais encontrados.

Quanto à apresentação dos dados, optou-se por um corte territorial e apresentou-se somente a pesquisa realizada para o trecho da faixa litorânea do município de Camaçari, apesar das fontes de informações, em muitos casos, terem sido coletadas para o município como um todo.

O levantamento de dados e informações de uso e ocupação do solo, que subsidiou esta pesquisa, foi delimitado pelas instâncias temporais, para melhor entendimento da forma de estruturação do espaço urbano da orla, nas suas categorias de análise tipológicas. A análise foi feita a partir da Listagem dos Parcelamentos, por ordem cronológica de aprovação na Prefeitura, como sendo seu registro de nascimento, a data do Decreto de aprovação e lançamento na estrutura urbana. Esta listagem foi analisada e se desdobrou no estudo sintetizado nos Quadros 05, 06 e 07.

A partir da metodologia desenvolvida para elaboração de Cenários, utilizaram-se essas *Listagens* como importantes elementos de pesquisa para a configuração dos cenários antigos e contemporâneos. Para mostrar o rebatimento espacial desta ocupação utilizou-se a base cartográfica da orla do Município para elaboração do mapa temático de *ocupação urbana contemporânea para a orla do Município de Camaçari* (Mapa (15)).

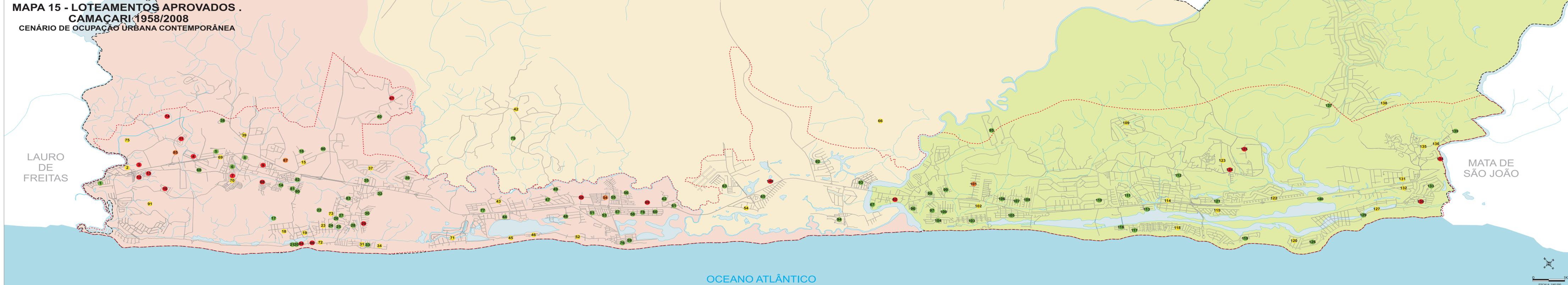
Para a elaboração destes instrumentos de pesquisa, os loteamentos foram sendo lançados em ordem cronológica de aprovação pela Prefeitura e mostram a cronologia de ocupação urbana – a evolução urbana –, por períodos, caracterizada principalmente por marcos regulatórios e parâmetros urbanísticos diferenciados.

Para organizar esta pesquisa iniciou-se escolhendo o indicador principal a ser trabalhado, que foi o padrão predominante de ocupação territorial, ou seja, a tipologia de ocupação habitacional como Indicador de Qualidade de Vida Urbana - IQVU.

As informações técnicas detalhadas foram obtidas no âmbito do órgão oficial de planejamento do Município de Camaçari – SEPLAN – durante os anos de 2001 a 2008, através do levantamento dos dados, entrevistas com técnicos, visitas de campo e reconhecimento das tipologias habitacionais pela pesquisadora para a identificação nos mapas temáticos.

A pesquisa indireta de dados primários e secundários foi obtida nos órgãos de informações através dos domínios virtuais disponibilizados pela Internet e registrados nas Referências.

**MAPA 15 - LOTEAMENTOS APROVADOS .
CAMAÇARI 1958/2008
CENÁRIO DE OCUPAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA**



LEGENDA

LOTEAMENTO POR PERÍODO

● 1958 a 1979

- 2 CURVA DO RIO
- 15 LAS PALMAS
- 18 COND. PARQUE DAS DUNAS
- 19 CONDOMÍNIO ALBATROZ
- 22 SÃO FRANCISCO DE ASSIS
- 31 PRAIA DOS SONHOS
- 34 LAGO E MAR
- 37 CHACARAS DO RIO JAUÁ
- 39 VILA DE COGIM
- 42 CHACARAS PORTA DO SOL
- 43 MODULOS DE AREMBEPE
- 45 COQUEIRAL PEDRA DA CRUZ
- 46 AMPLIAÇÃO DO PIRULI
- 52 PIRULI
- 54 QUINTA DE AREMBEPE
- 66 CHACARA CANTO DOS PASSAROS
- 69 AB
- 70 JARDIM DE ABRANTES
- 71 INTERLAGOS
- 72 AQUARIUS
- 73 BELLA VISTA
- 75 CATAVENTO
- 102 CHACARAS DO RIO JACUPIPE
- 109 CHACARAS DE GUARAJUBA
- 114 GUARAJUBA
- 119 PARAISSO DOS LAGOS
- 118 CANTO DO MAR
- 120 PRAIA DE ITACIMIRIM
- 122 LAGOAS DE GUARAJUBA
- 123 JOÁ DE GUARAJUBA
- 127 COLONIA DE FERIAS SANTA MARIA
- 128 COLONIA DE FERIAS SANTA MARIA (AMP)
- 131 ANTARES
- 132 RECANTO DE ITACIMIRIM
- 135 JARDIM ITACIMIRIM
- 136 JOIAS DO RIO
- 138 JOIAS DO RIO

● 1979 a 2000

- 1 VILA DO JONES
- 5 QUINTAS DE ABRANTES
- 6 RECANTO DE ABRANTES
- 8 VILA NOVA REPUBLICA
- 14 ESTRELA DE BURIS
- 16 CHACARA DAS MANGUEIRAS
- 17 SÍTIO ENCANTAMENTO
- 20 JAUÁ BEACH I
- 21 JAUÁ BEACH II
- 22 FAZENDA ENCANTAMENTO
- 24 VERDES MARES
- 25 MOENDAS DE JAUÁ
- 26 PARADISE GARDEN
- 27 SAINT MORIZ
- 28 MIRANTE DE JAUÁ
- 30 ENCANTO DE JAUÁ
- 32 ENCANTO DE JAUÁ (AMP)
- 33 RECANTO DE JAUÁ
- 35 COQUEIRO DE AREMBEPE
- 36 ADELAIDE PINTO
- 38 PORTAL DE AREMBEPE
- 40 CHACARA BOSQUE DE JAUÁ
- 44 LAGOAS DE AREMBEPE
- 47 BOSQUE DE AREMBEPE
- 48 INTERMARES
- 49 RIO CAPIVARA
- 51 VILA DE AREMBEPE
- 53 VILAREJO
- 55 QUINTAS DE AREMBEPE
- 56 FONTE DAS PEDRAS
- 62 MAR E RIOS II
- 57 VOLTA DO ROBALO I
- 58 VOLTA DO ROBALO II
- 59 ARRIVAL DE AREMBEPE (AMP)
- 60 BAURIO DO CAPIVARA
- 61 MAR E RIOS
- 62 MAR E RIOS II
- 63 JARDIM DAS MANGABEIRAS
- 65 CANTO DE AREMBEPE
- 67 PONTA DO JACUPIPE
- 68 PARQUE DA ALDEIA
- 76 PARQUE DE AREMBEPE
- 77 SÍTIO DOS SINOS
- 78 LUIZ CAETANO
- 79 SÍTIOS DE AREMBEPE
- 80 NUNDO VERDE (ALAMEDAS DE JAUÁ)
- 81 BOSQUE DE JAUÁ
- 82 PARQUE DE ENCHANTE
- 83 QUINTAS DE JAUÁ
- 90 PORTAL DE ABRANTES
- 92 VALE DA LANDIRANA
- 93 VILA DO JACUPIPE I
- 94 CANTO DO RIO
- 110 ALDEIA DE ABRANTES
- 111 CANTO DE GUARAJUBA
- 112 BOM JESUS
- 113 CANTO DA LAGOA
- 116 GENIPERU
- 117 COSTA SMERALDA
- 119 CANTO DO MAR II
- 121 PARAISO DE GUARAJUBA
- 126 ENSEADA PRAIA DA ESPERA
- 129 COQUEIRAL ITACIMIRIM
- 133 RECANTO DAS AGUAS
- 137 JARDIM DE ITACIMIRIM
- 138 PARQUE ENCHANTE
- 140 QUINTA DAS LAGOAS
- 94 FONTE DAS AGUAS
- 74 COLONIA DE FERIAS BOA UNIAO
- 85 WILSON TELES
- 87 ALPHAVILLE
- 101 BOSQUE DO GUARAÍPE
- 4 JARDIM DOS FLAMBOYANOS
- 7 NOVO ABRANTES
- 9 POUSADA DE ABRANTES
- 10 BUSCA VIDA RESIDENCIAL
- 11 VIVENDA DO BOSQUE
- 12 SIMARA ELLERY
- 13 SUCUPIÓ
- 25 PORTAL DE JAUÁ
- 41 ALDEIAS DO RIO
- 50 VIVENDAS DA CACIMBA GRANDE
- 62 SEM IDENTIFICAÇÃO
- 74 COLONIA DE FERIAS BOA UNIAO
- 84 JARDIM PRAIA DE JAUÁ
- 86 VILA SERENA
- 88 CACIMBA DE SENHA
- 89 AREMBEPE AQUAVILLE
- 125 JARDIM DE GUARAJUBA
- 130 CIDADE DE ITACIMIRIM
- 134 CIBRATÉCO

● > 2000

● NÃO LEGALIZADOS

- ABRANTES
- CAMAÇARI
- MONTE GORDO
- ABRANTES
- CAMAÇARI
- MONTE GORDO

QUADRO RESUMO

PERÍODOS	Nº DE LOTEAMENTOS
1958/1979	28
1979/2000	82
>2000	4
SEM IDENTIFICAÇÃO	18



COMPLEXIDADE TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA URBANIZAÇÃO DO LITORAL DE CAMAÇARI - BA, 2008
LEA ESTER SANDES-SORIAL
CAPÍTULO 3 - CENÁRIO DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TERRITÓRIO LITORAL DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI
DATA DE EXECUÇÃO: JULHO DE 2008
RESPONSABILIDADE TÉCNICA - GEOGRAFA: FLÁVIA BARBOSA
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NA PESQUISA DIRETA 2004/2008, CAMAÇARI.



Informações complementares foram pesquisadas também em documentos técnicos antigos de acervos particulares²¹, na iconografia da biblioteca da SEPLAN / PMC, em jornais com reportagens sobre essa temática²², em informações orais complementares com moradores antigos, entrevistas e enquetes com técnicos, corretores imobiliários, construtores e incorporadores, além de outros agentes econômicos atuantes na área de estudo.

O universo de análise da Pesquisa de Tipologia de Ocupação Habitacional, que compreendeu este estudo, foi o levantamento de loteamentos aprovados pela PMC, para essa categoria referida, apresentando aqui, somente os regularizados, isto é, aqueles que atendam todas as exigências legais vigentes à época da aprovação. Foram pesquisados aproximadamente 200 loteamentos no período de 1958 a 2008.

Para fins de análise, procedeu-se ao seguinte corte metodológico nesta pesquisa:

Período I - com vigência de vinte anos, de 1958 a 1979, inicia-se com a data da aprovação do primeiro Loteamento Regular e vai até 1979, pois a partir da aprovação da Lei de Parcelamento, em 1979, as condições de aprovação são mais permissíveis e mudam os padrões tipológicos.

Considerou-se, portanto, como marco temporal inicial da pesquisa a aprovação do Condomínio Busca Vida, localizado no Distrito de Abrantes, por ter sido ele o primeiro parcelamento da orla de Camaçari.

Este parcelamento e o Condomínio de Interlagos, situado em Arembepé, possui uma peculiaridade, que é o fato de sua aprovação ter sido anterior à vigência da Lei nº 6.766 – a Lei de Parcelamento e de suas características serem de padrão tipológico de elevada qualidade urbana.

Destaca-se, igualmente, o fato da sua implantação não possibilitar o acesso público à praia, privatizando toda a testada costeira ao longo do espaço litorâneo correspondente aos seus limites legais. Isso denota a ausência de critérios de respeito à cidadania ambiental, na época

²¹ Pesquisa no acervo particular do Arq. Urbanista Luiz Roberto Sobral (Sibié).

²² Catalogação de matérias jornalísticas sobre o assunto *Urbanização do Litoral de Camaçari*, pela pesquisadora durante o período da elaboração da tese de doutorado, 2001/2008.

de sua aprovação, que só se inicia com o processo de consolidação da Constituição Federal de 1988, com a inclusão do capítulo sobre política urbana e democratização da gestão urbana, nos artigos 182 e 183.

Os parcelamentos ocorriam por conta dos proprietários das glebas que comercializavam os lotes e titulavam a venda da propriedade da fração ideal nos cartórios, sem a responsabilidade de construção das residências. Estas construções são típicas de segunda residência, para veraneios sazonais, ficando fechadas nos meses considerados invernosos, ou chuvosos, de março a outubro. Na época de fechamento das casas de veraneio, os residentes locais - moradores das localidades situadas nos povoados distribuídos ao longo da orla - trabalham de caseiros e prestam serviços de manutenção nesses loteamentos e condomínios além de atuarem no mercado da construção civil.

Período II – com vigência de vinte anos de 1979 até 2000. Aqui também o marco temporal é definido pelo marco regulatório com a aprovação do Decreto Estadual nº 7.596 de 05 de junho de 1.999, que cria a Área de Proteção Ambiental – APA – de Joanes-Ipitanga, estabelecendo lotes mínimos de 1.000 m² entre a praia e a BA-099 – Estrada do Coco.

Período III – de 2000 em diante. A partir de 2000 tem-se a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a aprovação de um conjunto de leis de proteção aos recursos ambientais e a implementação de instrumentos legais de participação da sociedade civil com organismos de gestão social e órgãos fiscalizadores mais eficientes.

Pela pesquisa, observa-se que no:

Período I – de 1958 a 1979, que coincide com o zoneamento proposto para o Plano Piloto da Orla Marítima, aprovado em 1978, pela Comissão Técnica para o Plano Piloto da Orla Marítima – COMPOR –, portanto, durante vinte anos, o tamanho dos lotes era de, no mínimo, 1.000 m² até 5.000 m² – tipo lote chácara.

Período II – a partir de 1979, os lotes diminuem de tamanho e passam a ser aprovados até com 300 m². Isso resultou em parcelamentos com mais altas densidades e mais baixo padrão tipológico.

Período III – a partir do ano de 2000, quando as Políticas Públicas Nacionais avançam na luta pelos direitos ambientais, e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - passa a ter força, observa-se um freio. De fato, o plano de manejo e o zoneamento ecológico-econômico preconizado pelas APAs (ver Mapa 04), contidas nesta faixa litorânea, coíbem de certa forma, a expansão desenfreada de loteamentos fora dos parâmetros aceitáveis para as Unidades de Conservação (ver Glossário).

O divisor jurídico nesse caso é a aprovação do Decreto Estadual nº 7.596 de 05 de junho de 1999, que cria a APA de Joanes-Ipitanga. Esse decreto estabelece que o lote mínimo passe a ser de 1.000 m² dentro dos limites territoriais dessa APA, e nos limites das APAs do Rio Capivara e Lagoas de Guarajuba o lote mínimo é de 600 m².

3.3.3 Cronologia da ocupação urbana: cenário antigo e contemporâneo

A pesquisa dos *cenários antigo e contemporâneo*, com seus marcos temporais referenciais, possui datas marcantes. Considera-se o cenário antigo com duração de 400 anos e o cenário contemporâneo com, aproximadamente, 50 anos. O cenário antigo está dividido em dois períodos e o contemporâneo em três períodos (Quadro 04).

Cenário antigo – 400 anos – 1558 a 1958

Cenário contemporâneo – 50 anos – 1958 a 2008

O segundo período, que vai de 1778, com a saída dos padres jesuítas do Brasil, até 1958, ou seja, o *Período I* e o *Período II* do Cenário Antigo de Ocupação Urbana de Camaçari duram, exatamente, 200 anos cada.

Quadro 04: Cronologia da ocupação urbana na orla de Camaçari.

CENÁRIOS	PERÍODO I		PERÍODO II		PERÍODO III	
	INICIO	FINAL	INICIO	FINAL	INICIO	FINAL
ANTIGO	1558	1758	1758	1958		
CONTEMPORÂNEO	1958	1979	1979	2000	2000	2008

Fonte: Elaboração própria.

Cenário Antigo – 1558 a 1958 – 400 anos

O primeiro período do cenário antigo vai de 1558 a 1758. O marco temporal inicial é a chegada da Missão dos padres da ordem católica dos Jesuítas. Essa Missão dos padres jesuítas do Brasil instalou-se na Aldeia dos Índios Tupinambás, às margens do rio Joanes, em Abrantes, no ano de 1558, e fundou a Aldeia do Divino Espírito Santo a seis léguas de distância de Salvador “pelo sertão adentro”.

O cenário antigo, que compreende a história da Vila de Abrantes e Camaçari, não faz parte do escopo desta pesquisa. Ele foi tratado no contexto da história do Município de Camaçari, no qual estão inseridas as informações relativas à formação do primeiro povoado e das localidades que foram se constituindo com seus núcleos urbanos, sendo adensados lentamente durante séculos, até os anos 50 do século passado, mantendo as características de área rural.

Procedeu-se, portanto, a um corte metodológico, exatamente 400 anos depois, em 1958, cujo marco contemporâneo considerado foi a aprovação do primeiro parcelamento de glebas para a implantação do Condomínio Busca Vida. Iniciou-se, desse modo, o estudo das formas de ocupação territorial e sua tipologia habitacional, o que se denominou *Cenário de Ocupação Contemporânea da Orla de Camaçari*.

Cenário Contemporâneo – 1958 a 2008.

Considerou-se como marco inicial do Cenário Contemporâneo o ano de 1958, com a aprovação do Condomínio Busca Vida com duração de aproximadamente 50 anos, até a finalização da coleta de dados em 2008. Tem-se, portanto, os Cenários Contemporâneos distinguidos em três períodos, cujos marcos referenciais são pontuados por mudanças tipológicas oriundas de alterações na Legislação Urbana:

Cenário Contemporâneo - Período I – 1958 a 1979;

Cenário Contemporâneo - Período II – 1979 a 2000;

Cenário Contemporâneo - Período III – 2000 a 2008.

O Período I é iniciado com a aprovação do primeiro parcelamento aprovado na forma de Condomínio Fechado, que é o Condomínio Busca Vida, e finalizado em 1978, com a aprovação do Plano Piloto da Orla Marítima, elaborado pela COMPOR, em 1978. O

Período II inicia-se com a aprovação da Lei de Parcelamento nº 6.766/79, em 1979, estendendo-se até 2000. O Período III tem como marcos legais importantes a aprovação da Lei Federal nº 9.985 de 2000 com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, até a finalização da pesquisa em 2008.

O Cenário de Ocupação Urbana Contemporânea está representado no Mapa 15, com a identificação dos loteamentos aprovados por períodos e localizados territorialmente - em cores diferentes - e se complementa com os dados dos Quadros 05, 06 e 07. A numeração indicada no mapa temático, para cada loteamento, corresponde a mesma que identifica os loteamentos na legenda, e são diferenciadas por cores correspondendo aos períodos analisados. Apresentam-se, em ordem alfabética, os loteamentos pesquisados e localizados por distritos e localidades no Apêndice A, Quadro 47.

Considerou-se importante, para a pesquisa, a identificação e localização no Mapa 15, de alguns loteamentos, que estão implantados, embora ainda não estejam aprovados, ou seja, o processo não foi regularizado no âmbito da SEPLAN, portanto não estão legalizados. Estes loteamentos estão destacados no mapa temático em cor diferente (vermelha) e não possuem referências documentais registradas ou completas na PMC até o fechamento da Pesquisa I – Urbanização Litorânea: Tipologia Habitacional (Apêndice B, Quadro 48).

Cenário Contemporâneo – Período I: de 1958 a 1979.

Esse período caracteriza-se pelo início da opção de investimentos imobiliários para a construção de casas de veraneio, sítios e chácaras, e de lazer de fim de semana. Durante os vinte anos do primeiro período do Cenário Contemporâneo, foram aprovados 44 loteamentos, sendo a ocupação sazonal predominante na área de estudo (Quadro 05).

Quanto à ocupação residencial dos moradores tradicionais, esta se distribui de forma dispersa pelos dois distritos da orla, Abrantes e Monte Gordo, em comunidades com características de

atividades socioeconômicas ligadas ao cultivo agrícola e da pesca, com seus núcleos tradicionais e ainda com muitos lotes rurais, principalmente nas áreas próximas à localidade de Monte Gordo, mais ao norte da faixa litorânea.

O primeiro loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal de Camaçari, na orla marítima, foi como se viu o Condomínio Busca Vida. Sua área territorial, em 1958, era de 784,34 ha. Ele localiza-se no Distrito de Abrantes, limítrofe ao Parque Municipal das Dunas de Abrantes (Mapa 12), em condições especiais de desmembramento de glebas, com tamanho médio de 80.000 m² e lote mínimo de 10.000 m². Esse condomínio forma, até os dias de hoje, uma extensa área contínua preservada, de baixa ocupação urbana.

O segundo parcelamento, em 1963, foi o Loteamento Colônia de Férias Santa Maria, em Monte Gordo, com lotes de tamanho médio de 1.638 m². Ainda na década de sessenta, implantaram-se os Loteamentos de Piruí, Condomínio Parque Interlagos, em Arembepe, e o Loteamento A-B, em Abrantes. Vale ressaltar que o Condomínio Interlagos, com lotes de tamanho médio de 3.000 m², tem características similares ao de Busca Vida, é um condomínio fechado e de alta renda, com acesso privatizado para a praia.

Somente em 1971, inicia-se a ocupação urbana de Guarajuba, com a aprovação do Loteamento Guarajuba, com 788 lotes, de padrão médio de 1.000 m², conformando, dessa maneira, outra dinâmica de ocupação urbana em biomas costeiros de grande impacto territorial e ambiental.

Na primeira década do período, observa-se a implantação de um loteamento tipo chácara no Distrito de Monte Gordo, permanecendo com características rurais e quatro loteamentos no Distrito de Abrantes. Essa situação que configura o início de uma lenta ocupação urbana. Na segunda década do período, observa-se que a maioria dos loteamentos é implantada no Distrito de Abrantes próximo a Salvador, capital da RMS. Encontram-se, no Período I, três categorias de parcelamentos com lotes médios:

- a) abaixo de 1.000 m²,
- b) entre 1.000 e 5.000 m².
- c) lote do tipo chácara acima de 5000 m².

Quadro 05: Listagem dos loteamentos aprovados: Período I -1958 a 1979

Loteamento	Aprovado em	Lote médio (m ²)	Localização
1. Cond. Busca Vida	10/04/1958	10.000,00	Abrantes
2. Col. De Férias St ^a Maria	30/03/1963	1.500,00	Monte Gordo
3. Col. De Férias St ^a Maria	14/12/1963	1.500,00	Monte Gordo
4. A- B	01/07/1965	9.000,00	Abrantes
5. Pirui	27/07/1966	2.000,00	Arembepe
6. Cond. Parque Interlagos	08/08/1967	1.500,00	Arembepe
7. Guarajuba	03/12/1971	1.000,00	Guarajuba
8. Parque Sitio Punhai	17/01/1973	2.000,00	Barra do Pojuca
9. Praia de Itacimirim	07/08/1974	900,00	Barra do Pojuca
10. Ampliação do Piruí	19/09/1974	1000,00	Arembepe
11. Recanto de Itacimirim	16/01/1975		Itacimirim
12. Lago e Mar	23/05/1975	1.000,00	Jauá
13. Pedra de Guarajuba	30/05/1975	1.600,00	Barra do Pojuca
14. Jóia de Itacimirim	27/04/1976	5400,00	Barra do Jacuipe
15. Jardim de Abrantes	10/10/1975		Abrantes
16. Módulos de Arembepe	01/11/1976	1.000,00	Arembepe
17. Aquarius	13/12/1976		Jauá
18. Chácaras do Rio Jacuipe	23/05/1977	2418,00	Monte Gordo
19. Las Palmas	24/07/1977	2.000,00	Abrantes
20. Quintas de Arembepe Etapa I	03/08/1977	1402,00	Abrantes
21. Quintas de Arembepe Etapa II	03/08/1977	1402,00	Abrantes
22. Jóia de Guarajuba	03/10/1977	1000,00	Monte Gordo
23. Canto do Mar I	12/10/1977	500,00	Guarajuba
24. Interlagos	04/01/1978	1.500,00	Arembepe
25. Chácara Porta do Sol	31/01/1978		Abrantes
26. Curva do Rio	16/02/1978	1300,00	Abrantes
27. CONDOMÍNIO ALBATROZ	26/05/1978	1.000,00	JAUÁ
28. Jóias do Rio	15/09/1978	2.000,00	Monte Gordo
29. Haras de Santa Eudoxia	20/09/1978		Abrantes
30. Lagoas de Guarajuba	10/10/1978		Monte Gordo
31. Chácaras Canto dos Pássaros	24/10/1978		Abrantes
32. Vila de Ogum	17/11/1978	2.000,00	Abrantes
33. Antares	17/02/1978		Barra do Pojuca
35. Bela Vista	19/12/1978		Abrantes
36. Chácaras do Rio Jauá	19/12/1978		Abrantes
37. São Francisco de Assis	19/12/1978		Jauá
38. Coqueiral Pedra da Cruz	01/03/1979		Arembepe
39. Paraíso dos Lagos	23/03/1979		Arembepe
40. Cond. PARQUE DAS DUNAS	02/05/1979	2.000,00	JAUÁ
41. Catavento	05/06/1979		Abrantes
42. Jardim Itacimirim	15/06/1979		Itacimirim
43. Chácaras de Guarajuba	13/07/1979		Monte Gordo
44. Praia dos Sonhos	26/09/1979	300	Jauá

Fonte: Elaboração própria, dados obtidos na SEPLAN/PMC, 2004-2008.

Conforme a Listagem de Loteamentos Aprovados, apresentada nos Quadros 05 e 47, dentre os 44 loteamentos aprovados de 1958 a 1979, foram implantados somente três Loteamentos: Praia dos Sonhos, Cibrateco e Canto do Mar, com lote médio abaixo de 1.000 m²; e os

loteamentos do padrão chácara, com lote médio acima de 5.000 m²: Vivendas da Cacimba Grande em Arembepe, Vivenda do Bosque, Parque da Aldeia, A-B e Pedra de Guarajuba. Quanto aos outros loteamentos aprovados com lotes médios entre 1.000 e 5.000 m², observa-se que alguns parcelamentos foram aprovados com lote médio entre 1.000 e 1.500 m² e os outros com 1.000 a 300 m² (BAHIA, 1985, p. 179).

Importante ressaltar que os loteamentos Cibrateco, Vivendas da Cacimba Grande e Vivendas do Bosque estão implantados, mas no mapa constam como não legalizados até a presente data, pois a documentação está incompleta nos arquivos da PMC.

Configura-se, desse modo, no Cenário Contemporâneo – Período I – uma tipologia de ocupação habitacional predominante de lote médio padrão entre 1.000 e 5.000 m², para segunda moradia com infra-estrutura urbana mínima, ou seja, somente abertura de sistema viário e iluminação²³ e com condições de saneamento ambiental regular, de baixa densidade populacional (Fig. 14).

Figura 14: Tipologia habitacional Cenário Contemporâneo Período I – segunda-residência



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Jauá, Camaçari, 2007.

A ocupação urbana ocorre de forma espalhada e desconectada da preservação dos recursos naturais. Embora considerada rarefeita e de discutível qualidade urbano-ambiental, pela falta de orientação e fiscalização por parte dos poderes públicos, a aplicação de parâmetros

²³ Antes da aprovação da Lei de parcelamentos não existia a obrigatoriedade dos proprietários e loteadores arcarem com os investimentos de urbanização dos parcelamentos, recaindo todo o ônus para o Poder Público.

urbanísticos e de controle ambiental rigoroso não disciplina o uso e a ocupação do solo, de acordo com os padrões de sustentabilidade urbano-ambiental exigidos atualmente.

As agressões ambientais, como retirada de dunas, derrubada de árvores de porte, eliminação da mata ciliar, ameaça aos mananciais hídricos da região, privatizações de praias e de acessos a trechos do litoral, são resultantes do tipo de implantação dos loteamentos aprovados nesse período. Configura-se aqui um *cenário real de padrão de sustentabilidade urbana conflitante*.

Por outro lado, os núcleos tradicionais, como o de Abrantes – o mais desenvolvido na época –, englobavam Buris, a extensão rural de Vila de Abrantes, até as localidades de Gagirus, Pé-de-Areia, e Jauá. Estes núcleos urbanos abrigavam a população residente, permitindo a expansão e implantação dos loteamentos de baixo poder aquisitivo nas suas proximidades, aqueles do tipo loteamentos públicos.

Os povoados de relevante importância são Arembepe, Barra do Pojuca e Monte Gordo, este com características rurais até seu desenvolvimento no período seguinte.

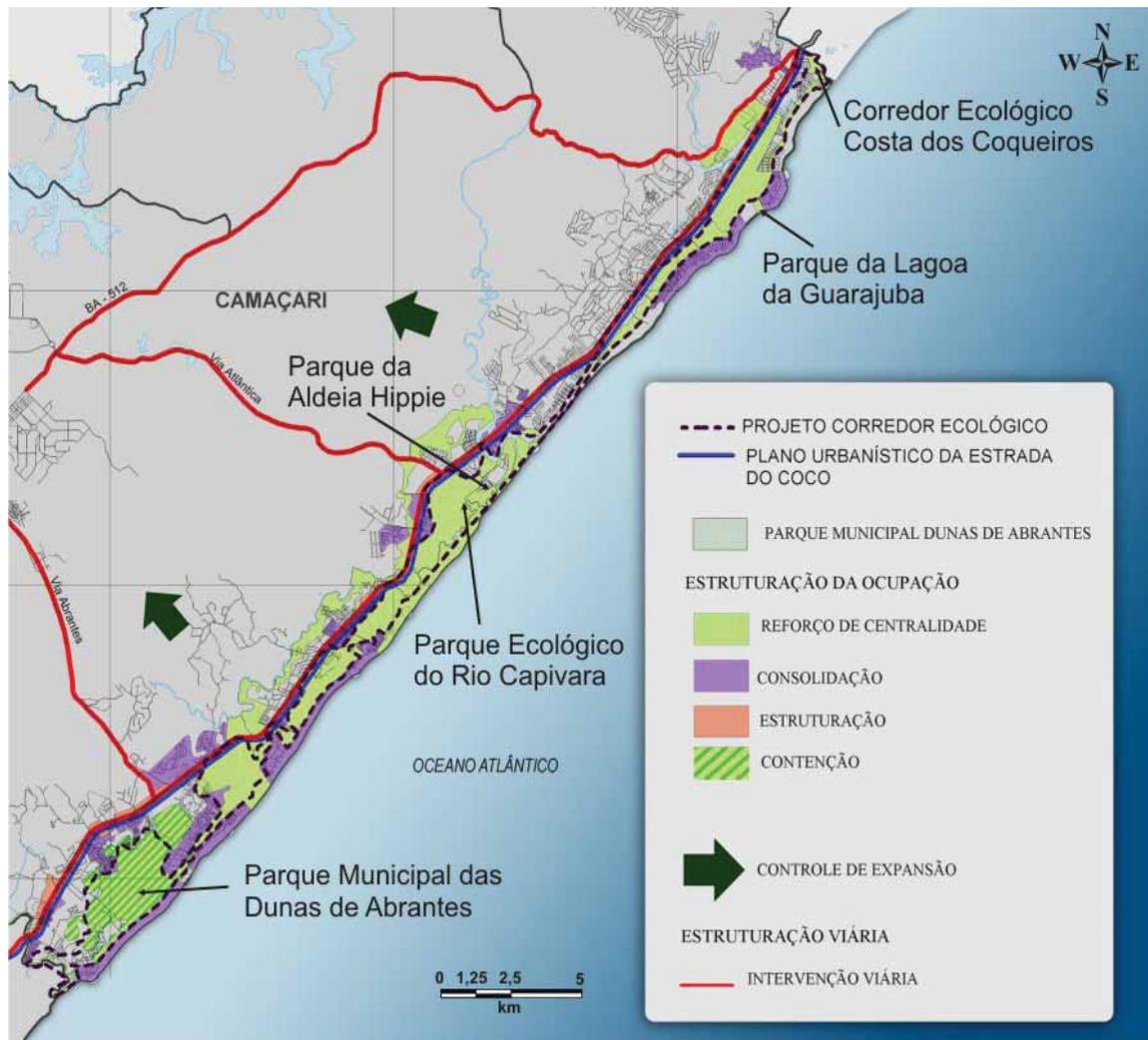
O Plano Piloto da Orla Marítima pode ser considerado como o marco regulatório mais importante para a região estudada, servindo de instrumento de controle e ordenação territorial rigorosa, propondo parâmetros urbanísticos, e delimitando áreas a serem preservadas.

O plano estabeleceu, pela primeira vez, um zoneamento ambiental, com características de preservação do equilíbrio ecológico, ameaçado pelo processo de expansão urbana e exploração desordenada dos recursos naturais da zona costeira do Litoral Norte da Bahia.

Parte desse Plano a proposta de criação de um sistema de parques ecológicos, florestais e recreativos de âmbito municipal de grande valor ambiental, até os dias de hoje preservados, existentes na faixa litorânea (Mapa 16).

Eles foram definidos com sendo o Parque Municipal das Dunas de Abrantes, o Parque Ecológico do Rio Capivara e o Parque Municipal das Lagoas de Guarajuba. Entretanto, as conseqüências e os reflexos de algumas das propostas serão absorvidos somente nos períodos seguintes, originando as delimitações das APAs.

Mapa 16: Parques institucionalizados na orla do Município de Camaçari



Fonte: Adaptado de Camaçari, 2007.

Cenário Contemporâneo – Período II: de 1979 a 2000.

Três marcos regulatórios fundamentais refletiram espacialmente em mudanças de padrão tipológico, no litoral de Camaçari, no Cenário Contemporâneo – Período II.

O primeiro foi a regulamentação da Lei Municipal nº 052 de 23 de dezembro 1976, Lei de Parcelamento da Terra, que passou a reger a implantação de empreendimentos imobiliários e parcelamento de terras municipais. O segundo foi a implantação do Plano Piloto da Orla Marítima, em 1978, com a incorporação das novas Normas para Ocupação e Regulamentação de Usos para os aproximadamente 270 quilômetros quadrados que compõem a faixa litorânea, e o terceiro foi a regulamentação da Lei de Parcelamento, Lei Federal nº 6.766 de 1979.

O Decreto Estadual nº 23. 662, de 03/09/1973, que institui o Programa de Remanejamento da Orla Marítima, considera o litoral uma faixa compreendida pela testada de praia de aproximadamente 42 km de extensão com 5 km de profundidade, a partir dos terrenos de marinha. É importante salientar que os atributos urbanísticos, em vigor a partir da aprovação da Lei 6.766 de 19/12/1979, para loteamentos aprovados, determinam que a infra-estrutura deve ser adequada e possuir equipamentos coletivos de apoio e áreas públicas e verdes em bom estado de conservação.

Nesse período, os estudos indicam que a área delimitada pelo decreto foi dividida em Zona Rural, próxima a Monte Gordo, com 40% do total e de ocupação rarefeita, e a Zona de Desenvolvimento Metropolitano, com aproximadamente 60 % com proposta de urbanização lenta (CAMACARI, 1985b, p. 177).

Quando foi elaborado o Plano Piloto da Orla Marítima, em 1978, a faixa litorânea do município apresentava estrutura fundiária predominantemente rural. Tal fato não ocorria no município vizinho, já há trinta anos passados, onde a superfície parcelada atingia, em 1978, em torno de 40% da superfície da sua orla marítima, posto que o litoral de Lauro de Freitas é a faixa territorial que une Camaçari a Salvador, e pela proximidade e facilidade de acesso, sofreu mais cedo os reflexos do fenômeno da expansão metropolitana da RMS. Vale ressaltar que os estudos do Plano da Orla Marítima, pelo decreto, abrangem também a orla marítima de Lauro de Freitas.

Esse período foi caracterizado pelo enorme interesse despertado pelos empreendedores imobiliários, em geral para o lazer da população metropolitana, e pelo início da pulverização da estrutura fundiária com os diferentes tipos de parcelamentos da terra, formando loteamentos privados com grande número de lotes para segundas residências.

Anteriormente, a maioria dos parcelamentos, inclusive os loteamentos clandestinos, era comercializada sem a responsabilidade de construção da infra-estrutura pelo loteador, ônus este que recaía sob a responsabilidade do poder público municipal. Essa falta de compromisso, por parte dos agentes econômicos responsáveis, representantes do capital imobiliário, com o investimento na urbanização dos loteamentos no litoral de Camaçari, possibilitou, principalmente, a comercialização de lotes com a máxima lucratividade, e o mínimo de perda para o capital especulativo imobiliário. Constata-se nisto a pouca valorização da qualidade

urbana e a falta de consciência ambiental, configurando um *cenário real de padrão de sustentabilidade baixo*.

Sob luz dessas regulamentações e com os novos instrumentos urbanísticos aplicados para a faixa da orla marítima, constitui-se uma nova proposta territorial com zoneamento estudado, com um conjunto rigoroso de normas e parâmetros urbanísticos, cujo resultado é analisado a seguir.

Observou-se, na análise da Listagem dos Loteamentos aprovados no Período II (Quadro 06), que o padrão dos lotes mudou muito. A maioria dos parcelamentos aprovados passou a ter um padrão de lotes médio abaixo de 1.000 m², sendo que a maioria segue a tendência de se instalar prioritariamente no Distrito de Abrantes, mais próximo à capital da Região Metropolitana de Salvador.

Não obstante, as novas exigências de infra-estruturação e doação de áreas verdes para domínio público, a partir dos Termos de Acordo e Compromisso – TAC –, da Lei de Parcelamento – Lei Federal nº 6.766 - quando da implantação dos empreendimentos imobiliários o padrão urbano, não mudou. Desse modo, constata-se a predominância por lotes de padrão médio, ou seja, abaixo de 1.000 m², proliferando tanto nos loteamentos públicos como nos privados.

Coincide nesse período o processo de invasões em terras públicas na faixa litorânea do Município.

Por outro lado, o artigo 23 da Lei Municipal 052/76 diz que a Prefeitura não aprovará loteamentos para *áreas consideradas impróprias para a edificação, insalubres para a habitação, prejudiciais às reservas naturais e aos mananciais hídricos do Município*.

Entretanto, o que se percebe é que isto não é suficiente para resguardar o patrimônio natural, pois a corrida imobiliária, com a grande especulação existente, transforma áreas de grande fragilidade ambiental em paraísos de grandes empreendimentos.

Quadro 06: Listagem dos loteamentos aprovados: Período II – 1979 a 2000.

	Loteamento	Aprovado em	Lote médio (m²)	Localização
1.	Moendas de Jauá	28/01/1980		Jauá
2.	Arraial de Arembepe	07/05/1980	250	Arembepe
3.	Arraial de Arembepe (ampl.)	07/05/1980	250	Arembepe
4.	Volta do Robalo	07/05/1980	220	Arembepe
5.	Vale da Landirana	16/07/1980		Monte Gordo
6.	Recanto de Jauá	30/03/1981	400	Jauá
7.	Enseada Praia da Espera	14/12/1981		Monte Gordo
8.	Chácara boa Esperança	30/07/1982		Monte Gordo
9.	Quintas de Abrantes	17/09/1982	1.000,00	Abrantes
10.	Sítio dos Sinos	26/10/1982	300	Abrantes
11.	Recreio das Águas	18/01/1983	10.725,00 (total)	Barra do Pojuca
12.	Sítio Boa Esperança	10/02/1983		Abrantes
13.	Parque da Aldeia	25/04/1983		Abrantes
14.	Bosque de Arembepe	18/06/1983		Arembepe
15.	Desm. Maria Mangaba	21/07/1983		Monte Gordo
16.	Guarajuba Sol Mar	01/08/1983	600	Guarajuba
17.	Recanto de Guarajuba	26/08/1983		Monte Gordo
18.	Recanto de Abrantes	7/11/1983		Abrantes
19.	Portal de Abrantes	14/11/1983		Abrantes
20.	Chácaras das Mangueiras	22/11/1983		Abrantes
21.	Verdes Mares	27/09/1984		Jauá
22.	Jardim Itacimirim	25/10/1984	5000	Barra de Pojuca
23.	Jardim de Guarajuba	4/12/1984		Monte Gordo
24.	Canto do Mar II	13/03/1985	400	Monte Gordo
25.	Vilarejo	23/07/1985		Arembepe
26.	Coqueiral de Itacimirim	27/09/1985		Itacimirim
27.	Adelaide Pinto	01/03/1986		Areias
28.	Aldeias do Jacuípe	01/03 /1987		Barra do Jacuípe
29.	Bom Jesus	15/01/1988		Monte Gordo
30.	Bairro do Capivara	22/01/1988		Arembepe
31.	Volta do Robalo II	03/05/1988	240	Arembepe
32.	Vila Nova República	09/05/1988		Abrantes
33.	Canto do Sol	29/07/1988	500	Monte Gordo
34.	Jardim das Mangabeiras	23.08/1988		Abrantes
35.	Canto de Arembepe	08/11/1988		Arembepe
36.	Canto da Lagoa	23/11/1988		Guarajuba
37.	Saint Moritz	27/09/1988		Jauá
38.	Paradise Enchanté	27/12/1988		Barra do Pojuca
39.	Villa de Arembepe	25/11/1988		Arembepe
40.	Luiz Caetano	08/12/1988	120	Arembepe
41.	Coqueiros de Arembepe	27/03/1989		Jauá
42.	Canto do Jacuípe	12/03/1990	500	Barra do Jacuípe
43.	Canto das Árvores	12/03/1990		Monte Gordo
44.	Canto das Orquídeas	28/03/1990	500	Barra do Jacuípe
45.	Foz do Jacuípe	30/03/1990	500	Barra do Jacuípe
46.	Canto do Rio	11/04/1990	1.000,00 12.228,	Barra do Jacuípe
47.	Canto do Bosque	11/04/1990	500	Barra do Jacuípe
48.	Barra do Jacuípe	11/04/1990		Barra do Jacuípe
49.	Aldeia Genipabu	16/05/1990		Barra do Jacuípe
50.	Mar e Rios	17/09/1990	1000	Arembepe

51. Fazenda Encantamento	21/11/1990		Jauá
52. Encanto de Jauá	19/03/1991		Jauá
53. Intermares – 1ª etapa	12/07/1991	1000,00 2000,00	Arembepe
54. Chácara Bosque das Árvores	09/10/1991	5.000,00	Abrantes
55. Dourado	27/03/1992	350	Barra de Pojuca
56. Enseada do Jacuípe	15/04/1992	450	Monte Gordo
57. Sítio Encantamento	01/10/1992		Jauá
58. Paraíso das Águas	21/12/1992	900,00 .450,00	Monte Gordo
59. Mar e Rios II	22/12/1992	1000	Arembepe
60. Paraíso de Guarajuba	22/12/1992	600,00 4000	Guarajuba
61. Estiva de Buris	07/06/1993	160	Abrantes
62. Genipabu	05/07/1993	500	Monte Gordo
63. Canto de Guarajuba	20/08/1993	600	Monte Gordo
64. Mundo Verde (Alameda de Jauá)	08/08/1994	300	Buris
65. Sítios de Arembepe	18/08/1994	5000	Arembepe
66. Bosque de Jauá	08/09/1994	300	Jauá
67. Parque de Jauá	08/09/1994	300	Jauá
68. Ponta do Jacuípe	08/09/1994	400	Barra do Jacuípe
69. Quintas de Jauá	04/10/1994	600	Jauá
70. Jauá Beach I	01/12/1994	600	Jauá
71. Lagoas de Arembepe	20/12/1994	1000	Arembepe
72. Jauá Beach II	23/02/1995	600	Jauá
73. Paradise Garden	01/06/1995		Jauá
74. Vila do Joanes	03/07/1995	400 e >600	Abrantes
75. Sol Marina Jacuípe	02/03/1996		Barra do Jacuípe
76. Mirante de Jauá	26/06/1996	360 e 800	Jauá
77. Rio Capivara	20/08/1996		Barra do Jacuípe
78. Costa Smeralda	16/09/1996	450	Guarajuba
79. Vilas do Jacuípe	01/11/1996	420	Barra do Jacuípe
80. Portal de Arembepe I	13/10/1998	300	Arembepe
81. Portal de Arembepe II	13/10/1998	300	Arembepe
82. Fonte das Pedras	10/12/1998	250	Arembepe
83. Sol Nascente	22/07/1999	500	Barra do Jacuípe

Fonte: Elaboração própria a partir de fontes obtidas na SEPLAN / PMC, 2004-2008.

O Plano Piloto da Orla Marítima, elaborado em 1978, teve como objetivo principal controlar o processo de ocupação, além de proteção aos ecossistemas e comunidades litorâneas preexistentes, e ainda, democratizar o acesso às praias e aos sítios de valor paisagístico natural e histórico excepcionais. Entretanto, somente a partir da última década do segundo período contemporâneo – final dos anos 90 –, se inicia o processo de controle efetivo e fortalecimento da legislação ambiental municipal e estadual, com a regulamentação das políticas públicas federais.

Constata-se a demora na aplicação da legislação, apesar de ter iniciado, nesse período, a vigência de um conjunto de leis federais de proteção ambiental, como as Leis:

- Lei 6.938 de 1981 – Política Nacional de Meio Ambiente;
- Constituição Federal de 1988 – art. 225;
- Lei 9.433 de 1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei 9.795 de 1999 – Política Nacional de EA;
- Lei 9.982 de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

E além do fato da criação das APAs Joanes-Ipitanga, Rio Capivara e Lagoas de Guarajuba, pelos Decretos:

- Decreto Estadual no. 7.596 de 05 de junho de 1999 – cria a APA de Joanes/Ipitanga com área de 30.000 Ha;
- Decreto Estadual nº 2.219 de 14 de junho de 1993 – cria a APA do Rio Capivara;
- Resolução CEPRAM nº 388 de 27 de fevereiro de 1999 – cria a APA das Lagoas de Guarajuba.

Há ainda a criação do Sistema de Parques Ecológicos Municipais (ver Mapa 16), a partir do Plano Piloto da Orla Marítima. Mesmo assim, a dinâmica de ocupação urbana continua cada vez mais acelerada, independente da tentativa do controle ambiental dos recursos naturais e rigorosos instrumentos urbanísticos de controle de uso e ocupação do solo pelos órgãos públicos.

Configura-se, desse modo, o Período II de apropriação do solo urbano como o *Cenário real contemporâneo de urbanização acelerada*, como mostra o Quadro 06 e Mapa 15.

Observa-se na legenda, do Mapa 15, um gráfico apontando este período com o maior número de loteamentos aprovados. O Período II apresenta quase o dobro de loteamentos aprovados no Período I, com 83 loteamentos aprovados.

Cenário Contemporâneo – Período III: 2000 a 2008.

O marco regulatório fundamental para o Cenário Contemporâneo do Período III é a regulamentação da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que passou onze anos em tramitação no Congresso Nacional para discussão e debates sobre a Política Urbana Nacional. A partir da promulgação desta lei, fica assegurado a todos os cidadãos brasileiros o direito a cidades sustentáveis, entendido pelo próprio texto da lei como princípios de cidadania e de gestão democrática.

O reflexo imediato da entrada em vigor desta lei foi a medida institucional de negar a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Camaçari – PDDU/2000, que teve seus produtos finais apresentados em janeiro de 2001. Portanto, poucos meses antes da promulgação do Estatuto da Cidade, este fato acarretou a paralisação dos trâmites legais para a implementação dos instrumentos jurídicos de regulamentação do Plano pelo poder público municipal de Camaçari.

Como a APA Joanes-Ipitanga foi criada, no final dos anos noventa, o Plano de Manejo, que só foi aprovado pela resolução CEPRAM 2.974, de 24 de maio de 2002, determinando o zoneamento ecológico econômico. Portanto, a partir de 2002, o lote mínimo, no seu limite territorial, passa a ser de 1.000 m² para loteamentos privados na Zona de Ocupação Controlada (Mapa 04), e de acordo com o zoneamento ecológico econômico, outros padrões de lotes mínimos conforme a zona correspondente.

Do mesmo modo, a APA do Rio Capivara é regulamentada pela Resolução CEPRAM 2.872, de 21 de setembro de 2001, através Plano de Manejo (Mapa 04).

O Decreto Estadual nº 8.553, de 05 de junho de 2003, cria a APA Plataforma Continental que protege os ecossistemas marinhos, as praias e a própria plataforma continental com sua fauna e a flora.

Quanto às propostas do PDDU/2000, foram revisadas e adequadas ao Estatuto da Cidade, e outro Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, foi proposto sendo encaminhado à Câmara de Vereadores, pela Prefeitura. O novo PDDU/2008 foi aprovado em 11 de janeiro de 2008 – Lei Municipal No. 866/08, e o Código Urbanístico Ambiental foi aprovado pela Câmara de Vereadores de Camaçari, entretanto, até o fechamento desta tese ainda não havia sido sancionado pelo Poder Executivo.

A partir das exigências da nova Lei Federal no. 10.257/2001. Esta lei estabelece diretrizes gerais da política urbana para todo o país, devendo ser incorporados novos instrumentos urbanísticos como o Estudo de Impacto de Vizinhança, Outorga Onerosa, Regularização Fundiária e outros, além da Gestão Democrática da Cidade com a participação da população na formulação de diretrizes e prioridades do Plano Diretor.

De acordo com a pesquisa realizada, foram poucos os loteamentos aprovados no Período III, de 2000 em diante pelo órgão competente, a SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Camaçari como mostra o Quadro 07, com 09 loteamentos aprovados. Isto se deve aos novos marcos regulatórios vigentes, mais criteriosos e rigorosos, tanto nos âmbitos municipal, estadual, como no federal, exigindo dos empreendedores imobiliários adaptações aos novos parâmetros urbanísticos e ambientais.

Considera-se também que a demora na aprovação do PDDU/2008 corroborou para a baixa demanda de novos projetos de loteamentos. Observa-se, entretanto que os loteamentos antigos que não possuem Termo de Acordo e Compromisso – TAC - estão sendo modificados com padrões tipológicos mais baixos, do ponto de vista da qualidade urbana, com empreendimentos pluridomiciliares do tipo Villages e Grupo de Casas, embora respeitem a legislação vigente.

Outra consideração que se destaca, nesse período é a nova tendência de mercado a partir da aprovação de urbanização integrada, com oferta de lotes e casas já construídas.

O avanço da legislação ambiental e urbana através das leis federais, estaduais e municipais incidentes e os marcos regulatórios são significativos. O maior esclarecimento da população, através de campanhas e melhor acesso à informação aumentam o seu entendimento do valor dos ecossistemas costeiros para a sustentabilidade das regiões. Há também maior fiscalização dos biomas litorâneos. No entanto, ainda assim, a força e o poder do capital imobiliário são reafirmados e continua inexoravelmente sua marcha acelerada no litoral de Camaçari.

Quadro 07: Listagem dos loteamentos aprovados: Período III – 2000 a 2008.

Loteamento	Aprovado em	Localização
1. Vilas do Jacuipe II	26.09.2002	Barra do Jacuipe
2. Cond. Resort. Busca Ville	26/11/2002	Abrantes
3. Cond. Busca Vida Marina	02/12/2002	Abrantes
4. Bosque do Guaraípe	07/04 / 2003	Guarajuba
5. Fonte das Águas	13/05/2003	Arembepe
6. Alphaville	21/01/2004	Vilas de Abrantes
7. Núcleo Colônia Boa União -	21/06/2004	Abrantes
7. Cond. Wilson Teles	19/05/2005	Abrantes
8. Residencial Betaville	21/12/2006	Abrantes
9. Cond. Villa dos Pássaros	04/04/2007	Abrantes

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos na SEPLAN/PMC, 2004-2008.

Constata-se, portanto, um modelo de ocupação neste período configurando um *Cenário de ocupação urbana acelerada consolidada, de adensamento populacional e de fragmentação do território, mancha urbana linear, descontínua e pulverizada*.

3.3.4 Tipologia de ocupação habitacional: loteamentos regulares e irregulares privados e públicos

Loteamentos Regulares: Privados e Públicos

- a) *Privados: condomínios fechados ou horizontais, grupo de casas ou villages, e urbanização integrada.*
- b) *Públicos: parcelamentos promovidos pelo setor público destinados aos setores da população de baixo poder aquisitivo, sem condições de acesso ao mercado imobiliário formal e situados em Áreas de Interesse Social – AIS²⁴.*

Os Loteamentos Regulares podem ser Públicos ou Privados, sendo estes a grande maioria. Dentre os Loteamentos Privados em Camaçari encontram-se somente dois *Condomínios Fechados* ou *Horizontais* (Busca Vida e Interlagos), *Grupo de Casas* (também denominado localmente de *Villages*) e algumas *Urbanizações Integradas* (que são loteamentos implantados já com as casas construídas nos lotes).

Os *Loteamentos Regulares Privados* são aqueles aprovados pelo órgão oficial responsável pelo controle de uso e ocupação do solo municipal, a SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Município de Camaçari –, e devem respeitar todos os parâmetros urbanísticos vigentes exigidos pela legislação incidente, principalmente a Lei Federal no. 6.766/79 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), além de outras leis municipais específicas, com seus zoneamentos nos Planos Setoriais e Planos Diretores, como a Lei Municipal 339/95 – o Código de Urbanismo e Obras –, o Plano da Orla e recentemente o Código Urbanístico e Ambiental, ainda não aprovado, até o fechamento desta tese em julho de 2008.

²⁴Área de Interesse Social – AIS – são áreas sujeitas ao enquadramento especial com instrumentos legais instituídos pelo poder público e respaldadas no Estatuto da Cidade, para fins de localização de programas habitacionais e requalificação urbana e invasões consolidadas nas áreas urbanas.

Conforme dito anteriormente, o novo PDDU de Camaçari, foi aprovado em 11 de janeiro de 2008, e ainda não pode ser considerado como lei, pois não foi sancionado pelo Poder Executivo, entretanto, seus estudos têm servido de referência desde o ano de 2000.

Além desses, é necessário o enquadramento nas normas ambientais estaduais – o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Decreto das APAs – e nas federais – o Estatuto da Cidade e SNUC –, obedecendo às determinações gerais e específicas, atendendo às restrições legais do zoneamento ecológico-econômico das unidades de conservação.

A implantação de loteamentos regulares vem ocorrendo por iniciativa de agentes econômicos representantes de empresas imobiliárias, incorporadores, empresários do ramo imobiliário e turístico nacionais e estrangeiros, construtores, proprietários de glebas, ou herdeiros de terras.

Geralmente, o loteante aprova o projeto na prefeitura, adquire o alvará e licencia o parcelamento para a venda e oferta de lotes. A infra-estrutura, que é de responsabilidade do incorporador, deve ser fruto de Termo de Acordo e Compromisso – o TAC –, em conformidade com a Lei de Parcelamento, a Lei nº 6.766, e aprovado previamente pela PMC, além de serem pactuados e assinados por ambas as partes, o empreendedor e o poder público municipal.

Loteamento Regular Privado: Urbanização Integrada

Esta tipologia habitacional surge no litoral na década de setenta, com o primeiro Conjunto Habitacional da orla de Camaçari – o Recanto de Abrantes, em Vila de Abrantes. Este empreendimento foi construído para moradia dos funcionários da antiga fábrica de dióxido de titânio, a Tibrás²⁵, depois denominada Millenium e Lyondell, localizada em Arembepe, no Distrito de Abrantes. Estes conjuntos habitacionais são geralmente horizontais, pois na orla só podem ser construídos até dois pavimentos, com exceção para a atividade hoteleira, que pode alcançar até três pavimentos. Alguns exemplos na Figura 15.

Através da pesquisa, constatou-se a modificação tipológica, no tamanho do lote e na forma construtiva, com a habitação pronta entregue no ato da compra. A partir daí, emerge outra

²⁵Fábrica de dióxido de titânio na beira da praia, que deu origem a Estrada do Coco, BA-099, e motivou o desenvolvimento litorâneo do norte da Bahia, com a legislação atual não seria permitida a sua implantação.

categoria de análise como tipologia habitacional dos Loteamentos Regulares, além dos tipos *Loteamentos Privados com Lotes Uni-residenciais*, antes referenciados. Surgem as *Urbanizações Integradas ou Conjuntos Residenciais*, tipologia esta a que se convencionou denominar um tipo específico de ocupação territorial de alta densidade, e que vem ocorrendo, cada vez mais freqüentemente, em substituição aos lotes de casas de veraneio.

Esta é uma tipologia construtiva de uso residencial pluridomiciliar, cuja forma de construção em apartamentos pressupõe a escassez de terrenos e altos custos das terras urbanas típicas das grandes metrópoles, onde a otimização de área útil das moradias em conjuntos habitacionais tornou-se um padrão brasileiro discutível, e que, nesse caso, a transposição para a orla de Camaçari, tanto é para habitação de veraneio sazonal e segunda moradia como para turismo de temporada, a depender da intenção do proprietário.

Figura 15: Urbanização integrada e conjunto residencial - *villages*



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora. Orla de Camaçari, 2007.

Importa destacar nesta análise é que a forma de apropriação espacial muda com os novos parâmetros urbanísticos de qualidade urbano-ambiental mais baixo, índices de ocupação mais altos e taxas de adensamento também mais altas.

Desse modo, observa-se que o padrão construtivo, o conforto ambiental e a qualidade da infraestrutura da maioria desses *Condomínios*, muitas vezes, são sacrificados com ruas estreitas de acesso para automóveis e baixos índices de áreas verdes sem espaços livres.

Esse padrão construtivo reproduz os modelos de padrões típicos dos contextos urbanos tradicionais das metrópoles e denota descompasso nos ambientes de lazer de praia. Essa situação não ocorria no primeiro período (1958 a 1979), apesar da legislação não ser tão avançada nos parâmetros de qualidade urbano-ambiental.

Nos últimos anos, percebe-se a situação de “venda casada”, ou seja, a venda do lote com a construção da casa padronizada e infraestrutura do loteamento, não só viária como social e comunitária do empreendimento. Isso acaba servindo como *atrativo de venda*. Esse *pacote pronto – kit imobiliário* – é a nova estratégia de vendas local.

A tipologia habitacional de conjuntos habitacionais horizontais ou urbanização integrada são casas, já totalmente prontas e legalizadas, postas à venda, para consumo, como mercadoria de comércio varejista, padronização da tipologia construtiva e o produto pronto para comercialização.

Dessa maneira, os agentes imobiliários usam outros elementos da tipologia habitacional como atrativo e garantia de qualidade urbana. Isso amplia o mercado de frequentadores e usuários da orla, aqueles com perfil de renda salarial média e outros hábitos de consumo, como os funcionários públicos, casais jovens, moradores da RMS e veranistas de outras cidades do interior, e até mesmo do exterior.

A procura por loteamentos desse tipo, pelos europeus, principalmente da península ibérica, tem sido significativa. Este produto está sendo oferecido e comprado nas feiras imobiliárias internacionais e tem conquistado muitos estrangeiros, que adquirem seus lotes e casas de veraneio na zona costeira do Município de Camaçari e em todo o litoral nordestino. A valorização do nosso clima e, portanto, do turismo de praia é o maior atrativo de vendas do mercado imobiliário internacional e baiano²⁶.

²⁶ Aprofunda-se a questão do clima como fator de atração turística no capítulo 5.

Destacam-se aqui os recentes empreendimentos imobiliários e turísticos lançados no litoral de Camaçari. Estes têm sido objeto de grandes eventos sociais, de porte além do metropolitano, na escala internacional, competindo em promoções por ocasião das primeiras vendas dos lotes, e dos lançamentos dos *resorts* das cadeias internacionais que se instalam no Litoral Norte.

Como exemplo recente, aponta-se o lançamento do Condomínio Alphaville, localizado na orla de Camaçari, realizado no Hotel Pestana, em Salvador, de categoria luxo. O evento contou com um show da cantora internacional Daniela Mercury, para mais de mil pessoas.

Outro fato recente e importante na pesquisa da análise territorial do espaço litorâneo, municipal e brasileiro, é a promoção crescente e inovadora de outra tipologia habitacional, que se está a denominar *turismo residencial*, pelo mercado imobiliário internacional e nacional.

Nesses empreendimentos os lotes estão, geralmente, associados aos empreendimentos hoteleiros de grande porte e padrão de qualidade de serviços de nível internacional – os *resorts*. A infra-estrutura é completa, a segurança eficiente, os serviços de hotelaria disponibilizados aos adquirentes e o cuidado ambiental é valorizado. Desse modo, mas a primeira vista, eleva-se o padrão de sustentabilidade urbana (Fig. 16).

Figura 16: Turismo residencial – loteamentos e resorts

The figure consists of two side-by-side real estate advertisements. The left advertisement is for 'Vilarejo da Lagoa' and features a large aerial photograph of a resort complex with multiple buildings and a central pool area. The text at the top reads: 'Um verdadeiro mar de tranquilidade. Nada traduz melhor o Vilarejo da Lagoa, um vilarejo localizado no coração de Guarajuba. Venha conhecer e apaixonar-se.' Below the photo, there is a list of amenities: 'Serviço de camaroteira', 'Central de gás', 'Sala de ginástica', 'Lavanderia central', 'Quiosques', 'Piscina com hidromassagem', and 'Antena coletiva'. At the bottom, it says 'Visite unidade decorada no local.' and lists the participating companies: 'TOTAL', 'SINOADRI', 'Triunphi', and 'Prime Associação'. The right advertisement is for 'Paradiso dos Lagos' and features a collage of images showing a thatched-roof gazebo, a couple, a pool, and a golf course. The headline reads: 'E AINDA VAI ESCOLHER SUA PAISAGEM.' Below the images, there are two columns of text describing the project's features and benefits. At the bottom, it says 'PARADISO DOS LAGOS' and lists the participating companies: 'BORGES & SOUZA' and 'BORGES & SOUZA'.

Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, Camaçari, 2007.

Não obstante, todas as vantagens competitivas desse novo padrão tipológico encontrados na zona litorânea, o que se está construindo “é um território de enclaves, ou guetos de luxo, ‘devoradores’ de paisagens naturais e culturais, como diria o sociólogo Jost Krippendorf ao se referir aos resorts internacionais” (REPENSAR..., 2007, p. 3).

Outro aspecto observado na pesquisa foi a estratégia de propaganda para a venda dos loteamentos através da veiculação de folheteria especializada. O material utilizado para divulgação, e distribuído ao longo do percurso da orla, é, geralmente, de alto nível estético, muito atraente, apresentando fotos de ambientes naturais paradisíacos, de turismo e lazer de sol e praia. Em quase todo o material recolhido e analisado²⁷, o chamariz principal vende o ecossistema costeiro intocável, sem poluição, com fauna e flora nativas e de alta qualidade urbano-ambiental, ou seja, sem degradação, mostrando o ambiente como ele era no Período Antigo, quando aqui chegaram os padres jesuítas (Fig. 17).

Presume-se, pela propaganda, que este lugar é o Paraíso, inclusive pela escolha dos nomes dos loteamentos, como se pode ver em pesquisa realizada na Listagem dos Loteamentos (Quadros 05, 06 e 07). Percebe-se essa intenção de vender o intangível, ou seja, o prazer e a emoção de viver com tranqüilidade, liberdade, paz, harmonia num ambiente sagrado, equilibrado e sustentável.

A estratégia de vendas aqui analisada não tem o objetivo de ressaltar a questão de ser ou não propaganda enganosa. Porque, de fato, tem-se em alguns lugares da orla e em alguns períodos do ano, até os dias de hoje, assim como na época dos índios Tupinambás, quando aqui chegaram os jesuítas, esta sensação de total “tranqüilidade e paz”. Principalmente para quem vive cotidianamente no litoral, como os moradores de algumas localidades, veranistas de loteamentos e usuários do litoral de Camaçari, esses fatores são imprescindíveis para que o Paraíso continue aqui²⁸.

²⁷ Coletânea e pesquisa de material de propaganda de loteamentos e condomínios implantados no Litoral Norte e na orla de Camaçari, organizado pela pesquisadora no período de 2004 a 2007.

²⁸ Ver resultados da Pesquisa turismo litorâneo: Qual é a Orla de Camaçari que queremos? No capítulo 5.

Figura 17: Material de divulgação dos loteamentos



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, Camaçari, 2007.

Observa-se que, da listagem com os nomes dos loteamentos aprovados para a orla, a maioria se relaciona com a natureza do lugar, muitos estão ligados aos acidentes geográficos. Destacam-se alguns a seguir:

- à geografia do lugar - Enseada Praia da Espera, Curva do Rio, Parque das Dunas;
- aos nomes e etimologia indígenas, dos primeiros habitantes dessas terras – Itacimirim, Guarajuba, Genipabu;
- à hidrografia – Lot. Lago e Mar, Jóias do Rio, Interlagos, Canto do Rio, Paraíso dos Lagos;
- à fauna – Volta do Robalo, Condomínio Albatroz;
- à flora – Coqueiros de Arembepe, Chácara das Mangueiras;
- ao imaginário – Sítio Boa Esperança, Vila Serena, Encanto de Jauá.

Dessa maneira, o que se vende são os recursos naturais, o ambiente natural, seu bioma, sua beleza paisagística, se constrói e se reforça, a partir daí, o sonho, o sagrado e o imaginário do ser humano, em geral, proveniente de grandes centros urbanos.

Para exemplificar o apelo e a importância do ambiente natural, cita-se o texto encontrado na folheteria de propaganda, como o de Pero Vaz de Caminha “Águas são muitas. Os arvoredos são de infinitas espécies, não duvido que por aqui haja muitas aves.” (Folder de propaganda da Anteal Empreendimentos Imobiliários)

Inspirada neste padrão de qualidade de vida a ANTEAL apresenta o empreendimento Quinta das Lagoas. A sua casa de praia com charme de uma quinta portuguesa na Estrada do Coco, entre Guarajuba e Praia do Forte, a sofisticação e beleza que tornaram famosas as casas de campo portuguesas, traduzidas em lotes a partir de 1.000 m², com opção de casa; um projeto de David Bastos. Tudo integrado num empreendimento de luxo e requinte exclusivo, com avenidas largas, rodeado de lagoas e vastas áreas de preservação ambiental (Folder de propaganda da Anteal Empreendimentos Imobiliários).

Apresentam-se, também, exemplos de folders que ilustram e demonstram como se dá a propaganda e a promoção territorial de ambientes naturais que por si só encantam a todos (Fig.18).

Figura 18: Propaganda de loteamentos



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, Camaçari, 2007.

Loteamento Regular Público – Lotes Urbanizados

Esses loteamentos foram programados pelo poder Público Municipal e são, na maioria, de *Lotes Urbanizados*, com padrão tipológico de alta densidade, e lotes com tamanho mínimo de 64 m², conforme legislação vigente já estabelecida para empreendimentos ou AIS – Áreas de Interesse Social. Eles são destinados geralmente para famílias carentes com renda abaixo de dois salários mínimos – 2SM –, abaixo da linha de pobreza²⁹, ou ainda desabrigados de chuvas, remanescentes de invasões e relocações de dentro ou fora do município. A titulação do lote ou posse é feita por doação ou Concessão do Direito Real de Uso.

O aparecimento da categoria de Loteamentos Públicos inicia-se com o processo de parcelamentos organizados pela iniciativa dos órgãos públicos e com financiamento pelas instituições financeiras governamentais, para populações de baixa renda, a partir da implantação do Programa de Habitação Orientado de Camaçari – PHOC de Buris, no início da década de noventa (Quadro 08).

Quadro 08: Loteamentos públicos programados – lotes urbanizados

Nome	Localização
PHOC de Buris	Abrantes
Fonte de Sinhá	Abrantes
Fonte da Caixa 1 e 3	Abrantes
Fonte das Águas	Arembepe
Mutirão de Arembepe	Arembepe
Lot. Popular da Cascatinha dos Prazeres	Barra do Pojuca
Estiva de Buris	Buris de Abrantes
Mutirão Simara Ellery	Catu de Abrantes
São Bento de Monte Gordo (Corre-nu)	Monte Gordo

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos na SEPLAN/PMC, 2004-2008.

Observa-se, nesses loteamentos programados, a perda do conforto ambiental em função das altas densidades, ausência de rede de esgotamento sanitário, proximidade das casas, pois o tamanho de lotes é reduzido. Isso gera poluição ambiental e sonora, impactos na infraestrutura de apoio residencial e de lazer, além de afetar os ecossistemas frágeis do bioma costeiro, por causa dos índices de aproveitamento e taxas de ocupação mais permissíveis, tanto para os loteamentos privados como para os públicos, nos quais os lotes mínimos fragmentam o território urbano.

²⁹ Linha de Pobreza definida pelo Banco Mundial como renda familiar abaixo de 01 U\$ por dia. O Salário Mínimo – SM – no Brasil é R\$ 380,00 (a partir de abril de 2007), pelo câmbio de 08/05/2007, equivalente a aproximadamente U\$ 200 e E\$ 150.

Loteamentos Irregulares: Invasões e Loteamentos Clandestinos

Esta categoria habitacional compreende os loteamentos irregulares ou as chamadas *invasões* estabelecidas ao longo do litoral de Camaçari, e encontra-se em quantidade considerável na orla do Município. Esses são loteamentos clandestinos que não foram aprovados pela Prefeitura, sem alvará de construção e sem licenciamento ambiental do Centro de Recursos Ambientais – CRA –, além de não serem registrados no Cartório Especial de Registro de Imóveis do Município.

Estas *invasões* são a expressão espacial da economia informal, da cidade precária, sem leis, direitos, sobreposta à cidade formal. As regras são outras, ou melhor, não são seguidas. Os impostos e as taxas não são cobrados, mas os serviços e o policiamento também não existem. Na informalidade, tudo é permitido, portanto, tudo pode ser degenerado, *favelizado* e corrompido, condenando as pessoas a ficarem fora do sistema, com uma vida de exclusão social, econômica, territorial, cultural, jurídica e tecnológica.

Este é o quadro da pobreza urbana no Brasil, em qualquer dos assentamentos de baixa renda que se pesquise e em todas as capitais, tanto nas periferias metropolitanas como nos centros urbanos ou zonas de transição, ou mesmo em parques invadidos, como o Parque Municipal das Dunas de Abrantes. Esta situação se repete e se perpetua, no Brasil e na Bahia, pelas últimas décadas, nesse perverso sistema de concentração de riqueza.

Os loteamentos clandestinos proliferam, mesmo sendo alvo de denúncias constantes pela imprensa e Ministério Público, e apesar das medidas mitigadoras das políticas públicas do Governo Federal, através do Ministério das Cidades e de financiamento de organismos internacionais de ajuda, que não conseguem minorar o passivo habitacional brasileiro.

A pesquisa identificou, dentre os loteamentos clandestinos mais evidentes, aqueles listados a seguir no Quadro 09.

Quadro 09: Loteamentos irregulares

Baixa renda		Média renda	
Abrantes	Jauá	Monte Gordo	Jauá
Fonte de Buraquinho	Bela Vista de Jauá	Corre-nu	São Francisco
Morada Nobre	Califórnia	Estrada da Cetrel	Portal de Jauá
Pausul			Vila dos Artistas

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa direta, 2004-2008.

Os estudos do PDDU/2008 identificam necessidade de melhorias das condições de habitabilidade para as áreas ocupadas, com habitações precárias, na orla do Município. Estabelece algumas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, listadas a seguir: Sucupió, Jacarezinho, Simara Ellery, Vila Nova, Fonte da Caixa 1 e 3, Morada Nobre, Sítio Fradinho, Estiva de Buris, Fonte de Sinhá, Bela Vista de Jauá, Senhora Santana de Cordoaria e Sucupira.

Figura 19: Moradores dos loteamentos populares no seu cotidiano



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, Camaçari, 2007.

3.3.5 Cenário real de ocupação urbana contemporânea e a dimensão territorial

Constata-se que durante todo o Período Contemporâneo até os dias de hoje, em 2007 – portanto, quase cinquenta anos de processo de ocupação urbana – mesmo protegida legalmente e nominalmente pelas APAs, predomina no litoral de Camaçari o mesmo fenômeno recorrente.

A área objeto de estudo é pressionada por empreendedores imobiliários, sejam clandestinos ou não, por padrões tipológicos habitacionais de baixa qualidade ambiental, e grande percentual de ocupação territorial, repetindo um modelo de urbanização de destruição dos ecossistemas.

Alia-se a isso a carência de serviços de infra-estrutura e saneamento ambiental. A exceção são os grandes empreendimentos turísticos, os *resorts* e alguns loteamentos para pessoas de alta renda, que para serem aprovados, tramitam em várias instâncias municipais, estaduais e federais e devem obedecer rigorosamente aos ditames legais.

As diversas tipologias identificadas ocorrem de forma direcionada pela força da dinâmica econômica do setor imobiliário, fruto do processo de expansão urbana da Região Metropolitana de Salvador. Isso transforma o território, estendendo o tecido urbano, de forma contínua, para fins de residência permanente ou segunda moradia, gerando um modelo que se reproduz espacialmente.

A Estrada do Coco – BA-099 – é o elo entre as diversas atividades desenvolvidas nesse espaço – a espinha dorsal dessa nova cidade linear. Todo o acesso, às localidades e aos loteamentos, é facilitado pelo eixo rodoviário que divide o território, a leste mais valorizado pela proximidade com o mar e a oeste menor valorização pelo mercado imobiliário. A barreira sócio-espacial fica também explicitada para quem reside antes ou depois da praça do pedágio.

Configura-se, dessa maneira, um *Cenário predominantemente residencial, com moradias de tipologias variadas, com modelo físico-territorial segregador e socialmente excludente.*

O fato é que a mancha de ocupação urbana vai se espraiando inexoravelmente sobre os ecossistemas ao longo do Litoral Norte. Se por um lado os condôminos, loteamentos, invasões, empreendimentos hoteleiros se expandem aceleradamente, por outro lado, os povoados, as nucleações urbanas e as comunidades tradicionais, remanescentes dos períodos anteriores, não se comunicam entre si e não se relacionam espacialmente da forma preconizada pelo planejamento urbano tradicional.

A modelagem do território configura um *Cenário real de enclaves e de monoespecialização funcional do padrão de urbanização*, que é um território construído com baixo padrão de sustentabilidade urbana.

3.4 A QUESTÃO DO RECORTE ESPACIAL E AS UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO: COMPARTIMENTAÇÃO TERRITORIAL E AS BASES DE INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

Camaçari está inserida em uma das regiões mais estudadas da Bahia, tanto do ponto de vista ambiental, desde a implantação do Pólo Petroquímico, nos anos 70, cujo território vem sendo avaliado, para suportar os impactos das indústrias na atmosfera, nos solos, nos seus ecossistemas aquáticos continentais e costeiros, quanto dos fatores econômicos da sua área de influência direta, como de toda a RMS.

Assim sendo, diversos estudos, levantamentos, aprimoramentos da legislação ambiental, teses de graduação e pós-graduação, nas diversas temáticas relativas a essa área de estudo, foram realizados e sistematizados e, ainda, vem sendo continuamente produzidos no âmbito da Universidade Federal da Bahia – UFBA–, da Universidade Estadual da Bahia – UNEB–, dos Órgãos Públicos, do setor privado, e outras instituições.

A partir da pesquisa realizada, nas bases de informações selecionadas, apresentam-se a seguir algumas características principais do território, de acordo com o enfoque dado para a divisão territorial desejada, ou seja, cada estudo propõe um limite diferente para sua base de informação.

A depender do objetivo, muda-se o critério de delimitação espacial e a denominação. Pode-se perceber isso por meio da escolha da zona de informação, do setor censitário, do compartimento geo-ambiental, da área de proteção ambiental, do distrito, da unidade de conservação, da zona residencial, da zona industrial, do parcelamento, do loteamento, do povoado, do núcleo urbano, do bairro, da zona urbana, da bacia hidrográfica, do bioma, do ecossistema, da zona turística, do consórcio e de uma variedade infinita de critérios e finalidades para as divisões do território estudado.

Destacam-se, a seguir, algumas delimitações territoriais institucionalizadas – unidades territoriais de planejamento -, as quais se julgaram importantes para a configuração dos cenários pesquisados.

3.4.1 Região Hidrográfica das Bacias do Recôncavo Norte

O Município de Camaçari se insere na Região Hidrográfica do Recôncavo Norte, que abrange uma área de 16.822,2 Km² onde se concentram 4.237.035 habitantes, 32,4% da população do Estado da Bahia (ver Mapas 03 e 06).

Integram essa região hidrográfica: 9 bacias hidrográficas (ver Mapa 03 e 09), 40 municípios (Quadro 10), incluindo Salvador e a Região Metropolitana de Salvador – RMS –, 8 Áreas de Proteção Ambiental – APAs –, entre outras unidades de conservação.

Essa região concentra a maior reserva de águas subterrâneas do Estado, onde se localiza o Aquífero de São Sebastião. Também é nessa região que se encontra o Pólo Industrial de Camaçari e onde estão concentrados 81,7% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS –, e 70% da produção industrial da Bahia (BAHIA, 2005c).

As bacias que integram a região do Recôncavo Norte possuem diferentes características, compondo um conjunto com diversidade ecológica e múltiplos usos. Apresentam-se a seguir as bacias com seus principais usos, as APAs existentes e os Municípios que integram esta Região Hidrográfica (ver Mapa 09).

Bacias Hidrográficas da Região do Recôncavo Norte:

1. Rio Subauma – Turismo e Agropecuária;
2. Rio Sauípe – Turismo e Agropecuária;
3. Rio Pojuca – Petróleo, Indústria, Turismo e Agropecuária;
4. Rio Jacuípe – Abastecimento da Região Metropolitana de Salvador, Indústria, Turismo e Agropecuária;
5. Rio Joanes-Ipitanga – Abastecimento RMS e Turismo;
6. Rio Subaé – Indústria;
7. Rio Açú – Agropecuária e Turismo;
8. Bacias da Baía de Todos os Santos (Paraguari, Aratu, São Paulo, Mataripe e Paramirim);
9. Bacias Urbanas da RMS (Jaguaribe, Pituaçu, Camurugipe e Cobre).

Áreas de Proteção Ambiental – APAs – da Região Hidrográfica do Recôncavo Norte:

APA Litoral Norte, APA Lagoas de Guarajuba, APA Rio Capivara, APA Joanes-Ipitanga, APA do Abaeté, APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, APA Baía de Todos os Santos, APA Pedra do Cavalo.

As bacias que integram a região do Recôncavo Norte possuem diferentes características, compondo um conjunto com diversidade ecológica e múltiplos usos. Apresentam-se na figura 20 com seus principais usos.

Figura 20: Atividades e usos nas Bacias Hidrográficas da Região do Recôncavo Norte



Fonte: BAHIA, 2005d.

Quadro 10: Relação dos Municípios por Bacias Hidrográficas da Região Hidrográfica do Recôncavo Norte

Bacias	Subaúma	Sauípe/ Imbassai	Pojuca		Jacuípe	Joanes / Ipitanga	Bacias da RMS	Baía de To- do os San- tos	Suba é	Açu
MUNICÍPIOS	Água Fria	Araçás	Água Fria*	Itanagra	Amélia Rodrigues*	Camaçari	Salvador	Candeias**	Amélia Rodrigues	Cachoeira
	Alagoinhas	Cardeal da Silva	Alagoinhas*	Lamarão	Camaçari*	Candeias*		Itaparica	Feira de Santana**	Conceição da Feira
	Aramari	Entre Rios**	Amélia Rodrigues	Ouriçangas	Dias D'Ávila*	Dias D'Ávila		Madre de Deus	Santo Amaro*	Santo Amaro
	Cardeal da Silva*	Itanagra*	Araçás*	Pedrão	Mata de S. João*	Lauro de Freitas		S. Francisco do Conde*	S. Francisco do Conde	S. Gonçalo dos Campos*
	Entre Rios**		Aramari*	Pojuca	São . Sebastião do Passe*	Simões Filho*		Simões Filho	S. Gonçalo dos Campos	Saubara
	Esplanada		Camaçari	Santa Bárbara	Terra Nova	São. Sebastião do Passé		Vera Cruz		
	Inhambupe		Catu	Santanópolis						
			Conceição do Jacuípe	S. Sebastião do Passe						
			Coração de Maria	Teodoro Sampaio						
			Feira de Santana**	Terra Nova						
			Irá							
		Mata de S. João								

* Para os municípios que ocupam mais de uma Bacia, e indica a Bacia onde o município tem maior importância.

** Os municípios de Entre Rios, Feira de Santana e Candeias têm importância significativa em mais de uma Bacia.

Fonte: BAHIA, 2005d.

3.4.2 Costa dos Coqueiros / Litoral Norte da Bahia

A Costa dos Coqueiros é considerada um dos lugares mais lindos da costa atlântica do Brasil, com 193 km de praias entrecortadas por rios e lagoas, e se caracteriza pela grande extensão de praias com muitos coqueirais e áreas de natureza belíssima. A área de abrangência da Costa dos Coqueiros se desenvolve ao longo do Litoral Norte do Estado da Bahia e congrega sete municípios, sendo eles: Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Uma nova divisão territorial surge sob efeito de uma força aqui denominada Vetor Norte que interliga os sete municípios, compondo o Consórcio Intermunicipal da Costa dos Coqueiros (ver Mapa 08).

A partir de 2002, foi criado o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região do Litoral Norte – CRDLN. A sua finalidade é articular e fomentar os programas e ações de interesse

regional, voltado ao desenvolvimento econômico e social, em consonância com a política de desenvolvimento do Estado, nos termos da Lei nº 8.538/2002 e do Decreto nº 9.620/2005.

Compõe esta nova divisão territorial a região socioeconômica abrangida pelos nove municípios, Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari, Lauro de Freitas, Alagoinhas e Rio Real.

O objetivo dessa articulação é fortalecer a região e promover, conjuntamente, políticas regionais que estimulem o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento e a diversificação das atividades econômicas, as articulações produtivas locais no âmbito municipal, intermunicipal, regional e inter-regional, incluindo a geração e difusão de inovações tecnológicas, a valorização da cultura e do meio ambiente.

O Estado foi dividido em Regiões e Zonas Turísticas, dentre elas a Região Turística do Litoral Norte, onde a Zona Turística da Costa dos Coqueiros se insere, e os coqueirais estão fortemente presentes, por isso a denominação (Mapas 05 e 17).

Nos últimos anos, foram investidos muitos bilhões de dólares no Nordeste pelo Programa de Desenvolvimento para o Turismo do Nordeste Brasileiro – PRODETUR-NE – em infraestrutura básica, saneamento, aeroportos, estradas turísticas e recuperação do patrimônio histórico.

O programa conta com investimentos oriundos não só de organismos financeiros oficiais do PRODETUR-NE, que são BID e o Banco do Nordeste, como também de outros, a exemplo do BNDES, EMBRATUR e, principalmente, do Tesouro do Estado da Bahia. O financiamento representa 60% do valor do investimento e os 40% restantes é contrapartida do Governo do Estado (BAHIA, 2002b).

Mapa 17: Zonas Turísticas do Estado da Bahia e Zona Turística da Costa dos Coqueiros.



Fonte: BAHIA, 2006.

Spínola (2002, p. 35), faz uma análise do PRODETUR e a Descentralização do Turismo Baiano, observando que a partir da implantação do PRODETUR, no período de 1991/1998, algumas significativas modificações ocorreram na geografia do turismo baiano por conta dos investimentos priorizados para as Zonas Turísticas. Mais adiante, ela comprova as afirmativas com informações sobre a distribuição espacial dos investimentos, com predominância na Costa do Descobrimento (25,4%), seguido da Costa dos Coqueiros (20,1%) do montante total destinado ao Estado.

De acordo com os dados obtidos pela autora, a Costa dos Coqueiros recebeu, em relação às outras zonas, investimentos da seguinte natureza: Hotéis/Pousadas (19%); Apartments/Villages (28,6%); Albergues (11,1%); Resorts/Spas (30,4%); Campings (28,6); Restaurantes (100%); Complexos Turísticos (50%).

Quanto ao montante de investimentos públicos em infra-estrutura básica do tipo Energia Elétrica, Transportes, Saneamento e outros, Spínola (2002) informa que de 1991 a 1998 foram investidos um total de 2 bilhões de dólares (US\$ 2 109 264 000) nas Regiões Turísticas, e desse total, 8,1% na Zona Turística da Costa dos Coqueiros.

Depois de 10 anos investindo prioritariamente em infra-estrutura, o PRODETUR/BA entra em outra fase denominada PRODETUR II, na qual serão aplicados os recursos do BID e do Banco do Nordeste em projetos de capacitação profissional para o turismo, cuidando, especificamente, da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos.

3.4.3 Macrocompartmentos Ambientais

A divisão do território em macrocompartmentos ambientais, contida nos estudos elaborados para o Plano Diretor de Camaçari, é importante para a análise ambiental do município e para elaboração de propostas e diretrizes que levem em consideração os condicionantes bióticos, físicos e socioeconômicos. A partir da revisão do PDDU/2000 e da análise dos condicionantes ambientais, a proposta para o novo Plano Diretor do Município de Camaçari – PDDU/2008 – caracteriza três macrocompartmentos – ou setores – distintos para o Município de Camaçari, o setor oeste, o setor central e o setor leste, descritos a seguir (Mapa 18).

Mapa 18: Macro compartimentos Ambientais do Município de Camaçari



Fonte: CAMAÇARI, 2006b.

O Setor Oeste corresponde às áreas contíguas aos limites oeste do município, englobando áreas associadas à bacia sedimentar do Recôncavo. Neste setor está presente um dos maiores aquíferos subterrâneos do estado, associado à Formação São Sebastião e a sedimentos friáveis da Formação Marizal, extremamente susceptível a processos erosivos. Também neste setor estão presentes as principais nascentes dos rios pertencentes à sub-bacia hidrográfica do rio Capivara Grande, que deságuam nas terras úmidas, nas proximidades do povoado de Arembepe e, posteriormente, no estuário do Rio Jacuípe.

Ressalta-se, portanto, a interação destas áreas com as áreas litorâneas. Destaca-se para o território a intensa alteração da cobertura vegetal, especialmente na região próxima à sede municipal, posto que, no setor oeste estão implantadas atividades agrícolas (porção norte), o complexo petroquímico e a sede municipal de Camaçari (porção central-sul), inclusas nos limites da área industrial do COPEC. A presença do complexo petroquímico, sobre mananciais hídricos subterrâneos vulneráveis a cargas contaminantes, põe em risco um recurso natural estratégico para o abastecimento hídrico do Município e de toda a região.

O Setor Central corresponde às áreas rurais, compreendidas entre o complexo industrial e os ambientes costeiros associados à orla marítima do Município. Essas áreas distribuem-se entre os principais vetores de crescimento urbano associados à BA-526/512 – Via Parafuso – e à BA-099 – Estrada do Coco –, sobre os sedimentos das Formações São Sebastião e Barreiras. Elas representam áreas com elevado potencial hidrogeológico, passíveis de serem utilizadas para atividades agrícolas e criação de peixes de água doce, ou a partir de atividades de turismo rural.

Os usos associados predominantes são a pequena agricultura e a criação de peixes em tanques, sítios e chácaras com potencial de impacto ambiental reduzido. As atividades de maior impacto estão associadas à mineração, já que é freqüente a exploração de material arenoso associado à Formação Barreiras. Podem ser citadas ainda como setores importantes as atividades agrícolas, as quais podem causar a contaminação do solo e das águas, pelo uso de pesticidas e fertilizantes; a implantação de loteamentos, fruto da expansão do setor da orla, compartimentando ecossistemas; atividades extrativistas de madeira, caça e pesca predatórias, causando alterações no equilíbrio ecológico das matas remanescentes e suas comunidades florísticas e faunísticas.

O Setor Leste – Orla Marítima – localiza-se na porção extrema leste do Município, ocupando uma extensão de 42 Km, cortada pela BA-099 – Estrada do Coco –, aproximadamente a 15 Km de distância do Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães – chamado anteriormente de Aeroporto Dois de Julho.

Marcado pela presença de ambientes de relevante valor paisagístico e ambiental, são expressivas as áreas de dunas, terras úmidas, terraços marinhos e estuários, que conferem um elevado potencial turístico para este setor. A implantação de megaprojetos turísticos a

aproximadamente 20 km do limite norte do Município, acessíveis pela BA-099, abrem imensamente as possibilidades de implantação de projetos do segmento também nesta faixa. A proximidade ao aeroporto de Salvador – 15 km. – associado ao fato de ser um espaço litorâneo, com condições adequadas para o desenvolvimento do turismo, entre os municípios de Salvador e Mata de São João, tornam este território bastante favorável a projetos turísticos.

Por outro lado, os problemas ambientais anteriormente identificados no Setor Oeste, associados à presença de indústrias, tais como a de processamento do dióxido de titânio e do processo de parcelamento do solo, em discordância com os critérios de conservação ambiental, interferem diretamente sobre a qualidade ambiental do setor. Com isso, pode-se, em médio prazo, eliminar qualquer possibilidade de turismo compatível com o mercado nacional e internacional, que deverá ser atraído pelos projetos turísticos na APA do Litoral Norte - Sauipe e Praia do Forte.

A princípio, a ocupação urbana ocorreu em torno de povoados de pescadores e, conforme análise e detalhamento na Pesquisa de Ocupação Urbana Contemporânea, devido aos condicionantes, já apresentados, esta ocupação se intensificou, passando a ocupar os intervalos entre os antigos povoados, criando enclaves formados pelos resorts, condomínios fechados e loteamentos.

Os fatores responsáveis pelo crescimento urbano acelerado da orla do município são principalmente: o crescimento de Salvador e o deslocamento de seu centro comercial para a região do Iguatemi; a decadência do turismo da ilha de Itaparica - antigo atrator de lazer e turismo da classe média baiana -; a implantação e consolidação da Linha Verde; o incentivo governamental no estabelecimento de megaprojetos turísticos; investimento na infra-estrutura do Litoral Norte da Bahia e o estabelecimento do Complexo Industrial de Camaçari.

A urbanização em áreas com ecossistemas extremamente frágeis gera uma série de problemas ambientais. A repetição do modelo de desenvolvimento da Orla Marítima de Salvador e de Lauro de Freitas, certamente não deveria se efetuar em Camaçari, sob pena de inviabilizar as atividades turísticas e imobiliárias de boa qualidade ambiental, que é uma das grandes possibilidades de desenvolvimento do município.

Os principais setores geradores de impactos para o compartimento orla são os *setores imobiliário/turístico*, que vêm ocupando áreas de ecossistemas frágeis e causando uma série de impactos ambientais. O *setor industrial*, representado principalmente pela Millenium – antiga Lyondell e Tibrás –, possui uma série de passivos ambientais na região de Arembepe/Jauá/Interlagos/Areias.

3.4.4 Indicadores socioeconômicos e Mapeamento da Pobreza Urbana no Município de Camaçari

O Município de Camaçari está dividido em três zonas distritais pelo IBGE, para fins de distribuição de população e coleta de dados oficiais através das subdivisões espaciais em setores censitários, a saber: Sede, Abrantes e Monte Gordo (ver Mapa 07 e Mapa 19). A Lei Municipal nº 301/94 dispõe sobre a definição e divisão do território em Zonas Urbanas, Zona Rural e Zona Especial – área do Pólo Petroquímico e Complexo Industrial de Camaçari.

Segundo dados do IBGE, a partir do último censo, em 2000, o município possuía 180.000 habitantes, assim distribuídos:

Distrito Sede de Camaçari – 116.330 habitantes, ou seja, concentrando 72,17% do total da população e sua superfície territorial é de 360 Km²;

Distrito de Abrantes – 27.306 habitantes, com 19,9% do total de habitantes e sua superfície territorial é de 113 Km²;

Distrito de Monte Gordo – 17.515 habitantes, o que perfaz 7,93% da população municipal e sua superfície territorial é de 287 Km²;

As projeções de população do IBGE para o ano de 2005 foram de 191.855 habitantes e para 2006 estimou-se em 200 mil habitantes o total do Município, sendo que na orla habita 25% desse total.

Durante o fechamento da tese foram divulgados os dados preliminares da última pesquisa do IBGE, de 31 de agosto de 2007, que foram oficializados em outubro de 2007, revelando que o Município de Camaçari possui 220.495 habitantes e o Estado da Bahia é o quarto mais populoso do país com 14.080.670 habitantes (CENSO, 2007, p. 13).

Projetou-se para a orla do Município de Camaçari, em 2007, 55.124 pessoas. Deve-se ressaltar que não são consideradas nessas estatísticas a população veranista e flutuante, que se distribuem pelos povoados, localidades e loteamentos existentes no litoral do Município, que adensam e sobrecarregam a infra-estrutura urbana existente.

A análise socioeconômica de Camaçari é caracterizada por um perfil urbano e jovem. A imigração continua sendo o mais relevante fator demográfico, com impacto na urbanização e densificação de seu território. Os dados revelam que 95% da população total do município é urbana, sendo que destes, 78% encontra-se em idade economicamente ativa, composta na sua maioria (44,5 %) de jovens até 25 anos (CAMAÇARI, 2005, p. 20).

O Município de Camaçari situa-se do ponto de vista industrial e no ranking dos municípios baianos com o maior PIB regional, com R\$ 12.231,64 milhões, a partir do ano de 2003, quando passou a ser o maior PIB municipal, ultrapassando a capital do Estado – Salvador, com PIB de R\$ 11.967,56 milhões. Os dados, em 2003, consideraram para o PIB Estadual R\$ 73.166,49 milhões e para a RMS R\$ 38.052,36 milhões. O município seria responsável por 30% do PIB do Estado e de 35% das exportações baianas, com volume de dois bilhões de dólares. A contribuição em ICMS para o estado da Bahia é de setecentos milhões de reais ao ano (MUNICÍPIOS, 2007, p. 07).

O perfil econômico do Município, modificado pelo setor industrial, o faz ocupar a 19ª posição no PIB Nacional e a 8ª colocação no PIB Industrial Nacional, em 2003 (CAMAÇARI, 2005, p. 58). Por sua vez, o Estado da Bahia ocupa a sexta posição no ranking nacional e a primeira do Nordeste Brasileiro, com um PIB beirando os cem bilhões de reais - aproximadamente 40 bilhões de euros (MUNICÍPIOS, 2007, p. 07).

Segundo dados oficiais do último censo oficial do IBGE, em 2000, o PIB per capita do Município se situava em R\$ 6.482,00³⁰, sendo maior comparativamente que o nacional (R\$ 4.958,85) e o estadual (R\$ 2.253,61). Entretanto, aproximadamente 1/3 da população ativa recebe até 02 salários-mínimos³¹ e somente 5,21 % tem rendimentos superiores a 05 salários-mínimos (MUNICÍPIOS, 2007, p. 07).

³⁰ Equivalente a aproximadamente E\$ 2.357 e US\$ 3.240 em maio de 2007.

³¹ 01 salário-mínimo brasileiro equivale a R\$ 380,00 em maio de 2007 e aproximadamente E\$ 150 e US\$ 200.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE – colocou o Município na 2ª posição no ranking estadual baiano, sobretudo em razão da sua atividade industrial. Entretanto, o Índice de Desenvolvimento Social – IDS - situa o Município no 10º lugar na classificação estadual, mas vale ressaltar que os setores de educação e saúde tem sido os principais responsáveis pela baixa classificação do Município (MUNICÍPIOS, 2007, p. 07).

Apresenta-se no Quadro 11 uma síntese das informações socioeconômicas do Município, e no Quadro 12 uma breve caracterização socioeconômica da região estudada, nos seus distintos âmbitos territoriais. Ressalta-se que os dados estão atualizados por estimativas de órgãos oficiais que utilizam metodologias distintas para o cálculo.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M –, classificado pelo PNUD, em 2000, foi calculado em 0,734, colocando-o entre as localidades de médio desenvolvimento humano, no 2.319º lugar entre os mais de cinco mil municípios brasileiros (IPEA, 2000) e na 6ª posição em relação ao Estado da Bahia, tendo contribuído para isso a longevidade, a educação e a renda.

A densidade demográfica de Camaçari é de 290,12 Hab/km² (IBGE/CENSO-2007) e a da orla é de 262,49 Hab/km², consideradas baixas se comparadas a média da RMS de 906,4 Hab/km², e de Salvador 3.616 Hab/ km², embora a da Bahia seja de 24,93 Hab/km².

A região chamada Litoral Norte do Estado da Bahia abrange uma superfície territorial de 142.000 Km² com 142 km de extensão de orla e largura média de 10 km, incluindo o litoral do Município de Camaçari.

São consideradas zonas urbanas a Sede e a Orla (ver Mapas 07 e 31) relacionando-as com os seus respectivos usos residenciais, industriais, comerciais, de serviços e institucionais. Além da sede, são consideradas urbanas, no Distrito de Abrantes: as localidades de Vila de Abrantes, Jauá, Areias, Interlagos e Arembepe, e no Distrito de Monte Gordo: as localidades de Monte Gordo, Guarajuba, Barra do Pojuca e Itacimirim (Mapa 19).

Quadro 11: Síntese dos dados socioeconômicos do Município de Camaçari.

Síntese dos dados socioeconômicos do Município de Camaçari	
Região Econômica	RMS
População Total 2000*	161727
População Total 2005**	191855
População Homens*	80962
População Mulheres*	80765
População Alfabetizada*	120411
Homens Alfabetizados*	59899
Mulheres Alfabetizadas*	60512
População não Alfabetizada*	23718
Homens não Alfabetizados*	12068
Mulheres não Alfabetizadas*	11650
Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE)***	5347,4
Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (IGDS)***	5250,56
Índice de Desenvolvimento Social (IDS)***	5155,48
Índice de Desenvolvimento Humano de 1991 (IDH)***	0,651
Índice de Desenvolvimento Humano de 2000 (IDH)***	0,734
Índice de Pobreza****	0,728
Índice de Juventude****	0,403
Índice de Alfabetização****	0,771
Índice de Escolaridade****	0,642
Índice de Emprego Formal****	0,458
Índice de Violência****	0,852
Índice de Desigualdade****	0,218
Índice de Exclusão Social****	0,551

Fonte: * Segundo Censo Demográfico IBGE, 2000. ** Segundo Estimativa Populacional IBGE, 2005. *** Índices da SEI. **** Índices de Ricardo Amorim. ***** Dados do TER.

Quadro 12: Caracterização socioeconômica da região estudada

INDICADORES	ÂMBITO TERRITORIAL			
	Bahia	RMS	Camaçari	Orla de Camaçari
População (Hab.)	14.076.212 (1)	3.677.060 (1)	220.495 (1)	55.124
Superfície territorial (Km²)	567.692,669	4.056,918	759, 802	210
PIB (em milhões)	96.609,04 (2)	46.246,84 (3)	10.340,45 (5)	-
PIB/ capta (R\$)	6.925,31 (2)	14.037,00 (6)	53.989,83 (5)	-
Densidade demográfica (Hab./Km²)	24,93	906,4	290,12	262,49
IDH	0,688(4)	0,794(4)	0,734 (4)	-

Fonte: (1) Pop. Estimada pelo IBGE/ CENSO/2007. (2) Pop. estimada pelo IBGE/CENSO/2006. (3) Pop. estimada pelo IBGE/CENSO/2005. (4) Dados medidos a cada dez anos, pelo PNUD/IBGE/CENSO /2000. (5) IBGE/CENSO/2005. (6) Pop. estimada pelo IBGE/CENSO/2004.

A orla do município está compreendida por dois Distritos, o de Abrantes e o de Monte Gordo, e as principais localidades e os núcleos urbanos estão distribuídos no Quadro 13, por intensidade da pobreza.

Quadro 13: Distribuição dos núcleos urbanos da orla de Camaçari por Distritos e a intensidade de pobreza urbana

Distritos / Localidades por distritos		Intensidade da pobreza urbana					
		elevadíssima	Muito elevada	elevada	média	baixa	muito baixa
Abrantes	Interlagos						X
	Arembepe					X	
	Areias			X			
	Pé de Areias			X			
	Gagirus		X				
	Jauá		X				
	Buris		X				
	Vila de Abrantes			X			
	Catu de Abrantes			X			
	Cordoaria				X		
Monte Gordo	Barra do Pojuca	X					
	Itacimirim				X		
	Vila de Monte Gordo	X					
	Guarajuba					X	
	Barra do Jacuipe		X				

Fonte: Elaboração própria com dados de BAHIA/SEI, 2005.

A partir do estudo realizado pela Secretaria de Combate a Pobreza e às Desigualdades Sociais do Estado da Bahia, em 2005, com dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE, foram estabelecidos alguns indicadores socioeconômicos, que definem a intensidade da pobreza nas maiores cidades do Estado da Bahia (BAHIA, 2005a). Destacam-se alguns deles para a reflexão acerca dos padrões de sustentabilidade urbana na análise do território pesquisado.

O estudo utiliza os setores censitários como unidade territorial de planejamento, e os dados são visualizados, através de mapeamento temático, que especificam os indicadores socioeconômicos, focando as condições sociais precárias da população residente no espaço geográfico considerado.

Mapa 19: Setores censitários e distribuição das localidades na orla de Camaçari.



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa direta. Camaçari, 2004/2007.

Esse trabalho buscou variáveis indicativas de privação social. As características levantadas dizem respeito às pessoas, às condições em que elas vivem nos seus domicílios, e a infraestrutura existente no local de moradia, ou seja, o padrão de qualidade de vida urbana dos habitantes do lugar. Os indicadores trabalhados são os seguintes:

Características dos domicílios:

- forma de abastecimento de água;
- canalização da água;
- existência de banheiro completo e/ ou sanitário dentro ou fora do domicílio;
- tipo de esgotamento sanitário;
- destino do lixo.

Características da pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes:

- anos de estudo;
- rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio;
- faixas salariais na vigência da pesquisa – julho de 2000 – 01 salário mínimo equivalente a R\$ 151,00;
- idade do responsável pelo domicílio;
- homens ou mulheres responsáveis pelo domicílio;
- população total residente por idade.

Com esses indicadores demográficos, de renda, de escolaridade e de acesso aos serviços sociais básicos, é possível constatar as condições de vulnerabilidade social que se encontra a população local, e o padrão de desigualdade social do espaço geográfico.

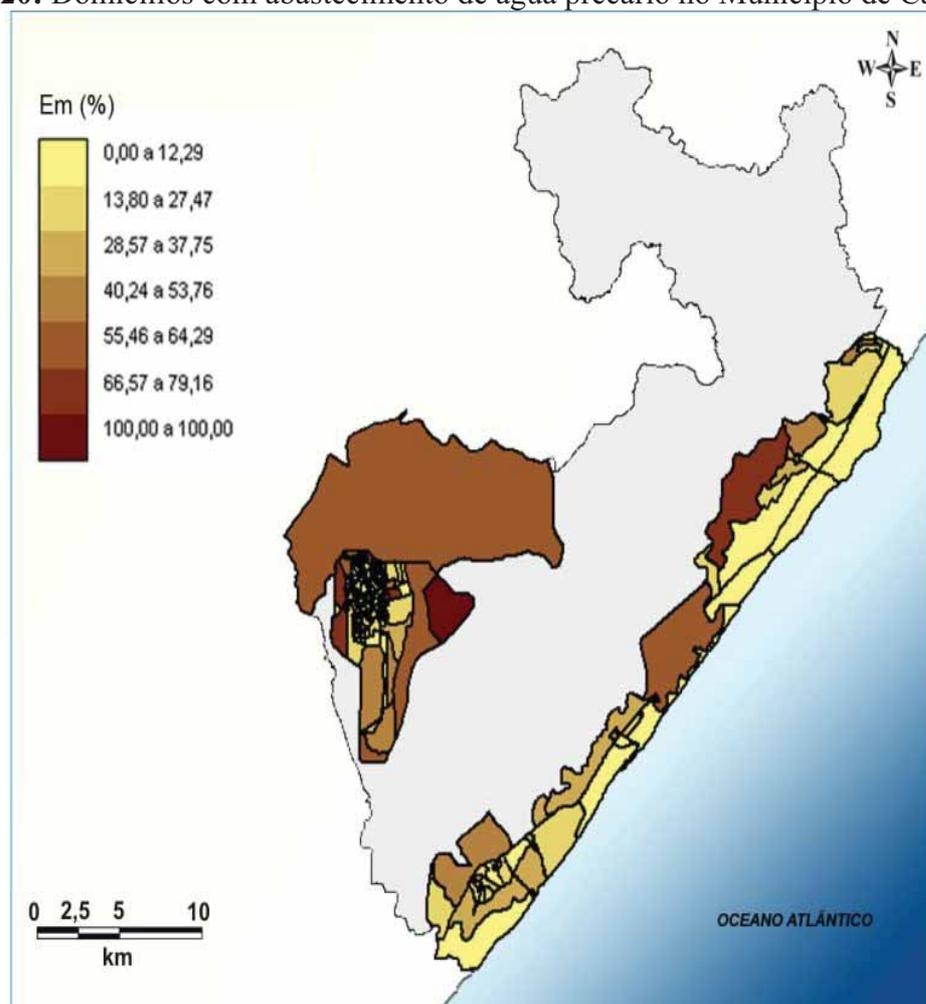
A forma de apresentação dos mapas mostra o resultado da classificação, em termos percentuais, e está associado a uma escala de cores, demonstrando o padrão de comportamento dos indicadores socioeconômicos. Quanto mais forte e intensa é a cor do setor censitário mais precária e carente é a situação que se encontra o lugar e mais intensa é a pobreza.

Para cada mapa temático elaborado foi encontrada uma correspondência de sete padrões de classificação, associada a tonalidade das cores e a sua graduação.

Os mapas apresentados a seguir indicam as condições que se encontra o Município de Camaçari. São estabelecidos os indicadores de abastecimento de água (Mapa 20), coleta de lixo (Mapa 21), esgotamento sanitário (Mapa 22), nível de renda do responsável pelo domicílio (Mapa 23), nível de instrução do responsável pelo domicílio (Mapa 24) e o mapa síntese (Mapa 25) – Mapa da Pobreza Urbana –, com a intensidade da pobreza urbana, mostrando o índice de exclusão social que se revela no território pesquisado.

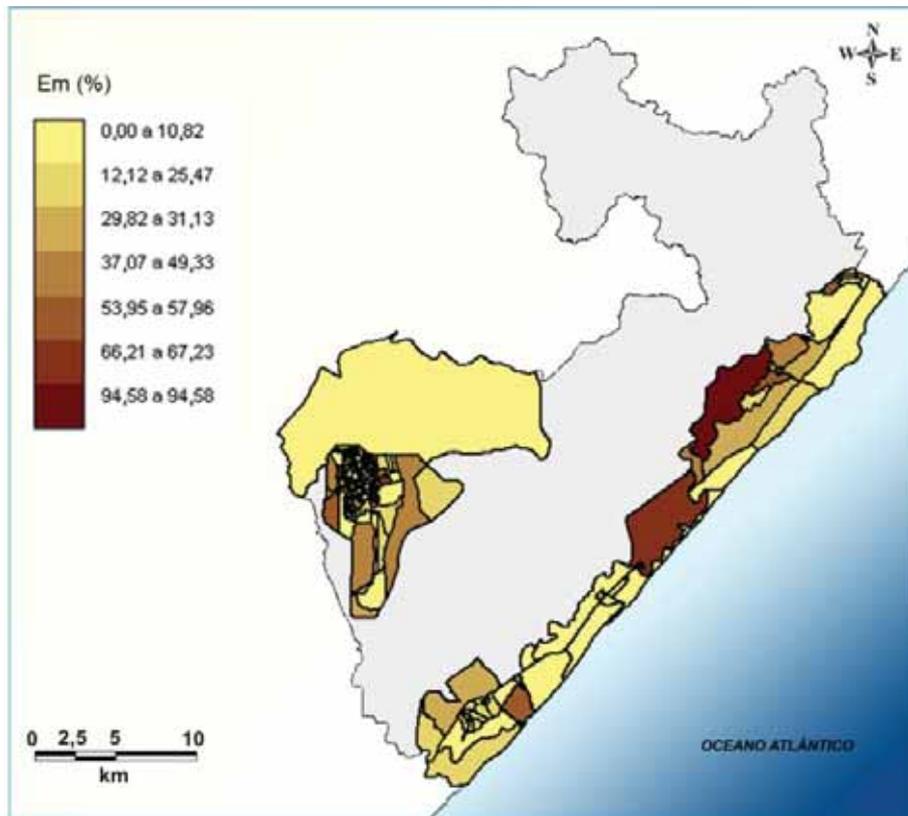
Os instrumentos de avaliação utilizados demonstram que a orla de Camaçari possui problemas de oferta de infra-estrutura básica, com abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário precários. Dentre eles, os serviços de coleta de lixo têm um alcance maior e melhor padrão de distribuição, já o esgotamento sanitário é o mais precário.

Mapa 20: Domicílios com abastecimento de água precário no Município de Camaçari.



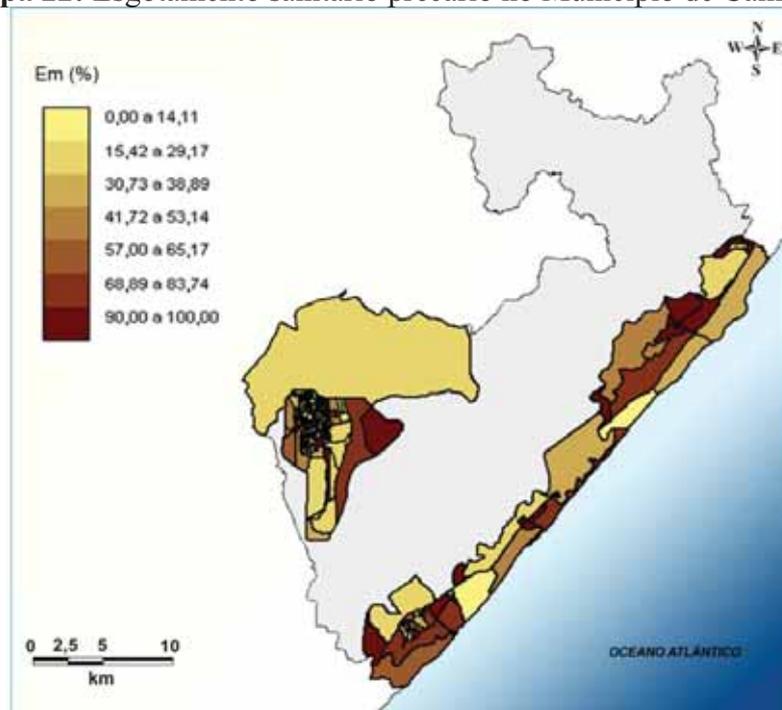
Fonte: BAHIA, 2005a.

Mapa 21: Domicílios sem coleta de lixo no Município de Camaçari.



Fonte: BAHIA, 2005.

Mapa 22: Esgotamento sanitário precário no Município de Camaçari.



Fonte: BAHIA, 2005a.

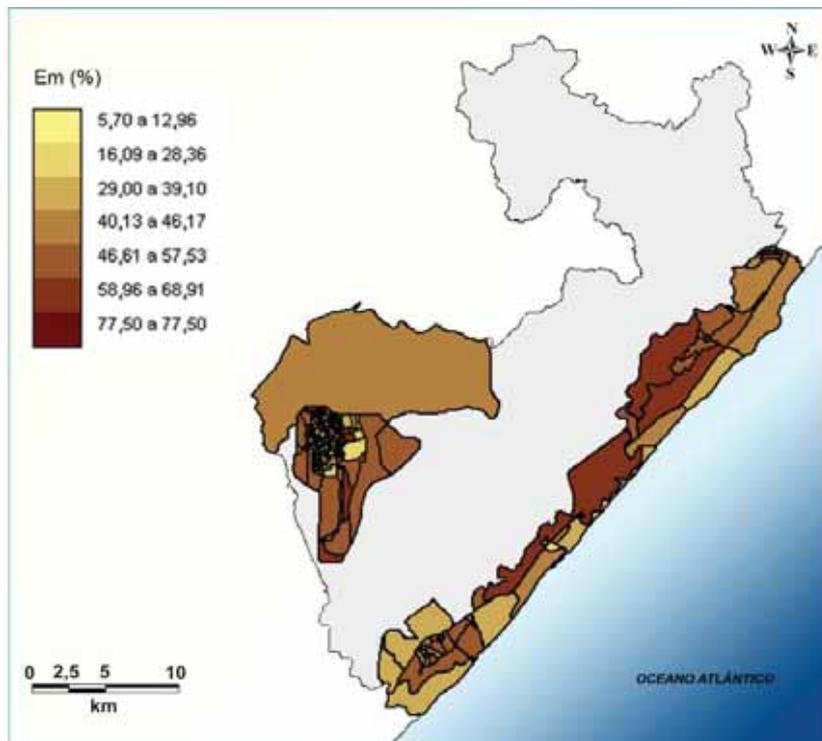
Quanto ao perfil dos moradores e às características dos responsáveis pelos domicílios, o estudo comunica que a situação de renda, ou seja de falta de renda, é muito alta na maioria das localidades, aparecendo nos patamares elevadíssimo, muito elevado e elevado, significando níveis de renda baixíssimos dos segmentos sociais residentes na região. Esse rendimento recebido pela maioria da população considerada é de até 01 SM, ou mesmo, nenhum rendimento por responsável pelo domicílio (Mapa 23).

O indicador de instrução demonstra que a situação é alarmante, haja vista, a classificação apresentada no Mapa 24, com patamares elevadíssimos de falta de escolaridade dos habitantes de toda a orla de Camaçari. A pesquisa considerou também como indicador as pessoas residentes com idade de 10 anos e mais, além das pessoas não alfabetizadas, atingindo patamares de 37%, principalmente, nas localidades tradicionais da orla, como Catu de Abrantes e Monte Gordo. Esses índices – de analfabetismo e de pouca escolaridade – são responsáveis também pelo baixo desempenho na classificação do IDH e IDS, dentre os municípios baianos, conforme anteriormente descrito.

O Mapeamento da Pobreza Urbana no Município de Camaçari, que está sintetizado no Mapa 25, levou em consideração vários indicadores socioeconômicos associados e inter-relacionados, que caracterizam o processo de distribuição territorial da pobreza. A visualização do Mapa 25 – Intensidade da Pobreza – permite analisar a distribuição espacial dos indicadores socioeconômicos que convergem para configurar a sustentabilidade urbana da orla de Camaçari.

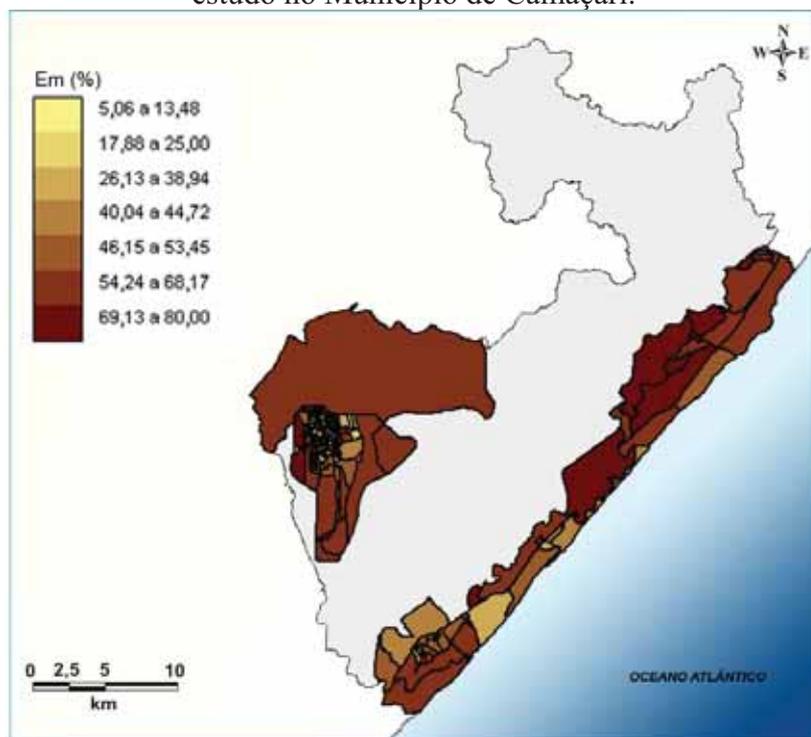
A intensidade da pobreza na orla de Camaçari, pelo demonstrado no mapa temático abaixo, confirma a segregação existente entre as comunidades tradicionais, núcleos urbanos e os loteamentos de renda alta.

Mapa 23: Responsáveis por domicílios sem rendimento ou com renda de até 01 SM no Município de Camaçari.



Fonte: BAHIA, 2005a

Mapa 24: Nível de instrução – responsável por domicílio sem instrução ou com até 4 anos de estudo no Município de Camaçari.



Fonte: BAHIA, 2005a.

Os setores censitários, com elevadíssima intensidade de pobreza, estão em Monte Gordo e Barra do Pojuca, contíguos à zona rural. Há uma intensidade muito elevada em Barra do Jacuípe e no entorno de Jauá – com os núcleos urbanos de Buris de Abrantes e Gagirus. Semelhante situação existe em Catu de Abrantes, Vila de Abrantes, Areias e Pé de Areias. Itacimirim, Barra do Pojuca e Barra do Jacuípe nas suas porções litorâneas possuem média intensidade de pobreza, explicados pelo motivo de neles estarem inseridos loteamentos de renda alta e média. A classificação de baixa intensidade encontra-se em Guarajuba e Arembepe, sendo muito baixa em Interlagos, onde estão localizados os loteamentos de renda alta. Não existe nenhum setor com baixíssima intensidade de pobreza.

Os dados demonstram a carência de tudo para estas famílias que vivem em condições de vulnerabilidade social. A identificação desses indicadores, e suas relações no processo de desenvolvimento da região e na qualidade de vida urbana expressam a fragilidade das populações residentes, no que concerne ao acesso a bens de cidadania. O espaço geográfico é desigual, ou seja, nos condomínios e loteamentos de renda alta e média, a qualidade de vida urbana é elevada e não existem as carências sociais básicas (Fig. 21).

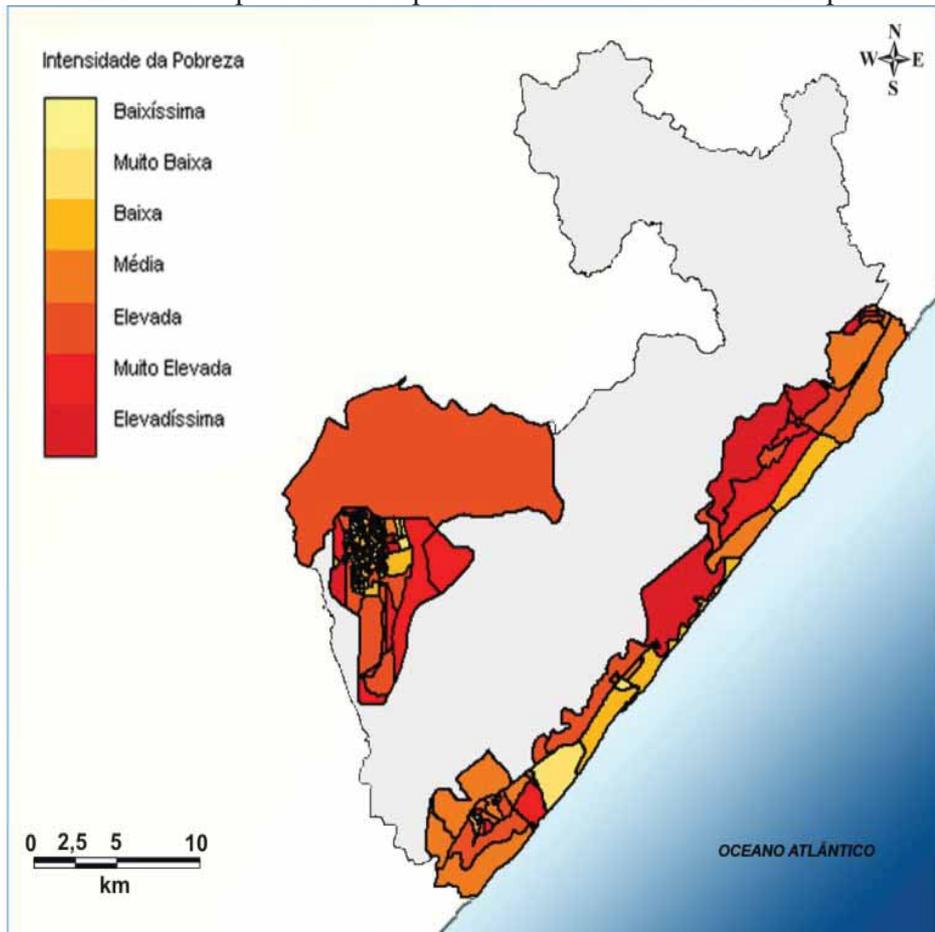
Para LUZON (2001, p.167) a erradicação da pobreza não é consequência, mas condição de desenvolvimento e como:

Pobreza é sentir fome, carecer de moradia, estar doente e não poder ir ao médico, não poder ir a escola, não saber falar corretamente, não ter emprego, ter medo do futuro, viver só o dia, adoecer por não beber água potável, carecer de poder, carecer de representação, carecer de liberdade (BANCO MUNDIAL APUD LUZON, 2001, p. 172).

Configura-se para a orla do Município de Camaçari, então, um *Cenário de desigualdade e injustiça social com acentuação da exclusão territorial pela pobreza urbana*.

O Mapa 25 mostra a intensidade da pobreza urbana, quantifica e rebate espacialmente a vulnerabilidade que se encontra a população residente. Essa percepção da distribuição espacial da pobreza urbana é instrumento de análise importante, para o entendimento da complexidade territorial e da caracterização do problema socioeconômico. Desse modo, deve-se levar em conta todas as variáveis explicitadas, anteriormente, ao traçar as estratégias para atingir o desenvolvimento sustentável do território estudado.

Mapa 25: Intensidade da pobreza – Mapa de exclusão social no Município de Camaçari.



Fonte: BAHIA, 2005a

Figura 21: Carência de bens de cidadania.



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, Camaçari, 2007.

3.4.5 Compartimentação ambiental da Orla de Camaçari

O PDDU/2000 apresentou através da Consultora Caires de Brito, em 2001, uma divisão territorial para a Orla de Camaçari, a partir da análise dos seus componentes ambientais presentes e da sua relação com o vetor de crescimento urbano associado à BA-099 – Estrada do Coco. O plano individualizou três compartimentos com características específicas e definiu riscos e conflitos ambientais diferenciados. Essa divisão do território está de acordo com o limite das APAs (Mapa 26).

Compartimento I: Barra do Rio Joanes até Interlagos;

O Compartimento I – Barra do rio Joanes até o Condomínio Interlagos – representa uma área onde a BA-099 distancia-se em média 03 Km da praia, em função das dificuldades morfológicas decorrentes da presença de um extenso campo de dunas localizado na região de Vila de Abrantes, cuja dinâmica urbana é essencialmente controlada pela maior proximidade da cidade de Salvador e da própria sede municipal de Camaçari, que se liga diretamente a esta área pela Estrada Abrantes / Camaçari.

Neste compartimento, são intensas as pressões urbanas sobre os ambientes de dunas, com elevado índice de parcelamento, produzindo uma expressiva descaracterização da paisagem, remoção da cobertura vegetal e impermeabilização dos solos, influenciando no equilíbrio hidrológico e gerando, com isso, os impactos ambientais negativos mostrados no Quadro 14.

Quadro 14: Impactos ambientais negativos Compartimento I da orla marítima de Camaçari.

a) desequilíbrio nas condições de salinidade dos estuários;
b) rebaixamento no nível freático, influenciando na vazão dos poços tubulares;
c) rebaixamento do lençol freático, afetando tipologias vegetais cujas raízes utilizam águas destes aquíferos, por fluxo capilar ascendente;
d) avanço da cunha salina sobre o continente, alterando a qualidade das águas nas áreas atingidas por este avanço;
e) alterações nos cursos d'água, em decorrência do excedente hídrico de águas escoadas superficialmente;
f) contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos por esgotos domésticos;
g) remobilização das areias soltas pelo vento;
h) migração de dunas sobre rios, alterando os seus cursos;
i) aumento da carga de sedimentos transportados pelos cursos d'água atingidos pelo movimento das dunas, com reflexos ambientais sobre as unidades aquáticas associadas;
j) soterramento de terras úmidas; alterações nos ecossistemas naturais, presentes na unidade.

Fonte: CAMAÇARI, 2001b.

Mapa 26: Compartimentação da orla de Camaçari.



Fonte: CAMAÇARI, 2001b.

Mantidas as atuais dinâmicas urbanas e pressões sobre os sistemas de dunas, corre-se o risco de, em médio prazo, apesar de ser um compartimento com elevado potencial paisagístico e ecológico, ocupado por usos em desacordo com a legislação ambiental Federal e Estadual pertinentes, repetir os processos de favelização, semelhantes aos já verificados em outros sistemas de dunas, como ocorreu no entorno da Lagoa do Abaeté – Bairro de Nova Brasília, em Salvador/ Bahia.

Compartimento II: Interlagos até a margem direita do rio Jacuípe;

O Compartimento II – Condomínio Interlagos até a margem direita do Rio Jacuípe – está localizado na porção central da orla de Camaçari, tendo como elemento natural condicionante a planície de inundação do rio Capivara Grande. Nesta área, a BA-099 distancia-se em média 1,5 Km da praia e tem seu leito sobre terraços marinhos altos, bordejando terras úmidas associadas à planície de inundação do referido rio. Apesar da grande quantidade de áreas parceladas, as mais densamente ocupadas estão sobre os terraços marinhos, mantendo-se as áreas úmidas em melhor estado de conservação que as do Compartimento I. Existe uma forte tendência de ocupação das áreas úmidas, através da implantação de loteamentos. As áreas mais densas localizam-se no entorno de Arembepe.

Os problemas ambientais identificados para este compartimento, associados à presença de indústrias, tais como a de processamento do dióxido de titânio e do processo de parcelamento do solo, em discordância com os critérios de conservação ambiental, exigidos por projetos turísticos de padrão mais elevado, interferem diretamente sobre a qualidade ambiental do Compartimento II.

Destaca-se o problema ambiental referente às lagoas, as quais tiveram a dinâmica de circulação das suas águas perturbada durante o processo de ocupação da orla de Camaçari. Com a implantação dos acessos aos vilarejos da orla, não houve uma preocupação maior em se construir um sistema de drenagem que possibilitasse a comunicação livre desses corpos d'água. As vias de acesso literalmente bloquearam diversos trechos das lagoas, criando compartimentos quase estanques, apenas comunicáveis por meio de um sistema de manilhas de dimensões insuficientes. Isto provocou a redução dos fluxos naturais de água, potencializando a proliferação da vegetação hidrófila e possibilitando que outras espécies também fossem se propagando em um ambiente agora assoreado pela própria vegetação original.

A atual forma de ocupação dos terraços marinhos contíguos às terras úmidas, sem condições adequadas de saneamento, tem gerado os impactos ambientais negativos expressos no Quadro 15 abaixo.

Quadro 15: Impactos ambientais negativos Compartimento II da orla marítima de Camaçari.

a) excessiva pressão sobre as terras úmidas, produzida pelos efeitos das ocupações humanas;
b) risco de contaminação dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos;
c) alterações nos elos dos ecossistemas costeiros, pela expulsão de espécies que integram as cadeias alimentares destes ecossistemas;
d) alterações nos fluxos de água superficiais e subterrâneos.

Fonte: CAMAÇARI, 2001b.

Compartimento III: Margem esquerda do Rio Jacuípe até a margem direita do Rio Pojuca.

O Compartimento III – Margem esquerda do Rio Jacuípe até margem direita do Rio Pojuca – está distribuído na porção norte da orla. O compartimento faz fronteira com o município de Mata de São João, ligando-se diretamente através da BA-099 – Linha Verde – às áreas projetadas pelo PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado –, para grandes complexos hoteleiros.

Neste compartimento, a BA-099 está implantada sobre terraços marinhos altos, em média a 1,5 Km da praia, estando separada dela por terras úmidas associadas às lagoas de Guarajuba. As condições ambientais são similares às verificadas no Compartimento II, diferindo dele em função de os terraços marinhos baixos serem significativamente mais largos. Neste território, os terraços chegam a medir 500 metros de largura, facilitando a implantação de loteamentos com densidades mais altas.

As ocupações, nestas áreas, se dão com mais intensidade sobre os terraços marinhos baixos, verificando-se os mesmos impactos dos usos associados ao Compartimento II, sendo distinto dele por apresentar uma maior intensidade. Neste compartimento, a maior parte das áreas já foi parcelada.

Segundo os estudos complementares, produzido pela empresa Caíres de Brito, para a orla marítima do Município, e os relatórios produzidos para o PDDU /2000 (CAMAÇARI, 2001b, p. 138), existem fatores de risco a considerar para a análise ambiental, conforme o Quadro 16.

No Compartimento Interno do Município estão presentes as principais nascentes dos rios pertencentes à sub-bacia hidrográfica do Rio Capivara Grande, que deságuam nas terras

úmidas nas proximidades do povoado de Arembepe, e, posteriormente, no estuário do Rio Jacuípe.

Ressalta-se, portanto, a interação destas áreas com as áreas litorâneas, com destaque para a intensa alteração da cobertura vegetal, especialmente, na região próxima à sede municipal, posto que neste setor estejam implantadas atividades agrícolas – porção norte –, o Complexo Industrial e a sede municipal de Camaçari – porção central-sul –, inclusas nos limites da área industrial do COPEC (CAMAÇARI, 2001b, p. 102).

Quadro 16: Principais fatores de riscos ambientais para os compartimentos da orla de Camaçari.

Fator de risco ambiental	Descrição
Contaminação da água	A expansão urbana e a ausência de tratamento de esgotos podem causar a contaminação do lençol freático e das áreas úmidas, gerando processos de eutrofização. Antigas descargas industriais, especialmente no rio Capivara Pequeno podem ter causado contaminação de água, sedimento e fauna. O passivo ambiental da Lyondell, citado em estudos e reportagens, causou contaminação de lagoas do seu entorno.
Contaminação do solo e ar	As emissões gasosas produzidas pelas atividades industriais podem comprometer o solo, contaminando-o, podendo gerar reflexos na qualidade da água (subterrânea e superficial), fauna e flora. O passivo ambiental da Lyondell contaminou o solo da região do entorno.
Barramento e assoreamento dos corpos d'água	A construção de estradas de acesso às localidades vem causando barramento de corpos hídricos, alterando a qualidade das águas superficiais. Obras, como a duplicação da Linha Verde causam assoreamento dos rios e lagoas, alterando a dinâmica da água e o equilíbrio ecológico.
Perda de habitats	O processo de ocupação territorial pelo setor imobiliário vem destruindo extensas áreas de dunas, restingas e lagoas, ocupando fundos de manguezais, causando perda de habitats e extinção local de espécies. As áreas úmidas são particularmente afetadas em decorrência da impermeabilização de suas áreas de recargas.

Fonte: CAMAÇARI, 2001b.

Ainda, segundo os estudos do PDDU/2000, podem ser citadas como setores importantes para a análise dos fatores de riscos ambientais, as seguintes atividades:

- as atividades agrícolas as quais podem causar a contaminação do solo e das águas por meio do uso de pesticidas e fertilizantes;
- a implantação de loteamentos, fruto da expansão do setor da orla, compartimentando ecossistemas;

- e, atividades extrativistas de madeira, caça e pesca predatórias, causando alterações no equilíbrio ecológico das matas remanescentes e suas comunidades florísticas e faunísticas.

Os principais fatores de riscos ambientais para o Compartimento Interno são apresentados no Quadro 17.

Quadro 17: Principais fatores de risco ambientais para o Compartimento Interno do Município de Camaçari.

Fator de risco ambiental	Descrição
Contaminação de mananciais hídricos subterrâneos	A presença do Complexo Petroquímico e outras indústrias sobre mananciais hídricos subterrâneos vulneráveis a cargas contaminantes põe em risco um recurso natural estratégico para o abastecimento hídrico do Município.
Contaminação de mananciais hídricos superficiais	O lançamento de esgotos domésticos, especialmente no rio Camaçari, que atravessa a sede do Município, antes de alcançar o rio Joanes, compromete de várias formas a qualidade ambiental da região, gerando odores, impacto visual e forte impacto na fauna e flora aquática local. O lançamento de efluentes industriais, intensamente praticado antes da construção do emissário submarino na CETREL, comprometeu, e ainda compromete, conforme estudos de monitoramento, a qualidade do Rio Capivara Pequeno.
Contaminação do solo	Os lançamentos líquidos, sólidos e especialmente, as emissões gasosas produzidos pelas atividades industriais podem comprometer o solo, contaminando-o, podendo gerar reflexos na qualidade da água (subterrânea e superficial), na agricultura e na fauna.
Contaminação do ar	Além de problemas de saúde pública, a contaminação do ar pode provocar contaminação do solo e recursos hídricos. Conforme Tavares (1997 apud CAMAÇARI, 2006b), o deslocamento das correntes de ar transportam poluentes gerados pelo Pólo Petroquímico de Camaçari, em especial hidrocarbonetos e compostos organoclorados, para a Baía de Todos os Santos.
Processos de erosão	A intensa movimentação de terras para implantação de plantas industriais muito além do que efetivamente se implantou, produziu focos de erosão sobre terrenos extremamente vulneráveis.
Assoreamento dos cursos d'água	O processo de erosão vem causando assoreamento de cursos d'água do compartimento, alterando os fluxos hídricos superficiais e provocando inundações e comprometimento da qualidade dos recursos hídricos em função do aumento de turbidez. O processo pode causar reflexos no Compartimento Externo - Orla.
Perda de habitats	O processo de ocupação deste setor não levou em conta a conservação de remanescentes, causando perda de habitats e extinção local de espécies vegetais e faunísticas. A contaminação dos corpos d'água compromete a vida aquática.

Fonte: CAMAÇARI, 2001b, p. 102.

3.4.6 Áreas de proteção ambiental inseridas no litoral de Camaçari

A Área de Proteção Ambiental – APA – é em geral uma área extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos e culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica,

disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC - art. 15 da Lei Federal No. 9.985 de 18 jul. de 2000).

As Unidades de Conservação institucionalizadas contidas no município de Camaçari estão listadas no Quadro 18.

Quadro 18: Unidades de Conservação no Município de Camaçari

Nº	Nome	Área (ha)	Instrumento Jurídico
1	APA do Rio Joanes-Ipitanga	64.463	Decreto Estadual nº. 7.596, 05/jun/99 Res. CEPRAM No 2.974, 24/05/2002
2	APA Rio Capivara	1.800	Decreto Estadual nº. 2.219/1993
3	APA Lagoas de Guarajuba	230	Resolução CEPRAM nº. 387/1991
4	APA da Plataforma Continental do Litoral Norte	362.266	Decreto Estadual nº. 8.553/2003
5	Cinturão Verde de Proteção do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC	2.707	Decreto Estadual nº. 22.146/1970
6	Parque Municipal das Dunas de Abrantes	700	Decreto Municipal no. 1.168/1977
7	Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros / Litoral Norte da Bahia	30.000	Protocolo de Intenções

Fonte: elaboração própria.

As APAs são geridas pela SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado –, pela Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação – SFC– e seu órgão gestor, a Diretoria de unidades de Conservação – DUC. Elas possuem conselhos gestores atuantes com membros titulares e suplentes³².

A APA do Rio Joanes-Ipitanga foi criada pelo Decreto nº 7.596/99 do Governo do Estado da Bahia, abrangendo parte dos Municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D’Ávila, e englobando uma área de aproximadamente 64.463ha, com o objetivo principal de preservar os mananciais Joanes I, Joanes II, Ipitanga I, II e III, e o Estuário do Rio Joanes. O seu Diagnóstico Ambiental foi elaborado em 2001. O Zoneamento Ecológico Econômico (Mapa 04) foi aprovado pela Resolução 2.974/02 e pelo CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental.

A APA Rio Capivara foi criada pelo Decreto Estadual nº. 2.219/03, a partir da constatação das características naturais do Rio Capivara, constituindo-se em área de importante potencial

³² No capítulo 4 aborda-se a gestão social do ambiente e aprofunda-se a questão da formação dos conselhos gestores das APAs.

turístico e de lazer. Ao mesmo tempo, no entanto, essa área torna-se digna de preocupação em função do intenso processo de descaracterização e degradação a que vem sendo exposta em decorrência das ações antrópicas desordenadas e irregulares.

A APA está totalmente localizada no município de Camaçari e possui área de 1.800ha, seu Zoneamento Ecológico Econômico (Mapa 04) foi aprovado pela Resolução CEPRAM n°. 2.872/01, com o objetivo de garantir a conservação das áreas úmidas, associadas à planície do Rio Capivara Grande, dunas, remanescentes de restinga arbórea e manguezal, assegurando o desenvolvimento sustentável do turismo na região.

A APA Lagoas de Guarajuba também está inteiramente inserida no município de Camaçari e possui uma área de 230 ha. A razão da criação desta APA foi fundamentada na proteção dos recursos naturais associados à importância dos substratos naturais, vales panorâmicos e a adequada compatibilização dos recursos ambientais com os aspectos sociais, econômicos, culturais, educativo e recreativo (Mapa 04).

A Resolução de criação da APA considerou como proposta de Zoneamento da APA a criação de quatro zonas distintas do ponto de vista geológico, ecológico, paisagístico, social, econômico, cultural e sanitário-ambiental.

ZONA A: compreende a porção de terreno que tem como limite a noroeste a BA-009, Estrada do Coco, e como limite sudeste a margem da Lagoa de Guarajuba-Velado, excluída desta a faixa de proteção de 30 (trinta) metros em volta da lagoa.

ZONA B: que engloba a Lagoa de Guarajuba-Velado e as Ilhas Arenosas que ocorrem no seu interior, apresentando vegetação nativa de porte arbóreo e a faixa de proteção de 30 (trinta) metros nas margens da lagoa.

ZONA C: inclui a área situada entre a margem sudeste da Lagoa de Guarajuba-Velado e a Praia, excluindo desta a faixa de 30 (trinta) metros de proteção da lagoa e a faixa de preservação de 60 (sessenta) metros na zona de praia, a partir da preamar máxima.

ZONA D: compreende a área da praia e a plataforma continental interna, incluindo nesta os recifes de coral.

A mesma Resolução preconiza que as zonas B e D constituem-se em áreas de conservação, não podendo haver nestas nenhuma ocupação, devendo seu uso ser limitado às atividades de caráter cultural e recreativo, a serem definidas posteriormente. O Zoneamento da APA foge aos padrões dos zoneamentos atualmente aplicados e foi definido como Parâmetros Urbanísticos – Ambientais e Paisagísticos – pela Resolução CEPRAM n.º. 388/91.

A APA da Plataforma Continental do Litoral Norte foi criada pelo Decreto Estadual n.º. 8.553/03. Localizada na porção norte do Litoral Baiano, a APA Plataforma Continental estende-se desde o Farol de Itapoã até a divisa com o Estado de Sergipe as margens do Rio Real, totalizando uma área de aproximadamente 362.266 ha.

O Litoral Norte do Estado da Bahia é utilizado como sítio de desova e criação de larvas de peixes em todas as épocas do ano, com maior densidade de ovos no período chuvoso e maior densidade de larvas no período seco (ver Mapa 05).

A região marinha do Litoral Norte é ainda freqüentada pelas Baleias Jubarte, nos meses de inverno e primavera, para fins de reprodução e criação de filhotes. Os principais avistamentos de baleias ocorrem na região da plataforma continental externa e talude. Esta região destaca-se também por configurar-se como local de desova de quatro espécies de tartarugas marinhas. Os principais objetivos de sua criação foram:

- I – proteger as águas salobras e salinas;
- II – disciplinar a utilização das águas e seus recursos;
- III – combater a pesca predatória pelo incentivo ao uso de técnicas adequadas à atividade pesqueira;
- IV – proteger a biodiversidade marinha;
- V – promover o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis ao limite aceitável de câmbio do ecossistema;
- VI – buscar uma melhoria constante da qualidade de vida das comunidades que utilizam a área.

O Programa Corredor Ecológico Norte da Bahia, criado em 2004, está conceituado como um mecanismo sustentável de gestão participativa integrador de fragmentos de floresta tropical e outros ecossistemas em equilíbrio com os recursos hídricos, a fauna e as atividades humanas.

O Instituto do Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros – INCECC – propõe-se recuperar e preservar um corredor ecológico com mais de 60 km de extensão e de 30 mil há de área (ver Mapa 16).

Este programa foi concebido para um contexto bioregional³³ como um plano estratégico comum e integrador de cunho sócio-ambiental. A iniciativa tem como pressuposto parcerias entre os setores público, privado e sociedade civil, envolve remanescentes de florestas nativas da Mata Atlântica³⁴ –, bioma brasileiro considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal (art. 225) – pertencentes às instituições parceiras inicialmente participantes do Programa (Quadro 19).

Quadro 19: Parceiros do Programa Corredor Ecológico Norte da Bahia.

Parceiros do Programa	Atividades	Área (ha)	Características e Ações
COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari	Gestor do Anel Florestal do Pólo Industrial de Camaçari - COPEC	6.000	Implementação de um cinturão verde de proteção em torno do Complexo Industrial de Camaçari
CETREL - Empresa de Proteção Ambiental	Gestora que cuida do tratamento de efluentes oriundos do Pólo Petroquímico de Camaçari	700	Monitoramento e auto-recuperação ambiental com recomposição de matas e criação de animais em cativeiro.
Bahia Pulp	Empresa agroflorestal de produtos não madeireiros em reservas legais e áreas de preservação permanente da Mata Atlântica	13.885	Utiliza sistemas agroflorestais nas matas nativas da floresta tropical harmonizados com APPs e RPPNs
Fundação Garcia D'Ávila	Proprietária das Reservas florestais da Sapiranga e Camurujipe	1.776,82	Projetos educacionais, culturais, ambientais, ecoturísticos direcionados ao desenvolvimento sustentável da região
INDES – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte	OSCIP que realiza experimento florestal piloto no Parque Sauipe	90	Plantio de mudas e espécies vegetais arbóreas e frutíferas para a recuperação da Mata Atlântica
Millennium Chemicals - Lyondell	Indústria de dióxido de titânio que opera postos de captação hídrica para atender a sua demanda industrial	500	Recuperação de áreas degradadas e recomposição da mata ciliar, mantém a Fazenda Machadinho
Fundação Banco do Brasil / Previ/ Sauipe SA	Fundação que investe em projetos e cooperativas formada por moradores locais dos povoados do Litoral Norte	-	Opera usina de adubo orgânico e cadeias produtivas de produtos regionais – palmáceas, frutas, etc.

Fonte: Elaboração própria com dados do BAHIA, 2005b, p.10.

A questão do recorte espacial e as diversas unidades territoriais de planejamento existentes no território estudado, onde os segmentos público, privado e social interagem, nem sempre articulados e integrados, formam vários sistemas de planejamento e gestão do território,

³³ Bioregional, conceituado como um espaço geográfico que contem um único ou diversos ecossistemas, é caracterizado pela sua paisagem, vegetação, cultura e historia, tal como identificados pela própria comunidade, governos e pesquisadores locais (BAHIA, 2005b, p. 07).

³⁴ A Mata Atlântica dominava a maior parte do território litorâneo brasileiro, devastada ao longo dos séculos, conta hoje, com apenas, 7% da sua exuberância original.

muitas vezes, desconectados entre si. Não obstante, o propósito é o mesmo – preservação da biodiversidade dos ecossistemas frágeis e o desenvolvimento sustentável da região.

Dessa forma configura-se um *cenário real de multiplicidade de unidades de planejamento territorial e diversidade de agentes interagindo de forma desarticulada e não integrada entre si*.

Destarte, essa dificuldade de articulação entre os diversos setores atuantes no território pesquisado, explicitado pela lógica de apropriação do espaço, é percebida algumas iniciativas governamentais e em parcerias com os segmentos privados e sociais a busca da melhoria do padrão de sustentabilidade urbana ambiental da região.

3.5 SÍNTESE DO CENÁRIO REAL E A COMPLEXIDADE TERRITORIAL DA ORLA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI

O resultado das pesquisas do capítulo 3 – cenário real –, que tratou de contextualizar a questão da urbanização contemporânea, no território litorâneo do Município de Camaçari, demonstrou que a sustentabilidade dos lugares e a qualidade de vida dos habitantes estão comprometidas, quando o conflito de interesses e a ocupação do território se dão por objetivos diversos.

A complexidade territorial é mostrada através da construção complexa do cenário real, configurado nas suas dimensões de sustentabilidade:

Ambiental – ecológica;

Social – cultural e histórica;

Econômica – industrial, imobiliária e turística;

Política – institucional;

Territorial – estética, ética, funcional e tecnológica.

Tal complexidade é evidenciada em suas lógicas específicas rebatidas no espaço litorâneo do Município de Camaçari. Os diagramas (Fig. 22 e 23) representam as dimensões da sustentabilidade da complexidade urbana estudada.

Figura 22: Diagrama das dimensões de sustentabilidade

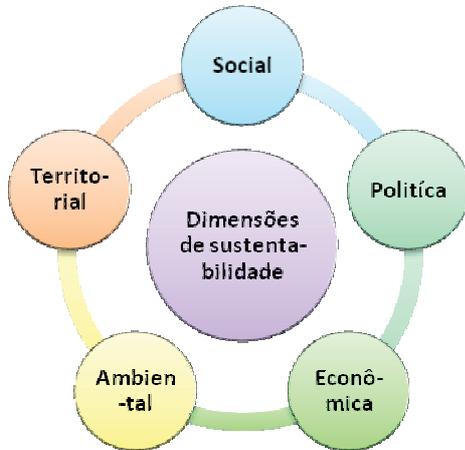
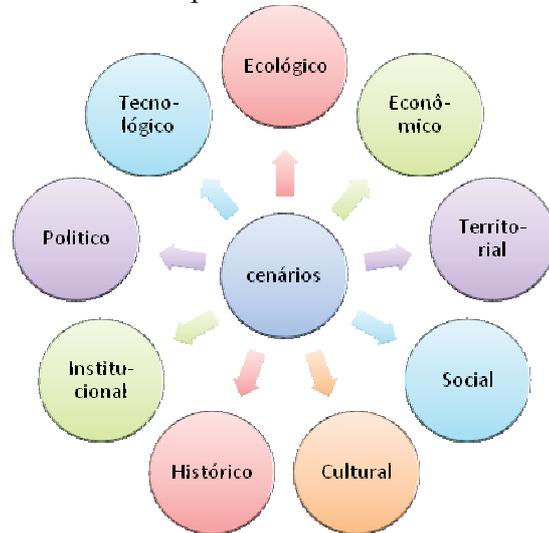


Figura 23: Diagrama da construção complexa de cenários



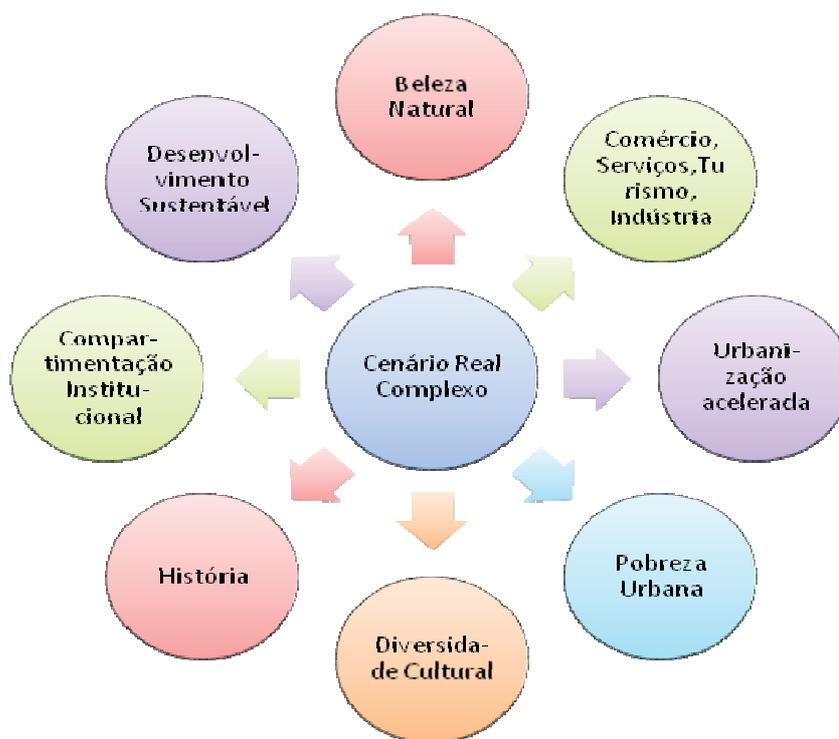
Fonte: Elaboração própria.

A lógica refletida pelos agentes econômicos – industriais, imobiliários, e turístico –, na maioria dos casos, apenas visam o lucro na ocupação da terra. A lógica predominante nas comunidades de baixo poder aquisitivo é a conquista de sua moradia e de seu sustento, por isso, exploram os recursos naturais com atividades extrativistas e primárias, para sua sustentabilidade econômica. Essas lógicas são contraditórias e divergentes, no entanto, ambas são degradadoras do ambiente.

A ocupação territorial avança, inexoravelmente, sobre os frágeis ecossistemas costeiros, aumentando a densidade habitacional, os desmatamentos e destruição das matas ciliares. Além disso, a ausência de saneamento básico nas franjas das metrópoles alastra-se, e, por consequência, intensifica-se a pobreza urbana, bem como o despejo de dejetos nos rios e o uso irresponsável dos recursos hídricos comprometendo a sobrevivência de grandes mananciais da região. Diante desse quadro de ocupação urbana insustentável, configura-se, inquestionavelmente, o *cenário de degradação urbano ambiental da orla do Município de Camaçari*.

A complexidade territorial configurada no cenário real para a orla de Camaçari, apresentada nesse capítulo, encontra-se representada sinteticamente no diagrama da Figura 24.

Figura 24: Diagrama do cenário real complexo da orla de Camaçari



Fonte: Elaboração própria.

O contexto da pesquisa mostrou a convivência simultânea de cenários insustentáveis e sustentáveis configurados pelo território pesquisado (Quadro 19). Destacam-se alguns cenários insustentáveis relacionados à lógica da urbanização contemporânea – uso e ocupação do solo, pobreza urbana, planejamento e gestão do ambiente. Entretanto, e de forma alentadora para o desenvolvimento regional, a maioria dos cenários sustentáveis valoriza a rica diversidade cultural e ambiental ainda existente no litoral desse lugar que é local e global.

Como produto importante da pesquisa obteve-se os *indicadores de sustentabilidade urbana*, que mostram a vulnerabilidade social e a segregação espacial encontrada na região. Trabalhou-se com as tipologias habitacionais, como categoria de análise predominante, e o resultado obtido são apresentados com os indicadores do padrão de habitabilidade encontrado no Quadro 21.

Quadro 20: Matriz de identificação do cenário real complexo da orla marítima do Município de Camaçari

Nº	Cenário Real Complexo	Segmentos Envolvidos	Localização Territorial
1	BELEZA NATURAL PRESERVADA	Poder público, privado e sociedade civil	Paisagem natural da orla de Camaçari com seus ecossistemas
2	CONCENTRAÇÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ÂMBITO MUNICIPAL	Comerciantes, empresários, comunidade, moradores locais	Arembepe
3	CONCENTRAÇÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE APOIO METROPOLITANO	Empresários, comerciantes e moradores	Vila de Abrantes
4	CONCENTRAÇÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTE MÉDIO	Comerciantes, empresários, comunidade	Guarajuba
5	DEGRADAÇÃO URBANO AMBIENTAL	Agentes imobiliários, moradores e usuários	Espaço territorial da orla de Camaçari
6	GRANDE VALOR PAISAGÍSTICO	Poder público, privado e sociedade civil	Lagoas e rios Joanes, Jacuipe e Pojuca
7	OCUPAÇÃO URBANA ANTIGA NÃO CONFLITANTE - PERÍODO ANTIGO	Moradores, pescadores, agricultores, marisqueiras	Núcleos urbanos e povoados, comunidade tradicionais
8	OCUPAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA CONFLITANTE PERÍODO I	Veranistas, turistas, moradores, trabalhadores	Núcleos urbanos e povoados, comunidade tradicionais, loteamentos
9	OCUPAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA ACELERADA – PERÍODO II	Veranistas, turistas, moradores, trabalhadores	Loteamentos aprovados, e irregulares, condomínios, grupos de casas e invasões
10	OCUPAÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA ACELERADA CONSOLIDADA, - PERÍODO III	Veranistas, turistas, moradores, trabalhadores	Litoral de Camaçari
11	ADENSAMENTO E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO, MANCHA URBANA LINEAR, DESCONTÍNUA E PULVERIZADA	Todos os segmentos	Litoral de Camaçari
12	PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL COM PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO AMBIENTAL	Poder público municipal, estadual e federal	Distrito de Abrantes
13	PÓLO DE HOSPEDAGEM.	Turistas, moradores, empresários, poder público	Itacimirim
14	PORTO NATURAL DE PESCA, PRAIA, VERANEIO E TURISMO	Veranistas, moradores, turistas, pescadores	Arembepe
15	SÉRIOS RISCOS AMBIENTAIS	Poder público, privado e sociedade civil	UC – APAs, Parque das Dunas de Abrantes
16	TRANQUILIDADE, APRAZIBILIDADE, POUCA OCUPAÇÃO, BELEZA E DISTANTE	Poder público, privado e sociedade civil	Orla antiga
17	ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA	Turistas, moradores locais, empresários, poder público	Barra do Pojuca
18	TURISMO NÁUTICO	Turistas, moradores, empresários, poder público	Barra do Jacuipe
19	TURISMO RESIDENCIAL	Empresários, hoteleiros	Resorts, condomínios e loteamentos de alta renda
20	PRESERVAÇÃO DA DIVERSIDADE DA CULTURA LOCAL	Quilombolas, hippies, pescadores, moradores das comunidades e povoados	Aldeia Hippie, Cordoaria, Machadinho, Arembepe, Vila de Abrantes, Jauá
21	POBREZA URBANA INTENSA	Moradores dos domicílios das nucleações urbanas	Invasões, loteamentos irregulares, nucleações urbanas e comunidades tradicionais
22	MULTIPLICIDADE DE UNIDADES TERRITORIAIS DE PLANEJAMENTO	Poder público, setor privado e social	APAs, corredor ecológico, bacias hidrográficas, setores censitários
23	DIVERSIDADE DE AGENTES INTERAGINDO DE FORMA DESARTICULADA E NÃO INTEGRADA ENTRE SI	Poder público, setor privado e social	Litoral Norte da Bahia
24	PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA VARIADOS	Poder público, setor privado e social	Orla de Camaçari

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 21: Indicador de Sustentabilidade Urbana – ISU
Padrão de habitabilidade urbana na orla de Camaçari.

Tipologia habitacional	Indicadores de Sustentabilidade Urbana – ISU: padrão de habitabilidade urbana		
	Alta	Média	Baixa
	Condomínios fechados	Urbanização integrada	Invasões
	Loteamentos de renda média e alta	<i>Village</i> ou grupo de casas	Loteamentos Irregulares e clandestinos
	Empreendimentos Hoteleiros, resorts	Conjuntos residenciais	Comunidades remanescentes de quilombolas
	Casas de veraneio com serviços hoteleiros	Loteamentos regulares	Núcleos urbanos e povoados tradicionais

Fonte: Elaboração própria

Este indicador exhibe o padrão da qualidade de vida urbana que se encontra nos modos de vida dos habitantes do lugar. Se por um lado, isso reflete a exclusão socioterritorial dos moradores – residentes nos domicílios dos núcleos urbanos, povoados, comunidades tradicionais e remanescentes de matriz africana – por outro, reflete a auto-segregação territorial dos grupos privilegiados na forma de *guetos de luxo* – moradores e veranistas dos condomínios e loteamentos de renda alta, turistas hospedados nos resorts ou hotéis de luxo.

Considerou-se para as condições de habitabilidade, além do padrão tipológico predominante – os loteamentos com tamanho do lote e o tipo de moradia ou domicílio nele contidos –, a oferta de bens de cidadania – infra-estrutura, acessibilidade, escolaridade e renda –, e preservação dos ecossistemas – impactos ambientais e restrições legais.

Os Indicadores de Sustentabilidade Urbana – IQU –, medidos nessa pesquisa, pelo padrão de habitabilidade, demonstram que a sustentabilidade urbana contemporânea é conflitante.

Encontram-se nos condomínios residenciais de alto luxo e nos resorts – enclaves *devoradores de paisagens naturais e culturais*³⁵ - os mais modernos equipamentos de conforto da vida moderna, como tecnologias de micro ondas, controle remoto e células fotoelétricas a disposição de hóspedes e veranistas. Ao passo que, os moradores dos loteamentos populares e comunidades tradicionais, necessitam, muitas vezes, usar madeira para fazer fogo, retiradas das matas remanescentes da Mata Atlântica³⁶, na preparação de seus alimentos.

³⁵ Expressão cunhada pelo sociólogo Jost Krippendorf, ao se referir aos resorts internacionais, assim como o termo *gueto de luxo* (SILVA, S., 2007, p. 3).

³⁶ A Mata Atlântica ou floresta tropical é considerada uma das áreas mais ricas em espécies endêmicas do mundo e também um dos biomas brasileiros mais ameaçados, restando apenas cerca de 7% de sua floresta vegetal original (BAHIA, 2005b, p. 8).

A desigualdade socioeconômica dos habitantes desse lugar é notória e reforçada pela forma segregadora e excludente de apropriação do solo urbano, gerando conflitos de convivência urbana, como desemprego, violência, roubo e stress. Essas condições de insustentabilidade urbana são agravadas pela falta de consciência ambiental e sanitária de alguns segmentos sociais e privados.

Demonstra-se, desse modo, conforme a hipótese 1 – a insustentabilidade do modelo em curso na região litorânea do Município – e a proposta desta tese, que este não será mais um lugar paradisíaco, caso continue-se com este processo de urbanização acelerada, perdendo sua vocação para moradia, lazer e turismo.

Apesar disso, com a configuração desse cenário insustentável, desvela-se a constatação de que a hipótese 2 – construtiva, positiva e sustentável - é possível, e está presente também em ações implementadas por segmentos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região.

Ademais, com o cenário prospectivo desejável, a situação pode ser revertida, daqui em diante, caso os processos degradadores sejam mitigados e as condições socioeconômicas das populações excluídas sejam minoradas.

Identifica-se, portanto, no cenário real os fatores que provocam a insustentabilidade do atual modelo de ocupação da orla marítima de Camaçari e, que compromete a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. Desse modo, responde-se às questões iniciais propostas para este estudo da complexidade territorial do Município. Descortina-se um cenário complexo de uma nova cidade do Litoral Norte do Estado da Bahia, com uma nova territorialidade – um contínuo metropolitano, linear, globalizado, competitivo, compartimentado, plurifuncional, complexo e sustentável.